

SIGNOS E SIGNIFICADOS EM GUARULHOS

IDENTIDADE • URBANIZAÇÃO • EXCLUSÃO



AUGUSTO CÉSAR MAURÍCIO BORGES
ELMI EL HAGE OMARorganizadores

**Signos e Significados em
Guarulhos: identidade,
urbanização e exclusão.**

Augusto César Maurício
Borges
Elmi El Hage Omar (orgs)

Folha de rosto

**Signos e Significados em
Guarulhos: identidade,
urbanização e exclusão.**

Augusto César Maurício
Borges
Elmi El Hage Omar (orgs)

Copyright 2014 –

Editor: Rubenal Hermano Santos

Todos os direitos desta edição, reservados pelo autor a cargo da:

COMERCIAL EDITORA HERMANO & BUGELLI LTDA

MF: Navegar Editora

Endereço: Rua Coronel Emeidio Piedade, 659 - São Paulo - SP

CEP: 03018-010 - Fones: 11 2692-1832 e 3482-5055

Site: www.navegareditora.com.br - E-mail:

navegar@navegareditora.com.br

FICHA TÉCNICA

Projeto Gráfico:

Preparação de originais: Tiago Cavalcante Guerra

Composição e diagramação: Tiago Cavalcante Guerra e Equipe Navegar

Capa: Marina Pinto

Desenhos das páginas: Marina Pinto

Revisão ortográfica: Maria Cecília C. E. H. Omar e Elaine Aparecida Costa Pires

Apoio Cultural: Secretaria de Cultura de Guarulhos e AAPAH

Impresso no Brasil, 2014 - Pinteado no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O54i Guia Histórico Cultural de Logradouros—Lugares

e memórias de Guarulhos/Tiago Cavalcante Guerra

– 1. ed. – São Paulo : Navegar, 2013. 144 p. : il. ; 14 x 21 cm. Inclui bibliografia.

1. Guia Histórico Cultural de Logradouros - História - Guarulhos (SP). 2. Irmandades - Negros - Brasil. 3. Negros - Religiosidade. 4. Escravos - Brasil—História. 5. Escravos - Brasil - Cultura. 6. Catolicismo negro - Brasil. 7. Igreja. 8. Arqueologia. I. Título.

CDU 981.56 267(81)(091) CCDD 981.61

Índice para catálogo sistemático:

1. Guarulhos (SP) : História 981.56

2. Associações religiosas : Brasil : História 267(81)(091)
(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

INSTITUCIONAL

A AAPAH – Associação Amigos do Patrimônio e Arquivo Histórico – é uma entidade sem fins lucrativos que visa à promoção e à conservação dos patrimônios materiais e imateriais da nossa cidade. Além de promover ações e projetos que envolvem a educação, a publicação de livros, o turismo social e cultural e a disseminação de informações ligadas ao turismo e à história local.

As nossas ações buscam trazer a aproximação da sociedade com os bens materiais e imateriais, para, assim, evitar a depredação, a má conservação e o esquecimento de costumes que caracterizam a identidade de uma comunidade.

A sensação de pertencimento e reconhecimento são fatores importantes para o indivíduo viver e se movimentar na sociedade. Produz vínculos que constituem uma ou várias identidades. Essa sensação de importância social é um mecanismo para mudanças sociais e culturais.

As ações da AAPAH atualmente são praticadas no município de Guarulhos-SP, com projeto de expansão para outras cidades da região do Alto Tietê.

Os nossos projetos são sustentados por meio de parcerias, convênios e editais criados pelo Poder Público e instituições privadas.

Visite nosso site: **www.aapah.org.br**

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

A realização deste projeto não seria possível sem a ajuda do Fundo Municipal de Cultura, no papel do seu Conselho Diretor, e da Secretaria Municipal de Cultura de Guarulhos.

Não podem ser esquecidos os préstimos do Arquivo Histórico Municipal, do Arquivo Municipal e do Setor de Microfilmagem, que forneceram materiais imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Aos autores dos artigos que cederam parte de sua pesquisa para a composição desta obra.

Agradecemos também o apoio de amigos e familiares.

Os organizadores.

INTRODUÇÃO

Ao final do ano de 2014, Guarulhos completa 454 anos de história. Nascida de um dos primeiros aldeamentos jesuíticos do Brasil Colonial, a cidade se transformou hoje numa das mais importantes da região metropolitana. Parcela significativa destas mudanças chegou no centenário passado com a vinda do parque industrial, do crescimento populacional e da urbanização. No alvorecer do século XXI, os guarulhenses têm o oitavo Produto Interno Bruto do País e a terceira maior economia do Estado. Com mais de um milhão e duzentos mil habitantes, Guarulhos entrou definitivamente para a lista das grandes cidades brasileiras. Contudo, sua pujança econômica nem sempre foi transmitida aos ocupantes de seu território, também um dos maiores da parte metropolitana de São Paulo.

A urbe ainda tem um desafio grande pela frente. A cidade ainda não resolveu ou mitigou os impactos que o crescimento desordenado de seu território causou. Acrescenta-se a isso os desafios da democratização econômica, dos impactos ambientais, da redução das desigualdades regionais e das melhorias de seus índices sociais.

É exatamente na perspectiva deste cenário paradoxal que o livro *Signos e Significados em Guarulhos: identidade, urbanização e exclusão*,

analisou a história, a constituição cultural e o (sub) desenvolvimento urbano do espaço que já foi chamado de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos.

A obra se divide em dois blocos. O primeiro, denominado *Guarulhos cidade símbolo? o conservadorismo da intelligentsia guarulhense*, faz um sobrevoo na historiografia do município, além de operar com questões sobre identidade, cultura, demografia e ideologia. Trata-se de uma análise crítica sobre o viés conservador das comemorações do IV Centenário (1960) e suas implicações. Os artigos do bloco também tratam sobre os processos de constituição identitária e das tensões sociais inerentes aos processos de solidificação de hegemonias no âmbito discursivo e cultural. Sugere-se que a edificação da historiografia resultante dos primeiros trabalhos sobre o nosso passado ignorou as contradições que o espaço urbano experimentava na ocasião de sua produção.

O segundo bloco, *Na contramão do discurso: urbanização, industrialização e exclusão*, trata das características que marcaram a urbanização guarulhense no século anterior. A imprensa, a industrialização, a metástase do crescimento urbano e o papel dos núcleos populacionais reivindicatórios serão, portanto, os pilares temáticos dos artigos. Junto com o desenvolvimento material do século XX, a cidade conviveu com um agudo aprofundamento das desigualdades

socioeconómicas, com a intensificação das disparidades regionais e das formas de exclusão.

Embora ainda distantes das celebrações do V Centenário, *Signos e Significados em Guarulhos: identidade, urbanização e exclusão* recomenda um olhar autocrítico sobre a formação de uma cidade em constante *formação*. Longe de indicar uma visão de mão única, este livro lança mais uma interpretação sobre nossa própria história, colocando-a no divã.

ACERVOS CONSULTADOS

Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos

Acervo Iconográfico

Coleção IV Centenário

O Diário de Guarulhos – várias edições

Jornal Correio do Povo – várias edições

Acervo Folha Metropolitana

Seção Administrativa de Microfilmagem

Requerimento s/n. Comissão encarregada das obras de reforma e reconstrução do tradicional Templo Catholico de N. S. do Rosário. 1928.

Ato 87 de 1º de setembro de 1932. “Aprova o brasão d’armas da cidade e município de Guarulhos”.

Processo Administrativo n. 3.375 – 1-7-1959. Comércio e Indústria de Carnes Guarulhos Ltda. Solicita

Cooperação desta Prefeitura.

**PARTE I – GUARULHOS CIDADE
SÍMBOLO? O CONSERVADORISMO DA
INTELLIGENTSIA GUARULHENSE**



Paço Municipal

O IV Centenário em Guarulhos: espelhando a capital paulista

Tiago Cavalcante Guerra

No século XVII, chegando ao aldeamento de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, região pertencente à Vila de São Paulo, havia apenas dois moradores: um padre e seu escravo, um índio; em 1930, um vereador de Guarulhos se dirigia à tribuna da Câmara proferindo a necessidade da cidade voltar a ser Vila de São Paulo; como parte das comemorações do IV Centenário de Guarulhos, sugerido por Afonso de Taunay, a bandeira de Guarulhos traria a insígnia “*Meu sangue é genuinamente paulista*”. Tais elementos nos indicam os percalços de pensar a cidade de Guarulhos e seu processo de formação. Exercitemos aqui esse raciocínio, a começar pelas comemorações em torno do IV Centenário de Guarulhos.

Em 1960, no bojo das comemorações do IV Centenário, Adolfo Vasconcelos de Noronha, juiz de paz da cidade, lançaria o livro *Guarulhos – cidade símbolo*, proclamando em sua introdução: “Esta é mais do que a simples história de uma cidade. É, antes de tudo, o retrato de um símbolo”. O município adentra a metade do século XX escorado, na visão do autor, por uma tradição secular em que seríamos tributários dos jesuítas, do ciclo do ouro, do passado indígena e do

bandeirantismo. Resultado dessa tradição seria uma cidade pujante, moderna, coirmã de São Paulo.

O estudo do IV Centenário de Guarulhos nos indica como um determinado pensamento social se fundamentou para construir uma narrativa histórica que congregou símbolos e tradições do passado. Para além, nos revela como tais tradições pretendiam consagrar esse passado, respondendo aqui mais às necessidades daquele presente.

Os símbolos e as tradições cumprem funções sociais e políticas definidas. No livro *Invenção das tradições*, Eric Hobsbawn faz uma breve discussão conceitual a respeito do termo “tradição inventada”, a fim de observá-lo como um fenômeno comum nas relações sociais. Seu estudo parte dessa contextualização para entender, de maneira mais específica, a construção de tradições políticas para o estabelecimento da legitimidade dos novos estados. Essa legitimação funciona como instrumento de coesão social. As ideias de Hobsbawn a respeito do assunto são, portanto, relativas ao estudo do modo que surge e se estabelece a tradição.

O objetivo desse artigo é analisar os sentidos da comemoração do IV Centenário de Guarulhos, elencando questões em torno da efeméride: seu cerimonialismo “plagiado” do IV Centenário da cidade de São Paulo; a monumentalização do passado; e a

solidificação dos símbolos que dizem muito de um espaço de memória em disputa. E de certa forma, como esse conglomerado simbólico serviu para a construção de um discurso legitimador.

Nesse sentido, é premente a necessidade de retomar as imagens de uma determinada tradição paulista. Ao mesmo tempo, como importância histórica que a obra adquiriu nos estudos da história guarulhense, trazer questões para serem refletidas na obra de Adolfo V. Noronha.

Panorama

O livro *Guarulhos cidade símbolo* é esboçado em uma conjuntura muito particular. A produção, financiada por meio do mecenato industrial, do patronato e do Poder Público, tem o objetivo de vislumbrar a cidade que se potencializava aos olhos da elite. Cabe aqui uma digressão rápida sobre a Guarulhos vista por Adolfo Vasconcelos Noronha.

Em 24 de março de 1880, Guarulhos é elevada à condição de vila, deixando de pertencer a São Paulo. Elege, no ano seguinte, a primeira Câmara de Vereadores. Pode-se perceber, a partir das primeiras atas da cidade, a instalação de uma série de comércios, como de secos e molhados, assim como as idas e vindas da política, com a tentativa de se institucionalizar o poder local.

É possível, olhando o legislativo, observar o município se organizando. Em 1884, é estabelecida a colocação de lâmpadas pela cidade. No final do século XIX, com a saída do Bairro Penha de França e Juqueri, Guarulhos se reorganiza num espaço, cujas fronteiras são desconhecidas ao olhar das elites. Alguns anos depois, em 1913, a Light e Power se torna executora dos serviços de iluminação. Junto com a iluminação, a pavimentação e o estabelecimento do ramal da Tramway Cantareira em 1915.

Por meio dos documentos, notamos o município se organizando em torno do comércio de bens de consumo; surge a produtora de tijolos Cerâmica Paulista, em 1911; o Matadouro, responsável pelo abastecimento de carnes da cidade, em 1929; o primeiro Grupo Escolar de Guarulhos, em 1926.

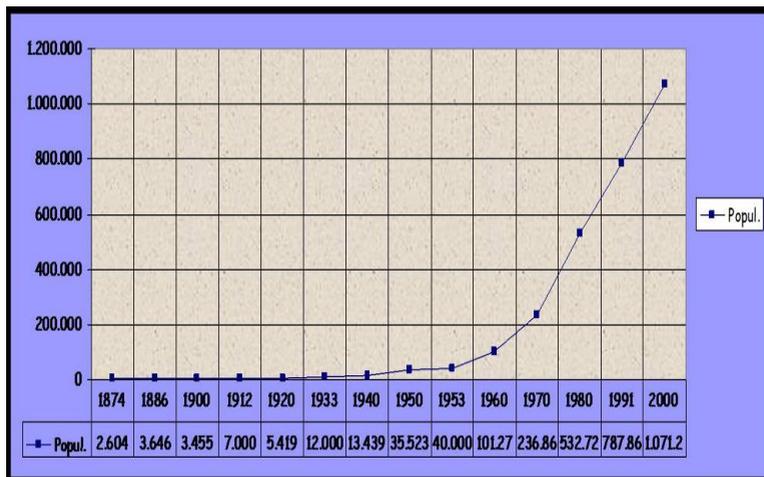
Na década de 1930, com a chegada de alguns imigrantes, Guarulhos sofre um primeiro processo de reordenamento do seu centro: sai a Igreja do Rosário e entra o espaço do Clube Recreativo, voltado à elite detentora do controle local.

Até 1940, temos uma cidade em um processo de transformação muito lento e disperso. Percebemos que o núcleo central é o beneficiário das políticas da jovem localidade, como, por exemplo, nomear ruas. Até esse momento, é amparado na chegada de imigrantes italianos, japoneses, portugueses e libaneses que o

Poder Público vai constituir, portanto, a orientação de suas políticas.

Reconhecemos assim a primeira fase do desenvolvimento industrial em Guarulhos. Datada entre o final do século XIX até meados da década de 1940, marcada pela produção na Ponte Grande, Vila Augusta, Porto da Igreja e região, dependente de São Paulo e controlada principalmente por imigrantes.

O gráfico a seguir exemplifica bem a mudança que ocorre na cidade após esse período:



Fonte: FERREIRA, C. J. *Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos*. São Paulo: Annablume, 2006.

É a partir de 1950 que se inicia um

processo de crescimento econômico e populacional. A chegada de novas empresas convive com a crescente migração populacional que duplica a população em dez anos: de 40.000 em 1950, a cidade já contava com 100.000 pessoas nos anos 60.

Nesses dez anos, Guarulhos vai receber uma série de equipamentos que visavam estabelecer uma institucionalidade jurídica e existência política para o município: em 1951 é instalada a Santa Casa; em 1951, o caminho São Paulo- Rio é inaugurado com duas pistas (atual Via Dutra); em 1953, a primeira comarca da cidade, com a nomeação do primeiro juiz de direito; 1954-55, a primeira agência bancária e agência do Correio; em 1956, o primeiro Cartório; a organização dos rotarianos em 1958 e do sindicato de trabalhadores, os dos Condutores de Veículos Rodoviários.

Os grandes loteamentos e projetos de arruamento tomam corpo. Bairros distantes do centro como Cumbica, Taboão, Vila Fátima e Vila Rio iniciam processo de ocupação urbana.

Além dessa transformação, a cidade se torna rota obrigatória de comércio e transporte, tendo a rodovia Presidente Dutra como principal acesso de mercadorias.

Mesmo com esses números animadores a cidade ainda precisava conviver com uma série de questões

sociais que contradiziam esse panorama otimista. Por exemplo, contava-se com apenas dois carteiros e um único serviço de correio; havia uma distância enorme entre os núcleos populacionais; a cidade convivia com a falta de água, além de outros problemas.

Podemos entender que esses números potencializam o surgimento de uma elite econômica e política gestada antes de 1940. Vinculada aos imigrantes e relacionada principalmente às atividades comerciais e industriais da cidade de Guarulhos, essa elite começa a se reunir e a se encontrar, potencializando-se como interlocutora de necessidades prementes daquele momento. Mais asfaltos, melhor abastecimento, incentivos, etc. Um deles: construir uma narrativa histórica para o passado local¹.

Um passado para quem estava ali estabelecido. Uma tradição para aqueles que adentram o município com o maquinário e a modernidade. Um signo que servirá como mote para a burguesia local: “A Cidade Progresso”.

¹ Uma das referências mais interessantes de estudos sobre as elites é o livro *História social das elites*, que demonstra o que pode ser chamado de elite e como se dá a metamorfose de interesses e necessidades, utilizando como método de estudo a prosopografia, estudo sobre a carreira de determinadas pessoas. A inserção no meio das artes e da cultura é uma forma de projetar o próprio nome para além das fronteiras locais e reafirmar também um *status* entre os pares. HEINS, Flavio. *História social das elites*. Oikos: São Leopoldo, 2011.

Nessa tarefa, se converge nos escritos um esboço do futuro “glorioso” que espera Guarulhos. A comemoração do IV Centenário procurou catalisar esses sentimentos.

Guarulhos cidade símbolo – o IV Centenário

O IV Centenário foi comemorado no dia 8 de dezembro de 1960. Foi criada uma comissão por meio da Lei Municipal n. 533 de 27 de agosto de 1958. Essa comissão era encarregada da programação dos festejos, além da execução de concursos e outras atividades. Durante dois anos a efeméride foi preparada pela comissão, presidida por Waldomiro Pompeo e com a presença de outros: Francisco Antunes Filho, João Marquez Luiz, Adolfo Vasconcelos Noronha e Heitor Maurício de Oliveira.

Adolfo Vasconcelos Noronha era o intelectual da comissão do IV Centenário. Foi professor universitário, historiador e membro fundador da Academia Guarulhense de Letras. Foi o autor do livro que se tornou referência nos estudos históricos da cidade e que serve de fonte para este artigo.

O livro *Guarulhos –cidade símbolo* embasa as comemorações do IV Centenário com justificativas históricas, conjugando a elaboração de símbolos que se tornam permanentes para a cidade: o brasão, a bandeira e o hino. Nele, é esboçado um quadro explicativo que

situa Guarulhos no período colonial, formando uma linearidade de interpretação do passado que perpassaria, resumidamente, nos seguintes momentos: Aldeamento Jesuítico – Ciclo do Ouro – Ciclo do Tijolo – Industrialização.

Nessa forma de abordagem, Noronha estabelece uma cronologia que se pretende linear e evolutiva. Infere-se daí a celebração do IV Centenário como emblemática para Guarulhos, aos olhos dessa narrativa histórica. É nesse contexto que se constrói uma visão do passado, estabelecendo sentidos e relação de causa e efeito com passagens da nossa história, no rumo indelével ao futuro.

Os trabalhos da Comissão se iniciam e ela é incorporada à hierarquia da administração pública. Participantes de uma elite local, os membros escrevem de um lugar social. Suas ações passam a responder à visão oficial. São elencadas muitas necessidades: a busca dos primeiros moradores, dos fundadores, da primeira atividade econômica, o vasculhar em documentos e arquivos oficiais. A escrita laudatória do passado estabelece o lugar de Guarulhos na história. E essa história, como veremos, será associada à de São Paulo. E amparados por documentos e provas factuais, para esses intelectuais, a **verdade** tinha se estabelecido.

Ao reconstruir de certa forma o passado e assim conformar elementos para uma identidade guarulhense,

se opta por eternizar monumentos: a praça, a escultura, a grande obra. Mas o evento em si também congrega uma série de rituais que afirmam o culto ao passado, perfazendo assim momentos de encontro entre as pessoas, eventos de monta, a pose para a fotografia, enfim, a criação de fatos que possam marcar aquele momento. É sobre isto que debruçaremos.

Almir Leal Oliveira, em seus estudos sobre os sentidos da comemoração do Tricentenário do Ceará, afirma que o evento ofereceu ao público uma série de elementos do culto à vida cívica: a existência de uma hierarquia e de um poder local:

A função política no palco da vida pública pôde ser assistida em um ritual de consagração de um passado construído que fundamentava as mitificações da história ao mesmo tempo que elegia temas cívicos a serem prestados cultos (OLIVEIRA, 2000: 283).

A série de fotos a seguir mostra em detalhes essa magnitude que se pretendeu com o IV Centenário, exaltando o culto e a celebração. A maioria das fotos mostra o centro da cidade, espaço que recebe os principais acontecimentos em torno da celebração.

Vale a pena observar que o evento se pretendeu como um grande exemplo de ordem e civilidade. Militares, crianças em posição de sentido e o coreto das autoridades não poderiam faltar.



Foto: Inauguração do monumento símbolo – 8-12-1960. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos.



Foto: Banda dos Fuzileiros Navais – 8-12-1960. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos.

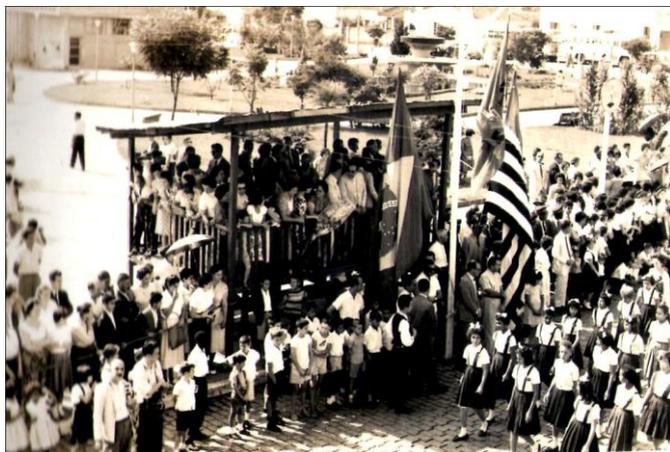


Foto: Encerramento dos festejos comemorativos do IV Centenário de Guarulhos – 24-3-1961. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos.



Foto: Encerramento dos festejos comemorativos do IV Centenário de Guarulhos – 24-3-1961. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos.

Em 1960, se realizaram pequenos eventos: uma grande celebração do 7 de setembro com participação de bandas de escolas, indústrias e militares; uma corrida de motos pelas ruas; festas no Rotary Club; apresentação do Coral Jovem do SESI Itapetininga; criação do restaurante IV Centenário.

A realização de tantos eventos é representativa. É importante considerar que a comemoração por si se conjuga num momento apropriado para referenciar o presente de imponência e um futuro promissor, pois, “nesse caso, quando o passado é encenado num ato, tal como atividade cultural, as lembranças que este ato evoca assume o caráter de tradição cultural” (LOFEGO, 2000: 306).

Ainda no caso de Guarulhos, no IV Centenário não se viu menção a festas (tão ou mais representativas) de outros espaços do município, como a Festa da Carpição e a Festa do Bom Jesus da Cabeça, respectivamente no Bonsucesso e no Cabuçu.

O pesquisador Carlos José Ferreira dos Santos, ao se debruçar sobre a identidade guarulhense com a tarefa hercúlea de esboçar possibilidades para a nossa formação, extrai uma visão original. Afirma Santos que a identidade é construída a partir de um olhar do núcleo central da cidade, na verdade as elites que se estabeleceram a partir da emancipação, procuraram

impor pela cultura e administração uma unidade política e territorial a Guarulhos.

O estudo da formação territorial de Guarulhos permite assim também discutirmos como a constituição de um planejamento e identidade política-administrativa única foram dimensões que atuaram (ou não) na produção e reprodução do espaço municipal. (...) Penha e Juqueri eram núcleos populacionais mais povoados que Guarulhos. O desmembramento desses dois territórios demonstra o quanto a unidade política-administrativa na constituição da Vila de Guarulhos foi baseada na imposição de uma identidade sob pólos populacionais tão antigos como o núcleo central: Cabuçu, Bonsucesso, Pimentas e Cumbica (SANTOS, 2006: 97).

Como parte desses objetivos, o IV Centenário, no que diz ao evento em si, age também como um marco simbólico nessa tentativa de homogeneizar o passado. Abandona tradições de outros espaços na tentativa de “impor” uma memória oficial.

Há uma riqueza de elementos simbólicos que aqui poderiam ser analisados. Mas paramos aqui e vamos nos ater aos elementos da narrativa de Adolfo Vasconcelos Noronha consagrados em seu livro e que possuem semelhanças com a proposta identitária paulista exposta no IV Centenário de 1954.

Identidade guarulhense paulista

É na reestruturação do passado que se erige o espaço para o “novo”. Ao interpretar o passado, se pretendeu estabelecer nódulos explicativos que colaborem na construção de uma identidade. Essa se concretiza como missão de Noronha e da Comissão do IV Centenário de Guarulhos. Essa tradição é inventada sobre os fundamentos do mito dos bandeirantes².

No IV Centenário de Guarulhos, uma série de símbolos é criada para recuperar a história da cidade dialogando incessantemente com os elementos do IV Centenário paulistano. O bandeirantismo será a essência desses símbolos, pois, como afirma Paulo César Gárcez, “O mito do bandeirante como essência paulista, (é) a mais eficiente e duradoura construção simbólica operada no estado durante a primeira metade do século XX” (GÁRCEZ, 2003: 10).

Sobrepõem-se no livro de Noronha três elementos fundamentais da identidade paulistana que

2 “Vetor e produto da ascensão dos paulistas republicanos, a construção mítica do bandeirante emergiu desde fins do século XIX, numa representação heroica que se prestava a legitimar historicamente a pujança das elites paulistas ligadas aos negócios da cafeicultura e ao governo da própria República, e que estivera unida de alguma forma aos momentos-chave da nação como o início da colonização ou a própria aclamação ao grito do Ipiranga. Ligavam-se assim as elites triunfantes da República ao patriciado da São Paulo colonial e, mediante esses laços de sangue, uniam-se as gentes à própria História” (GÁRCEZ, 2003: 12).

são absorvidos pela nossa história: o passado jesuíta; o elemento indígena; o bandeirantismo.

O trabalho de Noronha na exposição do passado jesuíta é uma sequência de leituras muito significativas, mas que pouco explicam o funcionamento do aldeamento guarulhense, começando pelo que era, de fato, Guarulhos no século XVI. Para Noronha,

A história quadrissecular de Guarulhos se presta a exemplificar, de modo fidelíssimo, o que foram os aldeamentos jesuíticos instalados ao redor de São Paulo de Piratininga; como se formaram os povoados, ao tempo da Capitania de São Vicente; qual a vida das paróquias e distritos, ao tempo da Capitania de São Paulo; como funcionavam as vilas, no tempo do Império (NORONHA, 1960: 3).

Muito ambiciosa tal afirmação, que não se ampara em outros estudiosos do período. A história colonial paulista é referendada por uma série de complexidades, que vai do entendimento do que é “cidade” até o passado indígena obscurecido sob o manto do bandeirantismo.

Roberto Pompeu de Toledo, em *Capital da solidão*, apresenta uma série de questões para pensar a aldeia formada sob as margens do Tamanduateí no século XVI. Após o início do aldeamento por José de Anchieta, na tentativa de catequizar os índios, o território que seria São Paulo mostrava aos recém-

chegados europeus a dificuldade do contato com os índios. Segundo o autor,

São Paulo de Piratininga esvaziava-se: este o quadro, apenas dois anos depois da fundação do colégio. Em 1557, perdurava a mesma tendência. A “maior parte dos antigos catecúmenos, relatava Anchieta, ‘fez outras moradas, não longe daqui’” (TOLEDO, 2004: 107).

Esbarra a tentativa de Noronha de dar um caráter “exemplar” ao aldeamento de Guarulhos, pois foi muito comum nessa época o surgimento de vários aldeamentos que também não vingaram na colônia.

Foi o que aconteceu, por essa época mesmo, em território hoje do estado de São Paulo, mas em local que a pesquisa histórica não tem sido capaz de determinar, com uma certa Maniçoba, fundada pelo mesmo padre Nóbrega, com os mesmos propósitos com que fundou São Paulo (TOLEDO, 2004: 108).

Assim como São Paulo, Guarulhos nessa época era um arremedo sobre possibilidades que poderiam vingar ou não. Ocupada por índios nômades de nomes Guarus ou Maromomis, cujos relatos são esparsos e pouco elucidativos, como em todo o território brasileiro, não havia um projeto do que era previsível dar certo. Muito pouco provável que um aldeamento tivesse se mantido austero e cumprindo suas funções num

contexto plástico e tampouco amistoso para os portugueses.

Corroborando essa consideração, Jonh Manuel Monteiro acentua que em 1640, a população dos aldeamentos cai vertiginosamente. No caso de Guarulhos, há uma descontração indígena significativa. Segundo Jonh Manuel Monteiro, em 1660, “os camarista encarregados de inspecionar o aldeamento tiveram uma surpresa ao encontrar apenas o capitão branco Estevão Ribeiro e o ‘índio principal’ Diogo Martins Guarulhos” (MONTEIRO, 1994: 204).

Outra questão fundamental que Noronha traz para a identidade oficial guarulhense é o chamado “Ciclo do Ouro”.

Em certo momento, afirma o autor que “do ciclo do ouro, da colaboração do negro e do índio nos trabalhos agrícolas, nas minerações auríferas e nas entradas ao sertão bruto, a história guarulhense nos dá algumas informações preciosas” (NORONHA, 1960: 3).

A palavra “Ciclo” foi adotada pela historiografia guarulhense e oficialmente é abordada em documentos oficiais e estudos de pesquisa³. É inclusive nome de um

3 De acordo com as teorias cíclicas da História, o progresso das sociedades humanas desenvolve-se de acordo com grandes ciclos que se repetem ao longo dos tempos. A explicação cíclica da história teve origem nos pensadores da Grécia Antiga, dos quais Heródoto (484-424 a.C.) e Tucídides (460-404 a.C.) são os expoentes bem

possível parque para a preservação da história local, o *Geoparque Ciclo do Ouro em Guarulhos*. Em uma publicação oficial da Prefeitura, lemos o seguinte:

A caça ao ouro foi o início do processo de expansão urbana da localidade e das atividades comerciais. Os locais onde antes só existiam natas passaram a sofrer a interferência com fins comerciais (PREFEITURA DE GUARULHOS, 2008: 28).

Influenciado pela teoria de Ciclos de Kondratiev, Noronha desenvolve a ideia do “Ciclo do Ouro”, fundamentado em documentações em torno da entrega de sesmarias para exploração de bandeirantes na cidade. Explicando sobre o bandeirantismo, afirma o autor:

A falta de riqueza econômica do planalto, somente suprida pelo trabalho escravo do silvícola, único ao alcance dos paulistas, e o estímulo que recebiam eles dos governantes,

conhecidos. A ação humana como vetor desses ciclos é formalizada no início do humanismo, no século XV. A teoria de ciclos é muito utilizada na economia. Em 1926, o economista russo Nikolai Kondratiev apresentou a ideia de ondas longas da conjuntura, a hipótese da existência de ciclos longos na dinâmica do capitalismo mundial, com base na análise de séries cronológicas de preços no atacado, de 1790 a 1920, nos Estados Unidos e no Reino Unido. Nessa visão, os ciclos sucedem-se marcando o processo de expansão, com outro de decadência, apesar de ser concebida a ideia de concomitância. No Brasil, outro importante analista usa a tese dos ciclos para explicar o processo de formação do Brasil: Celso Furtado, no seu *Formação econômica do Brasil*.

para engolfar-se nas pesquisas dos metias que faziam a grandeza dos espanhóis no mesmo Continente Sul-Americano. (...) Era natural, pois que a pesquisa do metal precioso, em Guarulhos se iniciasse, como realmente aconteceu, logo após a sua fundação (NORONHA, 1960: 32).

Assim como os topônimos que indicavam a existência de exploração de ouro em Guarulhos, Noronha se fundamenta em um artigo escrito pelo jornalista Manoel Rodrigues Ferreira, publicado em 15 de abril de 1958 pelo jornal *A Gazeta*, em que é apontada a existência de uma gama documental que enfoca a exploração do ouro em Guarulhos, precisamente na região das Lavras. Tais documentos datam de 1590, 1661 e 1741, tratando exclusivamente de aspectos conjunturais em relação à exploração do ouro. Por conjunturais entendam-se as cartas de sesmarias, a construção de caminhos e o conserto da Estrada de Bonsucesso, devido à ação de porcos. Concluindo sobre elementos pouco conclusivos e que tergiversam sobre a exploração do ouro em Guarulhos, Noronha afirmaria o que determinaria a compreensão do processo de formação da cidade.

Como se vê, não foi apenas a região aurífera que atraiu o colonizador. No entanto, é compreensível que o aparecimento do ouro tenha despertado e generalizado um maior interesse por Guarulhos. Os trabalhos de mineração devem ter durado cerca de dois

séculos (O XVII e o XVIII), não havendo qualquer notícia de extração de ouro no século passado (NORONHA, 1960: 37).

Se de um lado não se pode negar que houve a exploração de ouro, e as reminiscências da exploração como dutos, valas e paredes de taipa indicam isso, assim como as cartas de sesmarias encontradas na Câmara de São Paulo, por outro, a fragmentação e quase ausência de outros elementos corroboram os limites da exploração do ouro em Guarulhos.

A análise dos ciclos, desse modo, não responde às singularidades locais, mas apenas uma tentativa de homogeneizar a visão da formação de Guarulhos atrelada à capital de São Paulo e sua relação com a estrutura colonial.

Reforçamos que, mesmo com a possibilidade do ouro, compreendemos que a ideia de ciclo é muito distante da realidade em que a exploração de metais preciosos se estabeleceu em Guarulhos. Certo momento, o próprio Noronha parece reconhecer isto.

Embora ínfima, a porcentagem de ouro existente no solo guarulhense, o número de lavras e a imensidade de algumas delas são prova suficiente de seus resultados positivos. Não havendo registros pertinentes ao movimento dessas minerações, somente nos é possível mostrar o que existe quanto ao ciclo do ouro na Capitania (NORONHA, 1960: 40).

Ao debruçar com parte dos documentos nos setecentos e oitocentos, o que percebemos é uma vila em ensaio, com um núcleo dirigente que compunha, em 1866, 201 eleitores e uma maioria desconhecida composta pelo resto da população (pobres, mulheres e negros). Isto revela uma faceta da identidade de Guarulhos ainda pouco revelada.

Em resumo, Guarulhos seria resultante do assentamento regional com a Vila de São Paulo, sendo esta a sua identidade vocacional na visão oficial de Noronha. Não é à toa que o autor na sua obra faz alusão ao título que seria estampado na bandeira local, dado por Afonso de Taunay, estudioso responsável pela organização do Museu Paulista e vetor da memória bandeirantista na construção do ideário paulista:

Nenhum elogio maior poderiam ter conferido a Guarulhos, nem mais justo, do que o feito por Affonso de E. Taunay, ao outorgar-lhe a divisa “VERE PAULISTA SANGUIS MEUS”. Berço de muitos bandeirantes, edificada pelo suor e sangue daqueles gigantes, a povoação guarulhense (NORONHA, 1960: 4).

Considerações finais

O que se avanta nessas parcas linhas é demonstrar como se firmou uma tradição histórica e uma memória oficial em Guarulhos, que procurou, assim, expandir a unidade administrativa do município para outros espaços.

No contexto de aumento da população, de chegada de novas levas de migrantes, estabelecimento de indústria e a morosidade da institucionalização do Poder Público, o livro *Guarulhos cidade símbolo* e o IV Centenário são simbólicos e foram representativos de uma ação de grupos sociais ligados aos circuitos intelectuais da cidade em nome de uma história oficial, que passaria pela discussão do seu passado procurando assim um elo causal: as descendências, o agir dos grandes personagens, a construção de símbolos, a herança das etnias, a pacificidade na formação de um povo.

Nos dois anos da comissão que cuidaria dos festejos, quase tudo que ocorria no núcleo político da cidade projetava o IV Centenário como o grande acontecimento. Não é à toa que se procurou agregar parceiros a esse empreendimento. No mesmo sentido o próprio livro de Noronha, haja vista o número de indústrias que o patrocinam.

Em dois anos a cidade ideologicamente procura dar concretude a uma vocação industrial e de progresso. Podemos alinhar assim: no final da década de 1950 e início da 1960 chegam fábricas que vão marcar a paisagem urbana da cidade, como a Pfizer, a VDO do Brasil, a Setaço, a Ideal Tintas e a Philips do Brasil; em um ato de benemerência é concedido o título de cidadão guarulhense ao presidente Juscelino Kubitschek e ao governador Carvalho Pinto; grandes obras públicas são

inauguradas, como o ginásio Fioravante Iervolino, dado esse nome em vida; a Festa da Carpição e a Festa do Bom Jesus, entre outras, são “esquecidas” nas comemorações do IV Centenário; no hino, por meio de um concurso aberto na cidade, se dirá: “Chaminés como lanças erguidas nos apontam o caminho a seguir.”; e, finalmente, na nossa bandeira, o bandeirante, o jesuíta e o indígena compõem a imagem que se quer projetar do passado, harmonioso e idílico, junto com as anhumas.

Para um detido pesquisador de Guarulhos, Carlos José:

Em diferentes épocas, tanto a historiografia local tradicional como os que dirigiam o poder público municipal, ofereceram desta à determinadas identidades e espaços, atendendo aos interesses daqueles que detinham a hegemonia cultural fazendo dela um instrumento político (SANTOS, 2006: 218).

De maneira direta, Hobsbawn indica a fragilidade de certas tradições, pois, muitas vezes, “tradições que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas” (HOBSBAWN, 1997: 9).

O IV Centenário soma-se aos acima citados, pois foi o momento em que a elite da cidade deteve de certa forma essa hegemonia e procurou responder às necessidades do bloco de poder do momento. A explicação do passado guarulhense passa, literalmente,

pela invenção de tradições que pretendiam dar um caráter centenário a um passado complexo.

Como em todos os IV Centenários, ao se pretender universalizar a experiência da memória coletiva para o núcleo central, no caso o Aldeamento da Conceição de Guarulhos, perdeu-se de foco as existências e sociabilidades que conviveram ao mesmo tempo. A explicação por ciclos também vai no sentido de padronizar, linearizar e “engarrafar” uma narrativa histórica que não é retilínea, mas curva e com pontas ainda não amarradas.

Ao tentar aproximar a identidade guarulhense à paulistana, aproveitando de símbolos comumente referenciados (o bandeirantismo e o aldeamento jesuítas), assim como construindo a ideia de “ciclo” na exploração de ouro da cidade, tanto Noronha quanto outros memorialistas da cidade, ainda que caiba importante valor às suas obras, pouco contribuíram na elucidação do papel da cidade frente a exploração colonial.

Como afirma Carlos José, “são raras as tentativas de estudar e descrever a relação entre o contexto de exploração colonial, a constituição territorial e a formação social existente naquele aldeamento originário de Guarulhos” (SANTOS, 2006: 40).

Para além do aldeamento original ou do núcleo central de Guarulhos, o que temos é uma cidade ainda em plena integração e que derivou de uma variável gama de núcleos identitários espalhados pelo território. Ainda mais: sob o permanente signo da modernização, buscado pelas elites locais e posta em prática por um processo de industrialização des-identificado, obscurecem-se elementos da história que não se enquadravam à necessidade do momento. Fez-se a opção de narrar o passado de Guarulhos e, por conseguinte, buscar sua identidade. Essa opção precisa, enfim, ser superada.

Referências

ANAIS DO MUSEU PAULISTA. São Paulo. N. Sér. v. 6/7. p. 9-36 (1998-1999). Editado em 2003.

HOBBSBAWN, E. e RANGER, T. (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

LOFEGO, S. 1954 - A cidade aniversariante e a memória coletiva: o IV centenário da cidade de São Paulo. Revista Projeto História. PUCSP, 2000.

MONTEIRO, J. M. Negros da terra. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NORONHA, A. de V. Guarulhos – cidade símbolo. s/ed. Guarulhos, 1960.

OLIVEIRA, A. L. História, tradição e patriotismo: os significados das comemorações do tricentenário do Ceará. Revista Projeto História. PUC, São Paulo, 2000. Prefeitura de Guarulhos. Guarulhos: espaço de muitos povos. 2. ed. São Paulo: Noovha América, 2008.

SANTOS, C. J. F. Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos. Annablume: São Paulo, 2006.

TOLEDO, R. P. de. Capital da solidão. Objetiva: São Paulo, 2004.

Diáspora, identidade e Cultura em Guarulhos

Augusto Cesar Maurício Borges

A Cultura não é o que a tradição faz de nós,
mas o que nós fazemos com as tradições

Stuart Hall

Guarulhos, que no final do ano de 2014 completará 454 anos, passou por importantes mudanças urbanas nas últimas décadas. A partir de 1960, ano de comemoração do IV centenário do município, a cidade viu seus limites geográficos e populacionais serem significativamente aumentados. Incrustada entre duas importantes rodovias federais, a Via Dutra e a Rodovia Fernão Dias, acesso a Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente, Guarulhos ganhou novos ares com a chegada da infraestrutura viária e com o aumento de seu parque industrial devido a uma série de medidas político-econômicas da metade do século passado. Tais eventos pressionaram o espaço urbano por transformações demográficas e socioculturais com a vinda de milhões de pessoas das mais variadas origens do País para essa região. Somente na década de 1960, a cidade que tinha por volta de 101 mil habitantes passa a ter ao final desses dez anos mais de 235 mil pessoas. O curioso é que o *boom* migratório guarulhense coincide historicamente com a celebração do IV Centenário, evento marcado por uma aguda produção literária a respeito da história, das “origens”, da “vocação” e da identidade do município. Nesse período, cujo destaque é

João Ranali e Adolfo de Vasconcelos de Noronha, acentua-se a publicação de um conjunto de obras que procuraram dar sentido às características da cidade, bem como seus mitos fundadores e sua genealogia histórico-social.

O fato é que houve um profundo abismo entre essa produção de conhecimento e as mudanças que a cidade vinha passando. Em outros termos, a perspectiva conservadora da *intelligentsia* guarulhense passou ao largo das questões que afligiam o perímetro urbano.

O conteúdo das celebrações do IV Centenário, tema já trabalhado no artigo anterior, carregou consigo uma visão ufana da cidade. Porém, sua suposta vocação histórica para o progresso, prosperidade industrial e sua raiz paulista/bandeirante (desbravadora e empreendedora) contrastam – tal qual água e óleo – com o processo de periferização do município, com o crescimento desordenado do espaço metropolitano e com a marginalização de milhares de migrantes que, à procura de melhores condições de vida, não encontram aqui canais satisfatórios de participação política, social e simbólica.

Na tentativa de romper com esse hiato interpretativo sobre sua ontologia, sugere-se aqui exatamente um diálogo entre o conceito de identidade de Guarulhos com as transformações sociais que a urbe passou. O desafio é fugir de um entendimento desvinculado de suas mudanças urbanas. Nega-se,

portanto, uma concepção identitária do tipo mítica ou originária, essencialista, daquela que busca no mito fundador (idealizado) suas principais formas e características. De acordo com a concepção da história oficial narrada pelos “baluartes” já citados, a identidade da cidade reside numa espécie de bricolagem entre índios, negros e brancos, todos articulados harmonicamente sob o espírito do progresso material e da realização do destino manifesto e da “vocação” da cidade rumo ao desenvolvimento. A partir de uma “tradição” forjada, a cidade teria suas raízes seiscentistas oriundas de uma colonização sem conflito, resultante do trabalho jesuítico, dos colonizadores portugueses, e azeitado na crença em uma democracia racial que subsidiava uma aliança tácita entre colonizador e colonizado. O discurso das festividades do IV Centenário, apesar de ser paralelo às mudanças demográficas, teve dificuldade em incorporar os novos sujeitos que gradativamente entravam nas fronteiras da cidade, em plena expansão.

O desafio da exposição abaixo é trazer à tona as reflexões de alguns autores acerca do problema da identidade, cultura e dos processos de subjetivação social e política no seio de sociedades *híbridas* profundamente marcadas por deslocamentos. Orindos dos debates sobre colonialismo e neocolonialismo, parcela desses pensadores tem dialogado sobre o papel da identidade em meio a complexas relações que envolvem imigração e formação de ontologias coletivas

baseados no conceito de Diáspora Africana. Mais do que simples êxodos, a Diáspora carrega consigo conversas sobre mediações culturais, ideologia, nacionalismo e etnocentrismo. Pode-se dizer que o traço comum que liga esses autores é o questionamento sobre o papel que os fluxos demográficos do período colonial e pós-colonial desempenharam e ainda desempenham na formação cultural, econômica e social da atualidade.

Ao contrário da perspectiva lançada pelo conservadorismo cultural da “*intelligentsia* guarulhense”, o caminho trilhado aqui buscará operar sob um sistema de relações multiculturais. Negar-se-á, portanto, qualquer veia identitária única e pretensamente universal ou etnocêntrica.

O estudo sobre identidade(s) deve privilegiar o enfrentamento, explorando exatamente os espaços de *relação* (tensão), abdicando-se de terrenos vazios e abstratos de análise em que o conflito é substituído por conteúdos fixos e estanques, cujo *Lugar* é sempre o *Lugar* isolado, inócuo, ilhado, pontual e celular: identidade e cultura devem ser escritos nos *entre-lugares*, entre o local da cultura que está em todo lugar e ao mesmo tempo em lugar nenhum, isto é, nos espaços *entre*, nos espaços *com*, no *contra a*, nos lugares *de*, justamente entre os escombros escondidos dentro dos interstícios sociais. Sobre os processos constitutivos de identidade, o historiador indiano Homi Bhabha diz que é

teoricamente inovador e politicamente crucial a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses ‘entre lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. É na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios de diferença – que experiências intersubjetivas e coletivas, o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. (BHABHA, 2007: 20)

O *entre-lugar* na concepção diaspórica pode ser representado justamente no período entre a conformação dos estudos de nossos “baluartes” a respeito da identidade do município e o processo de migração a partir da década de 1960. Com os anos 1960 e 1970, período em que há o aumento da internacionalização da economia brasileira, cresce o fenômeno das migrações internas. Milhões de pessoas, especialmente vindas das regiões norte e nordeste do País, caminharam em direção ao sudeste, sobretudo para a cidade de São Paulo e região metropolitana. Porém, as análises semioficiais sobre a identidade e cultura

desconsideraram sobremaneira os diasporizados⁴.

Especialmente a partir de 1950 e 1960, a criação da infraestrutura viária, o conjunto de incentivos fiscais da Prefeitura de Guarulhos e a abertura da economia brasileira fizeram de Guarulhos um polo de atração migratória e de desenvolvimento econômico. Paulatinamente, a malha do município é aumentada com a vinda de famílias de fora. Dados da Fundação Seade apontam que entre 1970 e 1980 o crescimento vegetativo guarulhense é menor do que a taxa de migração: isso significa que o número de pessoas que vieram de fora das fronteiras de Guarulhos foi significativamente maior do que o número de pessoas que nasceram aqui. Na década de 1970, por exemplo, a taxa do crescimento vegetativo estava na ordem de 32,49%, ao passo que a taxa de migração foi de 67,51%. Isto vale dizer que o coeficiente da população vinda “de fora” foi mais do que o dobro das que nasceram aqui⁵.

Dados do SIGEO revelaram que 44% dos habitantes da cidade eram do interior do Estado de São Paulo; 25% vindos da Bahia, Pernambuco e Piauí; 14%

⁴ É importante ressaltar que as migrações são multivetoriais, o que significa falar que elas estão nos níveis internacionais, interestaduais, intraestaduais, intermunicipais e intrametropolitanos.

⁵ Fonte: Fundação Seade, 1992 – Prefeitura Municipal de Guarulhos.

de Minas Gerais e Paraná e 16% de outros estados brasileiros. Entre 1970 e 1990, a população salta de 237 mil habitantes para mais de 787 mil. Considerar Guarulhos como um espaço acentuado de êxodo migratório, cujo território foi historicamente (desde sua fundação) ocupado sob orientação de vários tipos de deslocamentos territoriais (desterritorialização), significa levar em conta seu aspecto diaspórico.

O fato é que êxodos têm inúmeras causas. Diásporas podem ser provocadas por mudanças climáticas e ecológicas, tragédias naturais, guerras civis ou militares, colonização, escravidão, exílio, ditaduras e, no caso de Guarulhos, motivação econômica. Em geral, esses são os motivos pelos quais milhares de pessoas mudam de seus respectivos locais de nascimento. Assim, ela refaz os espaços de significação cultural, simbólica e identitária, provocando mudanças contingenciais que nem sempre o Estado institucional ou os discursos oficiais estão dispostos a levar em conta.

A partir desse prisma, é possível pensar Guarulhos como um microcosmo semelhante àquele que Homi Bhabha descreveu quando tratou de territórios marcados por pessoas em via de desterritorialização, os “sujeitos hifenados”. Os “sujeitos hifenados” são aqueles que por alguma razão migraram, se deslocaram. Todos eles são dotados de hifenização, um hífen, um significado acrescentado, adicionado de acordo com seu local de origem e chegada. A hifenização cultural é,

portanto, uma denominação aditiva, um pós-fixado, tal como os que saem de sua terra para viver em outra, ganhando um sinal indicador de origem/estadia, como, por exemplo, os anglo-caribenhos. Fenômeno semelhante pode ser considerado no caso de franco-argelino, hispano-americano, anglo-americano etc. Estes – hifenizados pela cultura – são os que deixaram suas “casas” e foram para outros espaços, sendo obrigados a construir novos laços identitários, simbólicos e de representação.

No caso de Guarulhos, a chegada desses povos de várias regiões foi resultado de um processo cada vez mais intenso de industrialização. Via de regra, essa massa populacional se deparou com dificuldades de instalação, moradia, ausência de infraestrutura urbana e baixos salários. Para Nilton Cesar,

parte desse crescimento populacional deveu-se essencialmente a presença de grupos migratórios de diversas partes do Brasil que, em virtude do aquecimento industrial na espacialidade de Guarulhos, tornou-se um pólo de atração aos operários recém-chegados de outras localidades (GAMA, 2009: 46).

Como parte do inchaço demográfico, fator que aumenta substantivamente a oferta de mão de obra, o mesmo autor complementa afirmando que

o interesse do capital em promover o incentivo para o processo de migração de outras partes do estado para os centros urbanos se dá em razão

da necessidade de constituição de uma mão de obra abundante, como possibilidade de reduzir a composição dos salários. (GAMA, 2009: 46)

A partir de então, torna-se mais fácil supor que a chegada de tantas pessoas pressionou a expansão do perímetro municipal. Ocupado cada vez mais por imigrantes sem renda suficiente para adquirir imóveis nos lugares com mais infraestrutura, a cidade de Guarulhos cresceu via periferias. Tal processo ficou conhecido por alguns urbanistas como “padrão periférico de crescimento urbano”.

Esse era o cenário em que boa parte do conjunto dos discursos das celebrações do IV Centenário foram historicamente produzidos. Da perspectiva oficial, a história da cidade é fruto de sua vocação para o desenvolvimento social. Desse modo, a história – narrada sob forte influência do IV Centenário da cidade de São Paulo – não poderia ter outro desfecho senão o do “progresso”.

A suposta opulência do desenvolvimento urbano industrial de nosso município na década de 1960 é justificada pelos “baluartes” a partir de uma narrativa na qual o DNA do progresso já estava subscrito em Guarulhos desde sua fundação, obviamente relatada sem a violência que caracterizou o processo de colonização e sem qualquer tipo de tensão, seja ele étnico-racial ou de classe. Não é por acaso que o discurso do “progresso” e da história sem conflito (pacífica/apaziguadora)

pertencente às comemorações do IV Centenário, de 1960. Ele irrompe justamente quando há a necessidade de conformar milhões de trabalhadores dentro de um espaço urbano já degradado pelo poder do grande capital. Ao baixar o custo da mão de obra incentivando a migração, o processo de industrialização provocou o aumento desordenado da cidade e contribuiu significativamente para o recrudescimento da desigualdade social, o que pode ser observado quando se avalia o tipo de oferta de benesses sociais existentes nas regiões mais centrais e os espaços mais periféricos. Devido à grande oferta de terra e o potencial de lucro com a venda de terrenos, áreas rurais foram loteadas e desmembradas. Não por coincidência, essas áreas estão próximas da região da Via Dutra, que agrega boa parte do parque industrial. Nessa altura, pode-se mencionar que a periferia vem junto com a região de Cumbica, com o loteamento da Cidade Industrial Satélite, especialmente após 1945. Vale mencionar também o Jardim Presidente Dutra, que cresceu sobremaneira entre 1960 e 1970, o Jardim São João (desmembramento da antiga Fazenda Bananal), Cidade Seródio, Lenise, Santos Dumont, Bonsucesso etc. Vila Fátima, Vila Barros, a região da Praça Oito e Cocaia também se tornam polos de moradia, sobretudo a partir de 1970, 80. Para Nilton Cesar, a

execução dos loteamentos produziu espacialidades completamente desprovidas de recursos urbanos, em muitos casos, a falta de infraestrutura não possibilitava ao menos,

condições de estabelecimento da casa própria. O parcelamento do solo seguiu uma racionalidade que buscou reduzir ao máximo os custos com o empreendimento e a maior lucratividade com a venda dos lotes (GAMA, 2009: 95).

O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, documento da ONU (Organização das Nações Unidas) divulgado em 2013, revelou que, apesar da renda *per capita* do município ter crescido 30,63% entre os anos de 1991 e 2010, a desigualdade social aumentou. O Índice de GINI, que calcula o nível de desigualdade, saltou de 0,48% em 1991 para 0,51% em 2010. Para o Índice de GINI, quanto mais longe de zero (0) maior a taxa de desigualdade. O mesmo documento revelou também que o crescimento médio do tempo de estudo do guarulhense não foi acompanhado de maior renda, que ficou ainda mais concentrada na parcela mais abastada da cidade. O número de extremamente pobres saltou de 1,69% em 1991 para 2,58% da população em 2000. Já o nível de desemprego observado no período subsequente caiu, porém, a renda oriunda dos salários não significou, necessariamente, melhorias dos níveis de desigualdade.

O cenário a partir da década de 1950, portanto, não pode ser desvinculado da emergência dos êxodos populacionais e do apelo econômico, marcado pelo aprofundamento da internacionalização do mercado, a globalização, cuja tendência econômica e cultural é sua tentativa de homogeneização. A dificuldade da operação

do pensamento conservador dos “baluartes” de Guarulhos, cuja Academia Guarulhense de Letras parece ser ideologicamente tributária, é conciliar uma ontologia homogeneizante num contexto marcado exatamente pela complexidade e diversidade social, que busca um “ser guarulhense” idealizado, em vez do “hifenado”. A imersão cada vez mais aguda do município no mercado nacional e global parece vir acompanhada de um discurso massificador de identidades. Opta-se, por conseguinte, por um sistema explicativo e conciliador que (*con*)forma as diferenças, legitima o poder e apazigua os conflitos inerentes de uma comunidade política multicultural e economicamente demarcada pela luta entre força de trabalho e capital. Todavia, a despeito do apelo totalizante da globalização, Stuart Hall, em *Da Diáspora*, ainda lembra que ela

não pode controlar ou saturar tudo dentro de sua órbita. De fato, entre seus efeitos inesperados estão as formas subalternas e as tendências emergentes que escapam a seu controle, mas que ela tenta igualar ou atrelar a seus propósitos mais amplos”. (HALL, 2008: 57).

Em particular, para o caso da “identidade de Guarulhos”, essas “tendências emergentes” podem ser representadas pelos milhões de homens e mulheres hifenadas, que mesmo sob o fogo cruzado de explicações que pasteurizam formas de ser, escapam a todo o momento de qualquer tipo de tentativa de

enquadrar-se. Suas ontologias são fugidias, complexas, inserem-se dentro de camadas intraintersticiais, diaspóricas e avessas aos sedentarismos que procuram ligar, automaticamente, genealogia e identidade cultural. Seus lugares de cultura são plurais, não estão em terrenos, pois são desterritorializados, não possuem terra firme, pelo contrário, se equilibram em margens movediças e em areias nômades longe da rigidez de maneiras de ser totalizadoras e massificadas da elite pensante.

Sugere-se que o equívoco dessa busca quase incessante pelo “ser de Guarulhos” residiu em sua tentativa de estabelecer laços primordiais entre “genealogia histórica” e cultura, além de escancarar sua visão de classe ao conciliar harmonicamente capital e trabalho: a identidade do município estaria limitada por suas próprias fronteiras ou no máximo por um DNA herdado da hoje metrópole paulista.

Numa cidade cuja constituição demográfica tem várias matrizes étnicas, sociais e culturais – resultado de colonização europeia, contato com povos indígenas, escravidão, migração interna e externa –, como criar símbolos de identidades fixas, regionais ou “nacionais”? Se a diáspora existe, e existe no mínimo em sua dimensão intercontinental e transnacional – relação triangular Europa, África e Américas –, as ideias de territorialidade, pertencimento e identidade coletiva devem ser resignificadas. Faz-se necessário, talvez,

largar mão da perspectiva do “local”, da “cultura local/regionalizada”, do estritamente geográfico, territorialmente localizado, como se espaços puramente físicos de fronteira fossem por si sós transmissores e possuidores de cultura e ontologia(s). Foi pensando nos “locais de cultura” que Paul Gilroy – ao negar esse vício historiográfico territorialista – defendeu uma história des-continentalizada, preferindo o balançar das águas atlânticas à rigidez do determinismo topográfico e espacialógico:

em oposição às abordagens nacionalistas ou etnicamente absolutas, quero desenvolver a sugestão de que os historiadores culturais poderiam assumir o Atlântico como uma unidade de análise única e complexa em suas discussões do mundo moderno e utilizá-la para produzir uma perspectiva explicitamente transnacional e intercultural (GILROY, 2001: 57).

O historiador Paul Gilroy, em *O Atlântico Negro*, afirma que os processos constitutivos de subjetivação da Europa relutaram em considerar as diferenças e pluralidades sociais em nome de um conceito único de formação cultural. O engodo da ideologia da identidade nacional, longe de levar em conta as múltiplas raízes societárias, tenta formar a ideia de pertencimento sob o discurso de um elo comum, de uma raiz coletiva enraizada em princípios e “tradições” compartilháveis e oriundas de um mesmo espaço territorial e geográfico. É assim que França e Reino

Unido, talvez pioneiras da necessidade da criação do “homem francês” e da “anglicidade”, solaparam qualquer noção que escancarasse a influência externa. O eurocentrismo e o etnocentrismo são formas acabadas de relutância simbólica. A criação de um discurso de identidade, baseada no território nacional, reforçou e legitimou o domínio metropolitano sobre as colônias. Cola-se, de modo ideológico, as ideias de pátria, identidade, territorialidade, pertencimento, cultura e nacionalidade. Em virtude disso, Gilroy elenca o oceano como ponto de partida ao analisar lastros culturais que irrompem justamente a partir do trânsito e do movimento da diáspora. A cultura é experiência e relação social, e não uma invenção. O local da cultura não segue fronteiras artificiais. Fluida, ela está suscetível a trocas, traduções e ressignificações.

No que se refere a Guarulhos, nunca é demais lembrar que aqui, além de já existir milhares de comunidades indígenas, também houve e há um processo de desterritorialização. Não se pode esquecer que nesse território, desde o século 16, portugueses e índios já travavam contatos, levando ambos os lados a ressignificar sua própria cultura e a criar novos signos e outros modos de intervenção. O elemento negro, que entrou em cena a partir do tráfico negreiro que exilou milhões de sujeitos vindos da África por mais de três séculos, também redimensiona esse campo de poder já magnetizado por portugueses e índios. Sujeitos de diferentes tribos sofreram impacto da colonização que,

ao sabor das necessidades da metrópole, misturou pessoas das mais distintas perspectivas dentro de aldeamentos respaldados inicialmente pelos jesuítas. Em busca de índios, sertanistas saíram na captura por mão de obra, fundando aldeamentos. Com alianças, conluio e força, os colonos portugueses também chegaram onde atualmente chamamos de Guarulhos; uma cidade que passou por um *boom* populacional a partir de 1960 e que recebeu gente de todo os cantos. À luz das reflexões da diáspora, talvez seja possível pensar quão complexa é a relação entre identidade e cidade, especialmente esta, uma das maiores da região metropolitana de São Paulo.

Em geral, estabelecemos a noção de identidade como fixada no nascimento (itinerário genealógico), como se o que fôssemos tivesse – eternamente – uma relação imutável a partir de onde nascemos. Isto parece ficar evidente quando escutamos relatos de pessoas que vieram de outro lugar para a “cidade grande”, por exemplo. A ida e o estabelecimento num novo local não cicatrizam as fendas da origem, da terra de onde estão as supostas raízes. Resultante dessa relação multivetorial entre passado e presente, a nostalgia surge como saudade e um desejo de algum dia retornar à matriz originária.

No Brasil, assim como em muitos outros espaços agora colonizados, nem mesmo os índios, teoricamente os originários do espaço, permaneceram em seus lugares. De um jeito ou de outro, ninguém é

“daqui”. O próprio aldeamento de Guarulhos, fundado no século 16, é resultante de migração forçada de índios, obrigados a sedentarizar-se. Ademais, a continuidade de fluxos migratórios constantes na atualidade desestabilizam e ao mesmo tempo reforçam a noção de lar. A vontade de voltar, para muitos, significa a possibilidade de reestabeler finalmente o elo perdido, religar o cordão umbilical por ora desligado e fazer renascer as *tradições* e origens quase numa perspectiva redentora, reendossando inclusive o papel do mito fundador/mito de origem. Nesse conjunto complexo de representações, a tradição aparece como algo indelével, que deve ser mantido para não se perder de vez o elo originário, algo que deve ser preservado a todo custo.

Todavia, o romantismo da manutenção e da busca das “raízes” e da conservação da “tradição” cai por terra quando se faz uma arqueologia histórica do ser social. Os estudos da diáspora sugerem outros caminhos para refletir sobre essas questões. Uma vez diaspORIZADOS, algo no caminho (*passage*) se perde. A cultura de sujeitos hifenados é exatamente essa inconclusão, uma impossibilidade da terra firme profundamente marcada por relações intramarinas/intercontinentais da *middle passage*. Essa cultura é formada no mar, na relação triangular, a despeito da vontade de fixidez oriunda do discurso colonialista ou das elites que tentam consagrar o ser regional/nacional em nome de um pacto que na verdade só legitima a exploração e refunda a vontade de poder. É

essa fluidez e inconclusão/conclusiva que Homi Bhabha, em *O Local da Cultura*, chama de *hibridismo*. A representação e os significados criados historicamente a partir de laços em novas localidades e sob signos culturais mudam, se transformam. Talvez essa seja a razão pela qual muitos dos que voltam tenham uma difícil “readaptação”, como se nunca tivessem sido nem do lugar “de origem” e tampouco daquele do qual acabaram de chegar. É, novamente, o não local da cultura, que ao mesmo tempo está em todos os lugares; é o *deslize*: o deslize sobre o qual significações fogem a todo instante, são ariscas, não fixas, areia sob dedos descuidadosamente abertos, sem pontos de alicerce enraizados, já que a cultura, como entidade viva, está em plena e constante transformação:

(...) sempre há o deslize inevitável do significado na semiose aberta de uma cultura, enquanto aquilo que parece fixo continua a ser dialogicamente reapropriado. A fantasia de um significado final continua assombrada pela 'falta' ou 'excesso', mas nunca é apreensível na plenitude de sua presença a si mesma (HALL, 2008: 33).

Mais adiante, o autor destaca que dentro do jogo intrincado de i-migrações e multiculturalismo

as culturas, é claro, têm seus ‘locais’. Porém, não é mais tão fácil dizer de onde elas se originam. O que podemos mapear é mais semelhante a um processo de repetição-com-diferença, ou de reciprocidade-sem-

começo(HALL, 2008: 36).

Em virtude disso, pode-se questionar a possibilidade de pensarmos em questões culturais embasadas numa identidade via nação/territorialidade e “tradição”. No caso de Guarulhos, o sistema de explicação da identidade, além de míope, foi excludente, pois não se considerou em seu programa de análise os milhões de hifenados da história, especialmente aqueles estabelecidos nas periferias e nos espaços menos privilegiados. Entender o deslize é compreender como, por exemplo, uma Casa do Norte pode, em plena Avenida Faria Lima, localizada no bairro do Cocaia, se chamar “Casa do Norte do Mineiro”. Ao citar a cultura caribenha, que como a nossa também é plasmada pela diáspora, colonização e por um engodo da ideologia do Estado-Nação com relação a ideia de pertencimento, Stuart Hall afirma que nossa

cultura é essencialmente impelida por uma estética diaspórica. Em termos antropológicos, suas culturas são irremediavelmente 'impuras'. Essa impureza, tão frequentemente construída como carga e perda, é em si mesma uma condição necessária. (...) Os Estado-Nação impõem fronteiras rígidas dentro das quais se espera que as culturas floresçam (HALL, 2008: 34).

Ainda sob o mesmo sentido, Hall segue:

nossas sociedades são compostas não de um,

mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo - dizimados pelo trabalho pesado e a doença. A terra não pode ser mais 'sagrada', pois foi 'violada' - não vazia, mas esvaziada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de construir uma continuidade com os nossos passado, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas. Em vez de um pacto de associação civil lentamente desenvolvido, tão central ao discurso liberal da modernidade ocidental, nossa 'associação civil' foi inaugurada por um ato de violência e através dela. A via para a nossa modernidade está marcada pela conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela de dependência colonial (HALL, 2008: 30).

Esses pontos podem ser a chave para refletir a questão de cidadania, pertencimento, participação social e formação identitária. No Brasil, a República, que prometia solapar as marcas da colônia, apenas reafirmou o abismo entre sujeitos sociais e instituições representativas. Como disse Sérgio Buarque em *As Raízes do Brasil* (sexto capítulo), nossa democracia sempre foi um “mal-entendido”, no sentido das classes dominantes construírem um discurso pálido e rarefeito de representação política que não passava de uma cópia mal-executada do liberalismo burguês europeu e norte-

americano e que desconsiderou qualquer canal de participação daqueles que faziam parte da comunidade política do momento. Como “comunidade imaginada”, a construção de símbolos nacionais parece possuir seus limites, uma vez que ela é dotada de um eu metafísico, transcendental, artificial e demagogicamente projetado que em nada tem a ver com a massa da população de carne e osso e especialmente marcada por fendas coloniais e marginalização republicana/municipal. Nesse aspecto, vale lembrar que muitos símbolos da “nação” são hoje considerados patrimônios históricos. Não por acaso, esses símbolos nacionais surgem ainda com mais força curiosamente em contextos de autocracia e de Estado autoritário, como é o caso do nacionalismo e dos signos nacionais durante o Estado-Novo (incluindo o nascimento do IPHAN) ou as comemorações de “quartos centenários” durante a década de 1960, justamente no período militar. Também não parece coincidência que em Guarulhos, lugar em que Noronha e Ranali estão escrevendo a história da cidade, a narrativa histórica seja carregada de uma identidade *fake*, um verdadeiro conto de fadas erigido linear e pacificamente a partir da aliança e de laços fraternais entre índios, negros e brancos.

Cultura e identidade não são

apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma 'arqueologia'. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu 'trabalho

produtivo'. Depende de um conhecimento da tradição enquanto 'o mesmo em mutação' e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse 'desvio através de seus passados' faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (HALL, 2008: 43).

A história de Guarulhos será contada de modo razoável tão logo as camadas “produtoras de conhecimento” abandonem seus dogmas e passem a levar em conta os sujeitos “fora da história”. A história da cidade deve ir para o divã de modo urgente, deve colocar-se como objeto de análise e desvendar e desnudar, sob outros patamares conceituais, seus processos constitutivos numa psicoterapia cuja ferramenta é a autocrítica. Em outros termos, repensar o passado é refazer as pazes com quem hoje somos. A Cultura não é o que a tradição faz de nós, mas o que nós fazemos com aquilo que nos foi passado como tradições.

Referências

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS – PNUD. Organizações das Nações Unidas, 2013

BHABHA, H. K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998

FUNDAÇÃO SEADE. Sistema Estadual de Análise de Dados. 1992

GAMA, N. C. de O. O processo de conformação da periferia urbana no município de Guarulhos: os loteamentos periféricos como (re) produção de novas espacialidades e lugar de reprodução da força de trabalho. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2009

GILROY, P. O Atântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

HALL, S. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SIGEO. Soluções Integradas em Geotecnologias. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, 1992.

A construção de um paradoxo – a moderna tradição guarulhense

Adilson do Nascimento Freire



Fig. 01

Paul Klee, *Angelus Novus*

Tese n. 09

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.

I

Num dos volumes das obras escolhidas do filósofo alemão Walter Benjamin, há um ensaio dedicado ao romancista francês Marcel Proust. Nele, descobrimos que Proust “não descreveu em sua obra uma vida como ela foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu (...)”. Observação fundamental à compreensão do livro *Em busca do tempo perdido*, uma vez que revela um traço, dos mais importantes, do texto *proustiano*, pois “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois dele⁶” (BENJAMIN, 2011: 37).

Essa ausência de limites que surge aqui como o contrário do elemento finito do acontecimento vivido assim foi descrita numa bela passagem desse ensaio,

Mas essa eternidade não é de modo algum platônica ou utópica: ela pertence ao registro da embriaguez. Se é certo, conseqüentemente, que o tempo revela uma nova e até então desconhecida forma de eternidade a quem se aprofunda em seu fluxo, isso não significa que com isso o indivíduo se aproxima das regiões superiores, que alcançaram, num único bater de

6 BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 2011. p. 37.

asas, um Platão ou Spinoza (BENJAMIN, 2011: 45).

A ideia contida nesse trecho do ensaio, que nos remete a infinidade de possibilidades de rememorar o vivido, nos oferece a chance de, mais uma vez, nos debruçarmos sobre a cidade de Guarulhos a partir de um momento festivo, quando a cidade celebrou o IV Centenário de sua fundação. Digo mais uma vez porque, de 1960 em diante, o dia 8 de dezembro passou a fazer parte do calendário oficial da cidade, oportunamente, a tempo de comemorar os 400 anos de sua fundação e a ser, desde então, lembrado e celebrado anualmente.

Aqui, o que nos propomos, e seguindo as pistas deixadas por Benjamin quanto às infinitas possibilidades de se relacionar com o passado, com as experiências já vividas, é propor uma abertura diante da forma acabada como essa data vem sendo apropriada e rememorada ao longo das últimas décadas.

Nesse período, a imprensa local tem apresentado, em edições especiais, depoimentos de políticos e empresários sobre suas lutas ao longo dos anos, de suas conquistas do presente e sobre suas expectativas quanto ao futuro. Também nos são lembrados os esforços intelectuais que buscaram desvendar os distantes acontecimentos de nossa história e, entre uma missa e outra, celebradas sob a invocação da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição,

nos são oferecidos shows de artistas de sucesso financiados pelo Poder Público, que não abre mão do momento, por meio de seus representantes, de enaltecere seus feitos.

Essa fórmula que tem nos apresentado, insistentemente, uma concepção linear do tempo, dividindo-o em compartimentos claros e seguros, foi observada para além dos limites geográficos da cidade e para além de seus momentos de celebração.

Existe um senso comum em relação à história que a coloca numa situação estranha diante da vida que se apresenta hoje, no presente, relação incorporada inclusive nos ditos populares – águas passadas não movem moinho – que nos ensina a observá-la de forma negativa, como uma ausência, como algo alheio às nossas vidas. Essa “verdade”, já tão sedimentada em nossa cultura, e as dificuldades que ela apresenta de saída, podem ser vistas num famoso exemplo, tão sugestivo quanto revelador, dessa relação: o suicídio do então presidente de República Getúlio Vargas. Diante de uma profunda crise institucional, e não encontrando outra saída possível para aquela situação decide dar cabo da vida com um tiro no peito. Esse ato extremo, que teve por testemunha a carta que acabara de escrever como testamento à Nação, e que continha os seguintes versos: “...serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história(GUERRA et al, 2010: 17)

No que diz respeito à cidade, essa forma de perceber o tempo, como já o dissemos, vem sendo repetida, também, por parte dos que se debruçaram sobre o seu passado. Em 2002, por exemplo, o fundador da Academia Guarulhense de Letras, o prof. Gasparino Romão, a convite do autor de um livro sobre um tradicional bairro de Guarulhos, a Vila Galvão, fez o seguinte comentário:

É muito interessante a obra escrita e produzida pelo autor. Não é uma obra histórica, pois a história se prende à descrição dos fatos, ocorridos apenas para o conhecimento posterior e o autor é profundo em considerações pessoais, (...) sua força de expressão dá ao texto escrito, não a monotonia de um relato apenas, mas, a intuição de que se viveu ou ainda está vivendo tudo aquilo (...), é por isso que eu digo que o Lineu não escreve a obra que pretendeu haver escrito. Para escrever a história deveria tão somente relatar os fatos sem se deter em pormenores ou tecer considerações. (ACEIRO, 2002: 9)

Num outro exemplo, o mesmo Gasparino Romão em parceria com outro celebrado autor da cidade, Adolfo de Vasconcelos Noronha, convidado a escrever um livro para as comemorações dos cem anos de emancipação política da cidade, reforça a separação entre a história, sinônimo de passado, e o presente vivido. Nessa obra, o passado, acabado que está, deve simplesmente ser transcrito como nos explicam os autores.

Há algumas décadas o Dr. João Ranali escreveu a história da época e o seu trabalho, de ingentes pesquisas, serviu de estofa para que, no IV Centenário da fundação da cidade, pudesse ser publicada a obra “Guarulhos Cidade Símbolo”. [Portanto] a obra apresentada não tem o sentido de genuína e de original, pois, para sua elaboração servimo-nos do que já fora anteriormente publicado a respeito, atualizando a obra no concernente a dados, para agora, ou transcrevendo-a, simplesmente quando se tratava da parte histórica (ROMÃO, 1980: 7)

Esses exemplos, que poderiam ser multiplicados à exaustão, nos dão conta de uma relação que vem sendo construída com o tempo, com o passado, com a história; e em nossos exemplos, de como esta última vem sendo associada a uma percepção do passado distanciada da vida das pessoas.

Para essa relação, que começou a ser sentida de maneira mais dramática a partir do início dos anos 1950, com os cortes que a cidade sofreu com a abertura de grandes, e, à época, modernos corredores viários (Rodovia Presidente Dutra, 1951, e Rodovia Fernão Dias, 1956), que gostaria de chamar a atenção.

Um panorama desse momento foi apresentado rapidamente, num periódico semanal, em sua edição comemorativa dos 398 anos, que até então acontecia em 24 de março.

(...) A data que transcorre com o município elevado a comarca de 3º entrância, com ginásio do estado, mais 30 grupos escolares, casa de lavoura, escola de comércio e grande desenvolvimento (...) tiveram papel preponderante no seu surto de progresso a Base Aérea de Cumbica e a via Presidente Dutra, além de sua posição geográfica privilegiada, pois fica entre os bairros periféricos mais importantes (...) com a vinda de indústrias, consequência da descentralização da capital, teve acelerado seu progresso (...) o número de construções foi elevado a ponto de transformar a velha vila na respeitável cidade de hoje. Hoje Guarulhos se constitui na comarca que ocupa o 44º lugar no Brasil, é uma das principais cidades da pátria graças à força de seu progresso de iniciativa particular, pois seus problemas básicos permanecem para os poderes públicos resolver.(CORREIO DO POVO, 22 de Março de 1958)

Uma nova realidade que a cidade começa a vivenciar e que a transformou, segundo um dos pesquisadores que se debruçaram sob sua história, num

(...) dos principais centros urbanos bandeirantes (...). Desenvolveu-se por transbordamento, mercê do crescimento vertiginoso da Grande São Paulo. Esse gigantismo populacional e econômico foi uma explosão, fenômeno destes

últimos quarenta anos. Em verdade, a quadrisseccular povoação restou, como semiadormecida, por mais de três séculos e meio! Até meados dos anos 40, até o pós-guerra, Guarulhos era um burgo modestíssimo, isolado da civilização, esquecido do mundo!...a vila era pouco mais que a rua D. Pedro II, com alguns bairros ligados por verdadeiras estradas, - Vila Galvão, Ponte Grande, Macedo, Piracaia, Vila Rio e, bem mais distante, Bom Sucesso e bairro dos Pimentas (RANALI, 1986)⁷

É a partir desse período, de meados dos anos 40, que Guarulhos passa a dialogar com os ritmos de um processo de modernização que irá caracterizar parte de sua dinâmica histórica. Quando a cidade viu, então, as portas para o seu desenvolvimento se abrirem para o futuro, de maneira curiosa, buscou reencontrar-se com o seu passado.

Retomando as imagens do índio, do bandeirante e do jesuíta, que há algumas décadas haviam sido incorporadas oficialmente à vida pública da cidade⁸,

⁷ Vale Lembrar o distanciamento temporal desse texto, escrito em 1986 como apresentação do livro de João Ranali por Adolfo de Vasconcelos Noronha.

⁸ Ato 87 de 1º de setembro de 1932. “Aprova o brasão d’armas da cidade e município de Guarulhos; Artigo 2º - O histórico e características do brasão d’armas é o seguinte: escudo redondo português encimado pela coroa mural privativo das municipalidades; em campo azul quatro cabeças de carnação acantonadas e afrontadas; duas de chefes índios guayanazes e Guarulhos – com seus cocares e duas de brancos portugueses com seus cascos (capacetes) simbolizam a cruz antiga de europeus e americanos já

essa reunião exigiria muito malabarismo para superar as dificuldades iniciais desse reencontro.

Escrever com a exatidão de datas irremovíveis pela dúvida, a história de Guarulhos, é façanha a que ninguém se abalancharia com probabilidades de êxito hoje. A controvérsia é tamanha, tão desanimador é o emaranhado de opiniões, que os primeiros rebuscadores da nossa formação, sentiram, muitas vezes ser-lhes frágil e movediço o terreno. Alinhar passagens isoladas para delinear os primeiros albos da terra do Conselheiro Crispiniano, é trabalho de árduo arremate. Ocasões há em que o labor carinhoso de dias e dias de pesquisas, esboroa-se como balelas, em vista dos mais avançados desfechos. E chega-se as razões finais que Teodora Sampaio teve a coragem de apregoar: “o problema histórico da nacionalidade dos índios que ao tempo da conquista ocupavam o litoral e o campo de Piratininga, na Capitania de S. Vicente, não está solvido, nem creio que jamais o será de modo cabal e definitivo (RANALI, 1944)

Os esforços empreendidos para superar essas dificuldades aconteceram sob os impactos dessa realidade que vinha se configurando. É quando o

nas auras de 1560 no arraial de Guarulhos. Ao meio do escudo a cruz soeta, de prata, de pé recurvado uma e outra parte, um dos atributos heráldicos do nome Álvares recorda o papel preponderante do Padre João Álvares, a quem se deve a execução da capela em tono do qual se agrupa a população de Guarulhos. Por sob a cruz a lua crescente de prata atributo da Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos...”.

professor Adolfo Vasconcelos Noronha anuncia de maneira categórica:

Na legislatura municipal de 1948/1952, a primeira pós-restauração democrática, a Câmara aprovou uma lei, de iniciativa do Dr. Nicolau Falci, instituindo o dia 24 de março como feriado local, atentando para elevação de Guarulhos à categoria de município, o que se deu naquele dia e mês do ano 1880. Nessa ocasião, lamentou-se a falta de uma data que comemorasse a fundação da cidade, evidentemente um fato histórico de muito maior relevo. Agora já não mais é possível deixar-se tal lacuna. Unanimemente aceito o ano de 1560, o 08 de dezembro se torna irrecusável como data natalina do povoado, já pelas tradições da época, já porque, sendo um dia próximo ao fim do ano, confere-nos a certeza de que, nessa altura, a redução dos índios Guarulhos era um fato⁹ (NORONHA, 1960: 18).

9 NORONHA, Adolfo de Vasconcelos. Guarulhos cidade símbolo. Guarulhos, 1960. p. 18.

II



O novo Paço Municipal ao lado do símbolo do IV Centenário na recém-inaugurada Praça Getúlio Vargas. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos, s/d.

A cidade recebeu em meados de 1959 a visita do poeta Guilherme de Almeida e do diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo Lourival Gomes Machado para julgar os trabalhos apresentados no concurso instituído pela Comissão encarregada da programação e execução dos festejos de comemoração do IV Centenário da cidade para a escolha do seu símbolo.

Os 107 candidatos inscritos apresentaram mais de 300 trabalhos, com o primeiro lugar sendo conquistado pelo

símbolo criado por uma equipe de três estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (...), que segundo a interpretação de seus autores: é formado por tetraedros, cada face representando um século. Formam-no quatro triângulos iguais, dois unidos por suas bases menores e dois justapostos por seus vértices, sendo estes, dispostos segundo um eixo vertical. Assim, cada triângulo representa um século. O conjunto é um sigma estilizado, representando uma integração de valores, traduzindo os dias atuais; o triângulo recorda as três raças que povoaram a região; a dominante é a vertical, representando progresso; o vértice comum é a união em busca do progresso (NORONHA, 1960: 111).

O marco do IV Centenário, seus festejos e símbolos, assim como as rodovias que recortaram o chão da cidade, além de todo o conjunto de mudanças que passaram a fazer parte de sua nova paisagem devem ser vistos dentro de um processo de ruptura, de uma tradição de ruptura, dentro do que a cultura ocidental tem chamado, paradoxalmente, de “moderna tradição”.

O poeta e ensaísta mexicano Otavio Paz, ao tratar da poesia produzida no ocidente nos últimos séculos, desde os românticos alemães e ingleses, olha para esse conceito da seguinte maneira:

essa expressão não significa apenas que existe uma poesia moderna, mas também que o moderno é uma tradição. Uma tradição feita de

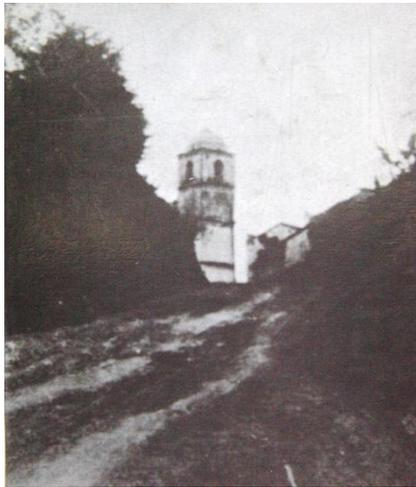
interrupções e na qual cada ruptura é um começo. Entende-se por tradição a transmissão de notícias, lendas, histórias, crenças, costumes, formas literárias e artísticas, ideias e estilos de uma geração para outra; portanto, qualquer interrupção nessa transmissão equivale a quebrar a tradição. Se ruptura é uma destruição do vínculo que nos une ao passado, uma negação da continuidade entre uma geração e outra, será que podemos chamar de tradição aquilo que rompe o vínculo e interrompe a continuidade? E mais: mesmo se aceitarmos que a negação da tradição poderia afinal, com a repetição do ato por gerações de iconoclastas, constituir uma tradição, como chegaria a sê-lo de fato sem negar a si mesma, isto é, sem afirmar em determinado momento não a interrupção, mas continuidade? A tradição da ruptura não implica só a negação da tradição, mas também a negação da ruptura... a contradição persiste se, em vez das palavras interrupção e ruptura empregarmos outras que se oponham com menos violência às ideias de transmissão e de continuidade. Por exemplo: a tradição moderna. Se o tradicional é por excelência o antigo, como o moderno pode ser tradicional? Se tradição significa continuidade do passado no presente, como se pode falar de uma tradição sem passado e consiste na exaltação daquilo que o nega: a pura atualidade?

Apesar da contradição que implica, e às vezes com plena consciência dela, como no caso das reflexões de Baudelaire em *L'art romantique*, desde o princípio do século XIX fala-se da modernidade como uma tradição e se pensa que a ruptura é a forma privilegiada da mudança (PAZ, 2013: 15)

Esse processo tem nos deixado algumas marcas que permitem, de maneira fragmentada, observar parte desse movimento. Vejamos, então, rapidamente, a partir de algumas imagens e documentos custodiados pela Administração Pública Municipal, traços desse movimento que inaugura em Guarulhos o que chamamos de moderna tradição.

A seguir, três diferentes ângulos da Igreja Matriz, marco da paisagem urbana da cidade, por volta da década de 1930. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos





Fonte: Arquivo Histórico Municipal

A rua Direita, atual rua Dom Pedro II, que se estende diante da catedral da cidade, tinha seus limites definidos, de um lado pela própria igreja e de outro pela igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Esses limites que por tanto tempo orientaram seus habitantes foram sendo transpostos em outras direções, exigindo a abertura de novos espaços, onde antes havia velhas construções, para que essas novas necessidades não se vissem frustradas.

A igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos nos deu um exemplo desse processo quando, em 1928, uma comissão encarregada das obras de reforma do “tradicional templo”, em seu diagnóstico, analisou as condições físicas da igreja, incluindo aí o espaço em que se localizava e os transtornos que oferecia.

A Comissão encarregada das obras de reforma e reconstrução do tradicional templo catholico de N. S. do Rosário desta cidade (...), pede vênha p^a ponderar o seguinte: Como é público o templo está em ruínas ameaçando próximo desabamento de modo que a sua reforma e reconstrução são urgentíssimas. Entretanto o templo, na situação em que se acha dificulta o trânsito público pois que na esquina aperta sobremaneira a via pública que nesse local é estreitíssima. Resolveu, então, a Comissão fazer levantar às plantas de modo que, aproveitando o terreno do outro lado, a reconstrução de alargamento e expansão à via pública. Para isso porém, é necessária a completa demolição do templo existente e a construção de novo templo

(...). Assim, considerando que a reconstrução como vai ser feita, além de trazer embelezamento e melhoramento local traz elevada utilidade p^a o trânsito público, a comissão vem solicitar da Câmara Municipal de Guarulhos a votação de um auxílio, em benefício para essa construção. Guarulhos, 1928¹⁰.



Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em dois momentos. Atualmente há um marco na Praça Conselheiro Crispiniano na rua D. Pedro II em sua memória. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos. Década de 1920.

10 Requerimento s/n. Seção Administrativa de Microfilmagem, Prefeitura de Guarulhos. Microfilme Rolo n. 2.



Rua Dom Pedro II, antiga Rua Direita, em seu processo de “embellezamento e melhoramento” do qual nos fala o documento acima. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos, 1935.

A cidade, em fins dos anos de 1940, receberia a Base Aérea de Guarulhos, também considerada um dos principais fatores do seu desenvolvimento, e, no início dos anos de 1950, a Rodovia Presidente Dutra, que em conjunto, soaram, segundo uma entrevista do então prefeito da cidade, Rinaldo Poli, como os “clarins do progresso”, viu seu espaço físico, nesse momento, principalmente a região central e as margens das rodovias, se transformar significativamente.

O professor Carlos José, no terceiro capítulo de sua tese de doutorado, além de discutir exaustivamente parte de um processo mais amplo de modernização do País, ligado à construção de mecanismos de desenvolvimento regionais, tais como a formação da Região Metropolitana de São Paulo, apresenta alguns números que dão conta das mudanças operadas na cidade a partir dessas intervenções em seu espaço físico: entre 1953 e 1956, o número de indústrias cresceu mais de seis vezes, aumentando o número de novos estabelecimentos de 27, em 1953, para 170, em 1956¹¹.

Impulsionada por esses números e interessada em atrair mais indústrias, a administração municipal, em colaboração com as indústrias e com o comércio local, organizou a “1ª Exposição da Indústria Guarulhense” no Parque do Ibirapuera (...). Entre outras indústrias,

11 SANTOS, Carlos Jose Ferreira. Guarulhos: espaços identitários sob a mundialização. Tese de Doutorado. FAU-USP. 2003. p. 144.

compareceram: Asea Elétrica S.A. (transformadores elétricos); Pfizer Corporation do Brasil S.A. (produtos químicos); Olivetti Industrial S.A. (máquinas de escrever); Microlite do Brasil S.A. Com. e Ind. (indústria de eletroquímica de pilhas e baterias); Fábrica Dental Suprema Ltda. (cadeiras odontológicas, estantes, porta-resíduos, armários semi-aço); Técnica Industrial Elétrica Ltda; Indústria Metalúrgica Stella Ltda.; Metalúrgica Kosmos S.A.; Abrasivos Irmãos Meyer S.A. – Indústria e Comércio; Ipsa S.A. Indústria de Papel; Aço Inoxidável Fabril Guarulhos S.A.; Indústria de Couros Atlântica S.A.; Fábrica de Casimiras Adamastor S.A.; Têxtil Beru S.A.; Tody do Brasil; Companhia Cervejaria Rio Claro S.A. – Caracu; Fábrica de Cigarros Sudan S.A. (SANTOS. 2003: 147).

Outras tantas indústrias instalaram-se em Guarulhos a partir dessa feira, ampliando seu parque industrial às margens das rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias. Além das já citadas à extensa lista, entre 1956 a 1960, empresas de grande porte, como Philips do Brasil, SKF do Brasil, etc., passaram a compor a paisagem da cidade (SANTOS. 2003: 147).

Nesse contexto, sob os impactos da presença das rodovias que cortavam a cidade, sua paisagem vai se modificando com a ocupação de seus espaços pelos tantos e novos loteamentos, que vão transformando também as formas de dialogar com esses espaços.



Centro da cidade de Guarulhos. Década de 1960. . Fonte:
Arquivo Histórico de Guarulhos.



Acima, a rua João Gonçalves em dois momentos numa
perspectiva mais ampla da cidade. Década de 1950. Fonte:
Arquivo Histórico de Guarulhos.



Rua Dom Pedro II. Em sua nova roupagem. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos. s/d.

Em 1959, um processo administrativo registrou certos limites que o novo quadro urbano da cidade impunha aos usos de outra época. O comércio de carnes da cidade, que desde 1946 havia sido concedido a “COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CARNES GUARULHOS LTDA.”, se via às voltas com as mudanças de que estamos tratando.

Com o desenvolvimento e o extraordinário progresso do município, o pequeno matadouro de 1946 teve necessidade de adaptar-se às condições e às exigências sempre crescentes de Guarulhos, e, assim, o diminuto abate de 100 bois mensais, elevou-se em 1959, para 5000 bois; Para o abastecimento da carne, a firma é

obrigada a adquirir bois em diversas zonas do nosso estado (...). Cerca de 4 ou 5 vezes, por semana, aproximadamente, 1200 bois atravessam, agora, centros populosos (...), e no nosso Município, Vila Galvão, Jardim Tranquilidade, Gopouva e Avenida Guarulhos. A travessia dessas boiadas por aqueles bairros tem trazido à firma uma série de dissabores (...) e, não raras vezes, os bois adentram as casas ou causam danos consideráveis aos veículos estacionados nas vias públicas daqueles bairros (...) o digno prefeito da capital, está disposto a cumprir, rigorosamente o que determina a Lei nº4.641 de 1955, proibindo, terminantemente, o trânsito de boiadas, a pé, pelas ruas e avenidas da capital (...). Se eventualmente for, de fato, proibido pelo Prefeito da capital o trânsito a pé, do gado (...) à Guarulhos, a suplicante, fatalmente terá que paralisar as suas atividade e, em consequência, não poderá dar cumprimento ao que foi estabelecido (...) isto é, no fornecimento de carne “em quantidade e qualidade” à população de Guarulhos 12.

Um último traço para nos ajudar a pensar o tamanho dessas mudanças nos foi dado pelo crescimento da população da cidade a partir dos anos de 1940:

de uma população de 13.439 pessoas em 1940 aos 101.273 habitantes que o senso da época lhe atribuirá em 1960, já é possível perceber um salto extraordinário e que continuará a evoluir

12 Processo Administrativo n. 3.375/59. Seção Administrativa de Microfilmagem. Prefeitura de Guarulhos. Microfilme Rolo 238.

de maneira exponencial. Em 1970, a população já ultrapassa os 200 mil habitantes; em 1980, 530 mil pessoas já convivem nos limites geográficos da cidade; na virada do século XX para o XXI, já ultrapassavam a faixa de um milhão de habitantes (SANTOS, 2003: 173).

Diante desse quadro temos uma ideia, ainda que pálida, das mudanças que a cidade de Guarulhos vivenciou a partir de fins da década de 1940 com as intervenções que sofreu em seu espaço físico, por conta de um processo muito mais amplo, que lhe trará uma nova dinâmica e que varrerá uma parte de seus traços, até então, considerados mais característicos. Nesse momento em que Guarulhos se abriu para as incertezas do futuro o livro *Guarulhos cidade símbolo* foi publicado.

Relembrando esse momento em 1984, o autor nos diz o seguinte:

Até meados dos anos 40, até o pós-guerra, Guarulhos era um burgo modestíssimo, isolado da civilização, esquecido do mundo!... a vila era pouco mais que a rua D. Pedro II, com alguns bairros ligados por verdadeiras estradas, - Vila Galvão, Ponte Grande, Macedo, Piracaia, Vila Rio e, bem mais distante, Bom Sucesso e bairro dos Pimentas. Foi nesse momento (...), em que Guarulhos iria iniciar a grande corrida na vereda do progresso, que aqui chegou João Ranali (...).O então prefeito José Maurício pediu-lhe que escrevesse a história de Guarulhos (...). O próprio Ranali nos contou

que atendeu ao prefeito com a urgência reclamada. Em uma semana, apenas, compôs um livreto que, com todas as limitações, teve o mérito de ser a “primeira história de Guarulhos”. Iniciavam-se os anos 40. Ao se aproximar o IV centenário de Guarulhos (1960), alguém havia de retomar o esforço de Ranali, a fim de completar o relato histórico da povoação (...). Foi como e porque tivemos a ousadia de assumir o compromisso, razão pela qual passamos a vasculhar o passado da comunidade numa pesquisa que durou cerca de um ano. Assim, em 1959 elaboramos uma Súmula da História de Guarulhos”, espécie de aperitivo do nosso trabalho já completo , apresentado no ano seguinte, como espécie de abertura dos festejos (...) que teve por título “GUARULHOS CIDADE SÍMBOLO”. (NORONHA, 1986: 12)

Fechemos aqui o longo parêntese que abrimos com a exclamação posta no início deste Capítulo e retomemos nosso fio condutor. A abertura em relação ao passado, a possibilidade de olhar a história como um movimento em aberto, romper certa tradição que buscou encerrar a história num compartimento distante da vida e inaugurar outra, a da ruptura.

Como nos ensina o filósofo alemão Walter Benjamin, com suas paisagens perturbadoras, em seu curto ensaio *Experiência e pobreza*,

uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem

teto, numa paisagem diferente de tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de força de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 2011: 115).

Esse momento que acumula rupturas nos traz de volta as reflexões do ensaísta mexicano Otavio Paz:

A tradição do moderno contém um paradoxo maior que a contradição entre o antigo e o novo, o moderno e o tradicional permite vislumbrar. A oposição entre o passado e o presente literalmente se evapora, porque o tempo transcorre com tal celeridade que as distinções entre diferentes tempos – passado, presente, futuro – se apagam ou, ao menos, se tornam instantâneas, imperceptíveis e insignificantes. Podemos falar da tradição moderna sem que isso pareça uma contradição, porque a era moderna limou, até desvanecê-lo quase por completo, o antagonismo entre o antigo e o atual, o novo e o tradicional. A aceleração do tempo não apenas torna inúteis as distinções entre o que já aconteceu e o que está acontecendo, mas anula as diferenças entre velhice e juventude. Nossa época exaltou a juventude e seus valores com tal frenesi que fez desse culto, se não uma religião, uma supertição; no entanto, nunca se envelheceu tanto e tão rápido como agora. Nossas coleções de arte, nossas antologias de poesia e nossas bibliotecas estão cheias de estilos, de movimentos, quadros, esculturas, romances e poemas prematuramente envelhecidos (PAZ, 2013: 19)

Vasculhar o passado, primeiro, dentro das possibilidades abertas pelo romancista francês Marcel Proust, às quais chamamos a atenção no início deste texto, se debruçar sobre “ele” diante de sua impossibilidade de esgotamento; segundo, e tendo em vista esse paradoxo que acabamos de citar, produzido por nosso culto ao moderno e à juventude que espalha aos nossos pés, cotidianamente, as antigas novidades que acabaram de perder seu brilho, essa proximidade cotidiana que nos mostra a diversidade da vida que é posta de lado, tendo em vista as escolhas e as necessidades históricas produzidas por cada época, deve nos colocar em alerta diante da homogeneidade dos discursos que se repetem e que excluem da existência histórica a diversidade da qual a vida é feita.

Esse exercício, o de chamar a atenção à infinidade de possibilidades de nos debruçarmos sobre a diversidade de costumes e hábitos produzidos pela vida ao longo do tempo, que tem se acelerado em nosso caso particular de forma brutal nas últimas décadas, deve ser posto a serviço das tantas vozes e dos tantos tempos silenciados, a serviço de novos tempos e de vozes que, se não são novas, ainda não foram ouvidas.

Referências

ACEIRO, Lineu Roque. *Ritos de passagem*. São Paulo: Scortecci, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

GUERRA, Tiago Cavalcante. *Cecap Guarulhos: histórias, identidades e memórias*. São Paulo: Scortecci, 2010.

NORONHA, Adolfo de Vasconcelos. *Guarulhos cidade símbolo*. Guarulhos, 1960.

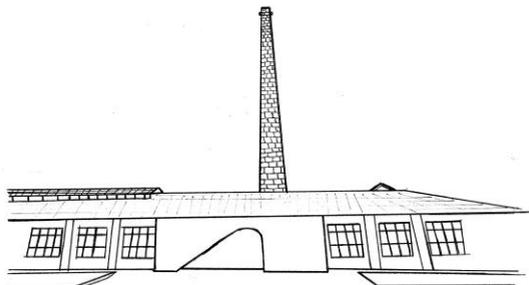
RANALI, João. *Cronologia guarulhense*. Guarulhos, s/e., 1986.

_____, João. Guarulhos. *História e estatística*. Guarulhos, s/e., 1944.

ROMÃO, José Gasparino; NORONHA, Adolfo de Vasconcelos. *Guarulhos 1880 – 1980: cem anos de emancipação*. Guarulhos, s/e., 1980.

SANTOS, Carlos Jose Ferreira. *Guarulhos: espaços identitários sob a mundialização*. Tese de Doutorado. FAU-USP, 2003.

**PARTE II – NA CONTRAMÃO DO
DISCURSO: URBANIZAÇÃO,
INDUSTRIALIZAÇÃO E EXCLUSÃO**



Fábrica Casemiras Adamastor

Folha Metropolitana: a construção de uma identidade na edição comemorativa do aniversário de Guarulhos de 416 anos

Bruno Leite de Carvalho

Introdução

A imprensa tem um papel importante para disseminação de informações, seja em momentos democráticos ou tempos de ditaduras. Os meios de comunicação nunca são desprezados como armas para construir uma identidade ou para levar o discurso da classe dominante para seus subalternos ou mesmo para espalhar ideologias.

Segundo Ranalli (2002), o primeiro meio de comunicação em Guarulhos surgiu entre os anos de 1901 e 1906, eram três caixilhos (quadro de comunicação, atualmente, utilizados para informes internos de empresas e estabelecimentos comerciais) que ficavam no Centro, na Ponte Grande e no Bonsucesso.

Sobre os jornais, Ranalli (2002) conta que o primeiro jornal só surgiria em 18/08/1922, intitulado *Tribuna de Guarulhos*, idealizado por Benedito Antônio Trama. O impresso surgia com a ajuda financeira da Câmara Municipal, que cederia o valor de 100\$000 anuais para a publicação de informes legais do município de Guarulhos. O redator responsável era A. J. Veiga dos Santos. Colaboravam com as edições o padre Vicente Conde e o poeta Damasceno Vieira. Mesmo

com viés oficial que unia a igreja e as verbas oficiais, o jornal *Tribuna de Guarulhos* teve vida curta.

Muitos títulos surgiam e desapareciam motivados pela falta de assinantes, foi o caso dos periódicos: *Guarulhos Jornal*, *Correio do Povo*, *Guarulhos em Revista*, *Folha de Guarulhos*, *A Gazeta de Guarulhos*, *O Remédio* e *Diário de Guarulhos*. Todos esses títulos surgiram entre as décadas de 1930 e 1970.

O primeiro jornal diário surgiu apenas em 07/09/1971 com o nome *Guaru News*, assim começava a imprensa com produção industrial possível com a construção do parque gráfico no Bonsucesso, empreendimento encabeçado pelos empresários Paschoal Thomeu e Silvio de Souza Pinheiro. O *Guaru News* passou a se chamar *Folha Metropolitana*, a partir de 03 de fevereiro de 1976.

Para contextualizar a emancipação da imprensa em Guarulhos com a criação do primeiro jornal diário apenas no ano de 1971, o jornal *Folha Metropolitana* foi escolhido para servir como análise de como era retratada a identidade ou as identidades do povo guarulhense. Especificamente será analisada a primeira edição comemorativa do aniversário de Guarulhos, que saiu em 08 de dezembro de 1976.

Nas análises será procurado o problema apontado por Carlos José Ferreira dos Santos, no livro *Identidade urbana e globalização*, em que as pessoas que pensavam a cidade colocavam Guarulhos como uma peça para desenvolvimento da capital. Será

analisado se a imprensa, no caso o jornal *Folha Metropolitana*, seguiu o mesmo caminho.

O artigo será dividido em duas partes: análise da capa e discurso editorial propagado pelos artigos.

Na análise da capa serão verificadas as imagens destacadas, qual matéria foi escolhida como principal e todo aspecto imagético para representar essa edição especial.

Os artigos serão analisados referentes ao conteúdo e quais articulistas tiveram espaços nessa edição especial.

O presente artigo visa a abrir processos de análises para o futuro e não finalizar o debate sobre o papel da imprensa para o desenvolvimento do município de Guarulhos. A primeira edição comemorativa do aniversário da cidade foi escolhida por ser um marco que destaca a história local, publica números estatísticos e comemora o aniversário de Guarulhos com vasto número de anunciantes. Ao longo do texto serão discutidas as formas que foram representadas as ideologias, a visão política e a busca da identidade guarulhense.

As matérias de capa da edição de aniversário de 416 anos de Guarulhos

Para contextualizar o surgimento do especial de aniversário de Guarulhos, é preciso entender como o jornal pensava a cidade no ano anterior ao lançamento. Em 08/12/1975 a *Folha Metropolitana* não saiu às

bancas. O dia 8 de dezembro caiu em uma segunda-feira, dia da semana que o jornal não era publicado. Nas edições do dia 07/12/1975 não se fala sobre Guarulhos. No dia 09/12/1975 havia reportagens sobre as comemorações do aniversário da cidade de Mauá, que foi fundada também em 8 de dezembro. A *FM*¹³ ainda era um jornal que destacava os acontecimentos do ABC Paulista.

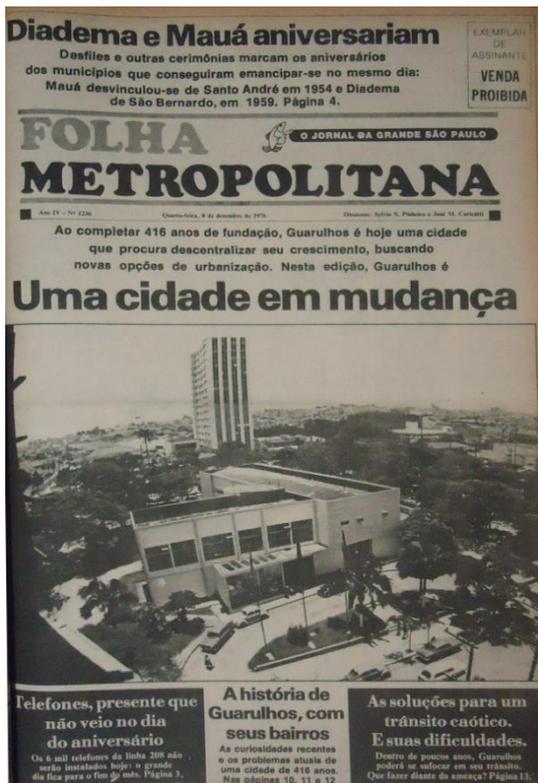
Em 1976, a *Folha Metropolitana* se nomeia como o jornal da Grande São Paulo. Em 1º de dezembro já trazia chamadas sobre a edição comemorativa do aniversário de Guarulhos.

A capa da edição de 08/12/1976 trazia como título em letras garrafais “Uma cidade em mudança”, a foto que cobria quase metade da página foi tirada do alto e focalizava a antiga Câmara Municipal de Guarulhos. A junção entre título e imagem insinua que a mudança vinha da administração política do município. O prefeito era Waldomiro Pompêo.

Também foram destacadas as matérias “Telefone, presentes que não veio no dia do aniversário”, “A história de Guarulhos, com seus bairros” e, “As soluções para um trânsito caótico. E suas dificuldades”. Outra informação em destaque era sobre o aniversário de Mauá e Diadema, assuntos que não serão discutidos, pois, estão fora do contexto do presente artigo.

¹³ Abreviação de *Folha Metropolitana*, utilizada durante todo o texto.

Abaixo a capa da edição de 08 de dezembro de 1976. Guarulhos comemorava o seu 416º aniversário:



Fonte: Arquivo Folha Metropolitana

A matéria “Telefone, presentes que não veio no dia do aniversário” fala sobre cerca de seis mil famílias que compraram o carnê da Telesp (operadora de telefonia de São Paulo) e esperaram a ligação da estação

208¹⁴, mas tiveram as pretensões frustradas, pois, as linhas só estariam funcionando entre o dia 20 e 30/12/1976.

O texto ainda ressalta que na época havia 7.140 linhas telefônicas em território guarulhense, segundo a *Folha Metropolitana*, o serviço de telefonia era um dos graves problemas da cidade. Essa matéria tem um teor negativo sobre a não instalação das linhas, mas ressalta que a Telesp quase duplicou o número de telefones. Guarulhos estava atrasada na questão tecnológica, para fazer ligações interurbanas era necessário o auxílio da telefonista. Enquanto na região do ABC, os usuários faziam ligações diretas.

As informações sobre as linhas telefônicas só citam a assessoria de imprensa da Telesp como fonte. O texto não critica o órgão e nem um governo específico. A população não foi ouvida para expor os problemas de comunicação. No livro *A modernização da imprensa*, no capítulo sobre o período da ditadura militar, o papel do governo é destacado por promover a modernização dos meios de comunicação e as telecomunicações. Segundo Alzira Alves de Abreu, “A implantação de um sistema de informação capaz de ‘integrar’ o país era essencial dentro de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos” (ABREU, 2002: 15).

¹⁴ A estação determina o prefixo dos números de telefones e as quantidades de linhas disponíveis.

Pela imprensa, no caso citado sobre as telecomunicações, podemos refletir em dois pontos estratégicos para a ditadura militar que comandava o País: a imprensa e a telefonia. Guarulhos já era uma cidade industrial como as cidades do ABC, porém, estava atrasada na questão da telefonia. Mas mesmo assim, a *FM* não traz uma crítica e nem a opinião de um munícipe, que poderia expor as dificuldades para fazer ligações ou encontrar telefones públicos. A própria matéria enaltece a duplicação da rede em dois anos.

No especial “As soluções para um trânsito caótico. E suas dificuldades” tem duas matérias: “Planejamento tem a sua meta: o futuro” e “As soluções para o sistema viário”.

A primeira fala de obras da Prefeitura, em destaque o Anel Viário de ligação da Vila Galvão com o Cecap. A fonte é o diretor do departamento de obras Roberto Cunha Mello, que fala sobre os esforços do governo municipal para expandir os números de ruas asfaltadas e melhorar o deslocamento do trânsito interno. Vias importantes como as avenidas Nossa Senhora Mãe dos Homens, Timóteo Penteado e Faria Lima estavam sofrendo remodelação, asfaltamento e adequação viária. A *FM* lista as várias obras da Prefeitura de Guarulhos.

A reportagem “As soluções para o sistema viário” traz as sugestões do engenheiro Rogério Santovitto para o trânsito de Guarulhos. O engenheiro já tinha passado por cargos públicos ligados com o planejamento viário, as suas indicações já traziam

preocupações com o crescimento do número de indústrias estabelecidas, além de outras novas empresas que estavam para chegar. Havia a preocupação com a falta de infraestrutura para com aproximadamente 400 mil habitantes no território guarulhense.

A *Folha Metropolitana* seleciona a versão oficial e também traz um especialista para apontar outras saídas. Nessa página sobre o trânsito, a reportagem conseguiu balancear os problemas, as ações da Prefeitura e outras soluções não planejadas que foram expostas pelo especialista.

Como apresentado na capa, a matéria sobre “A história de Guarulhos, com seus bairros”, quando fala sobre a fundação da cidade, conta que o povoamento nasceu para catequizar os índios, para ser um núcleo de defesa em torno do Colégio de Piratininga e ocorreu em 08/12/1560. Passa-se pelo ciclo do ouro, fala em crescimento do município durante essa época. Fala sobre a Emancipação Política e a origem do nome originado de “Guaru”, tanto de uma espécie de peixe, quanto ao apelido dos índios da região.

Não há citação de fonte e nem de quem seria essa versão sobre a fundação do município. O jornal dá a entender como se a história fosse algo exato, que não pudesse ser contestado. Essa versão citada da fundação ia se tornando oficial com o passar dos anos. Em *O papel do jornal*, o jornalista Alberto Dines fala que “A identidade e a associação necessárias à comunicação só ocorrem quando emissor e receptor estão sintonizados

na mesma faixa ou na mesma onda” (DINES, 2009: 80).

Sobre a história da Vila Galvão, a matéria traz o relato de Olivia de Vasconcelos Figueiredo, filha de Francisco Gonzaga de Vasconcelos, fundador do bairro. Na época, a herdeira tinha 81 anos e conta como o seu pai, um rico fazendeiro de Bragança Paulista, teve a ideia de comprar terras ao lado do Rio Cabuçu. Ali, instalou a primeira cerâmica mecânica do Brasil e também fez loteamento para a construção de moradias e comércio.

Outro relato sobre a Vila Galvão é de Alfredo Diogo, português de 79 anos, que fala sobre os antigos costumes da região. Alfredo conta que o capitão Rabelo transportava as pessoas para a festa da Nossa Senhora do Bonsucesso. Era um enorme carro de boi, demorava dois dias para chegar a Bonsucesso. No percurso, se comprava frutas e guloseimas. Na festa, os solteiros aproveitavam para namorar.

Sobre o bairro de Gopoúva, Álvaro Marques, morador da Avenida Emilio Ribas, fala sobre os problemas do bairro. O Sanatório dos Leprosos trouxe muitas pessoas para a região, pois vinham para trabalhar. Os moradores dos outros bairros tinham preconceito. A região sofria problemas de infraestrutura.

Para lembrar os primeiros momentos do Jardim Tranquilidade, a *Folha Metropolitana* trouxe relatos de duas moradoras, Clotilde Martins e Dalva Terezina Poli, respectivamente, uma moradora da Rua Eusonia e a outra da Rua Joaquim Rabelo. O local é lembrado com poucas casas, o loteamento começou a partir de 1950.

O bairro de Itapegica é apresentado como um local estratégico para as indústrias, pois fica às margens da Rodovia Presidente Dutra. Dalva Miglio, residente do bairro, já verificava mudanças por causa do barulho e poeira das fábricas. Já Manuel Carlos de Souza reclama dos ônibus lotados e dos batedores de carteiras.

A Ponte Grande era conhecida por ter uma fábrica de barcos. Manoel Domingos Grego, fundador e ex-proprietário da construtora de barcos, relata sobre a Segunda Guerra Mundial, como os pães ficaram escassos e era necessário ir até a Penha, pois o entregador não passava.

Sobre a Vila Progresso, a *FM* fala da transformação de área residencial para o aparecimento de estabelecimentos comerciais. Nivaldo Torres e Ronaldo Stringer, moradores da região, tinham diferentes visões sobre as mudanças. Respectivamente, um via com bons olhos a chegada do comércio, o outro não achava necessário, mas compreendia.

Para falar sobre a Vila Augusta, a reportagem traz a história de Tonhão e seus três irmãos que perderam quase tudo após herdar uma vasta propriedade deixada por seu pai, João Rodrigues de Miranda. Pois, o irmão que cuidava das finanças da família morreu em um desastre de caminhão. Assim, a família vendeu quase tudo o que possuía por apenas 300 mil réis. O futuro foi de miséria. A matéria descreve uma pobre casa relegada aos ratos e à sujeira.

O Jardim Munhoz é apresentado pelas suas importantes indústrias, entre elas a Camargo Correa,

Caemmi Cummins, Técnico Industrial do Brasil, Braseiko, Phillips e Indupal. Letício Galvene, comerciante, fala que havia apenas dez casas quando chegou ao bairro, mas logo as residências e as empresas começaram a surgir graças ao baixo preço dos terrenos.

O bairro do Macedo é apresentado pelo personagem João Damiani, viúvo, vivia com dinheiro de sua pequena aposentadoria e com o aluguel dos barracos do seu quintal. Ele viu o bairro crescer, com um engenheiro ajudou a lotear os terrenos. As terras eram do coronel Macedo. A Segunda Guerra Mundial deixou a economia em frangalhos, para adquirir um terreno era difícil, mesmo vendido a preços baixos.

O Paraventi é anunciado como um bairro superpovoado, com alto índice de moradores jovens. Minervino da Cruz se lembra dos tempos da fazenda de Celestino Paraventi. No local havia plantação de café que cobria todo o morro. Dárcio Pinto Arruda foi corretor e também um dos primeiros moradores do loteamento, ele conta: “a Construtora Kalil comprou a fazenda e construiu as casas financiadas pelo BNH”. Maria da Penha reclama da falta de comércio. Betinho conta que não havia espaço para os jovens se divertirem.

A área dos bairros de Bom Clima e Cocaia era pertencente à Fazenda Bom Clima. O local pertencia a Manuel Gonçalves. O morador Felício Grosso lembra: “Até 1970, a condução aqui era péssima, só passava um ônibus em duas horas e o comércio era ainda apenas a vendinha do Antonio Martins”.

O Picanço é representado pela presença dos dois cemitérios. Os moradores, por falta de escolha, se divertiam nos parques e cinemas da capital. Na matéria, também é falado sobre o recapeamento da Avenida Timóteo Penteado. O local já apresentava várias conduções para se deslocar para São Paulo.

Dois dos bairros mais antigos, Cabuçu e Bonsucesso, não tiveram destaque nessa edição de aniversário de Guarulhos. A *Folha Metropolitana* não publicou a história desses dois povoados. O pesquisador Carlos José Ferreira faz uma reflexão:

Entre as representações que frequentemente são apontadas como essenciais para compreender as transformações socioespaciais e econômicas municipais, delineando as identidades de seus espaços e sujeitos aparecem: a proximidade da “cidade de São Paulo” e a dependência em relação ao desenvolvimento da capital. Características que, segundo seus defensores deveriam orientar a atuação do poder público local e dos grupos a ele vinculados, buscando benefícios econômicos e urbanos dessa situação e, ao mesmo tempo, justificando suas ações. Compreendemos que essa forma de administrar o município e de descrevê-lo vem deixando à margem outras localidades e identidades de longa tradição (Bonsucesso, Cabuçu, região do antigo aldeamento de São Miguel nas proximidades do atual bairro dos Pimentas e as áreas da lavras) que sofreram a partir da segunda metade do século XX, um forte processo de periferização junto com novos bairros constituídos mais recentemente

(presidente Dutra, Sadokim, Aracília, Fortaleza, entre outros)” (SANTOS, 2006: 218).

A conclusão de Carlos José cabe para se entender como antigos espaços, remetidos ao tempo da colonização, ficaram de fora do caderno especial da *FM* em comemoração ao aniversário de 476 anos de Guarulhos. Embora algumas declarações dos moradores sejam reclamando de falta de estrutura, os bairros apresentados para contar a história guarulhense eram os mais desenvolvidos da época, todos geograficamente próximos à região norte e leste de São Paulo. As declarações em sua maioria pendem ao contraste do crescimento urbano, como a falta de vagas nas escolas, assaltos, falta de ônibus, trânsito, entre outras coisas. Bonsucesso ainda foi lembrado pela Festa de Nossa Senhora, mas não se conta a história do local ou como estava a infraestrutura da região. O Cabuçu não é lembrado, nem mesmo pela a sua tradicional festa. Os dois bairros representam a área rural da cidade, aquém do desenvolvimento industrial que era visto como ponto de desenvolvimento e uma nova identidade para atrair investimentos vindos de fora.

Se pensar em um mapa geográfico, a *Folha Metropolitana* pontuou a cidade nos limites da Vila Galvão, Ponte Grande e terminava no Bom Clima, assim, no pensamento editorial, o restante da cidade não tinha mais história para contar.

As matérias de capa pecaram pela falta de variedades de fontes e também por não conseguirem incluir todo o território guarulhense. Apenas o especial sobre o trânsito foi plural na escolha de fontes. A própria capa induz para se entender que a cidade mudava com as ações praticadas pelo governo municipal. Agora partiremos para a análise dos textos opinativos.

A opinião da *Folha Metropolitana*

O texto opinativo “O presente que a cidade espera” abre a primeira página da *Folha Metropolitana* do dia 08/12/1976, uma espécie de editorial, embora não tenha essa denominação informada. O texto expõe sobre os 416 anos de Guarulhos.

Segundo a opinião, em mais de quatrocentos anos de história era esperado uma estabilidade, porém a cidade continuava a crescer. A reflexão continua: “Com efeito, graças à extraordinária e vertiginosa expansão do seu parque industrial. Guarulhos vive hoje um fenômeno de transição que força as autoridades locais a buscarem novas opções urbanísticas”. Os problemas enfrentados pelos 400 mil habitantes são apresentados como fruto de um crescimento desordenado, e o território de cerca de 340 quilômetros quadrados dificulta mais ainda a “racionalização dos serviços públicos”, mas não pode ser motivo de “esmorecimento”. A opinião continua com a citação sobre a troca da administração municipal (o próximo

prefeito seria o Néfi Tales). Requer, se necessário, “medidas restritivas à implantação de novas unidades industriais no Município”. Conclui: “os guarulhenses esperam que os novos governantes tenham mais sensibilidade de administrador do que a de políticos, pois, assim será possível presentear Guarulhos”.

O enquadramento dessa opinião editorial remete à preocupação do desenvolvimento industrial sofrido durante a década de 1970. As empresas vinham para a cidade, mas a infraestrutura não acompanhava o crescimento demográfico. Eram muitas ruas de terra, a produção escoava pelas rodovias federais, porém, as vias internas eram estreitas e em más condições, o Anel Viário estava em fase de construção.

Os problemas sociais são citados, mas é dada ênfase ao problema do crescimento industrial. O artigo não fala da chegada das empresas com o problema do aumento da periferização. Os migrantes vinham para trabalhar, mas não tinha habitação disponível, assim, cresciam os bairros em regiões afastadas e sem saneamento básico. Segundo Santos (2006),

uma demonstração disso é que, desde da (*sic*) década de 1970, em alguns dos bairros das atuais “regiões” de Guarulhos (Cumbica, Pimentas e Bonsucesso) expressou-se o desejo de emancipação política e constituição de um novo município.(SANTOS, 2006: 166).

Os moradores das regiões distantes do centro sentiam abandonadas pelo poder público, as

informações apontadas pelo pesquisador Carlos José Ferreira abrem destaque para o problema social sofrido pela população. A *FM* em seu editorial está pautada no desenvolvimento econômico, aponta problemas, mas fala a língua dos grandes industriais.

Na coluna social de Salette Vieira, o título de 08/12/1976 é “Movimentação Social através dos tempos”. A coluna conta a história da fundação de Guarulhos pelo jesuíta Manoel de Paiva. O texto enaltece a proximidade com a capital e a industrialização.

A colunista continua o texto falando do crescimento populacional, em 1950 tinham 35.523 mil pessoas e em 1976 já girava em torno de 400 mil. Depois de passar por essa contextualização sobre a fundação, a industrialização e a proximidade com a cidade de São Paulo, a coluna enumera os grupos sociais, clubes e personalidades.

Os clubes organizados por industriais e comerciantes como os Rotarys, Lions, Clubes de Castores e Associação Jardim Irmã Elenora são destacados. Um dado importante após a análise do texto é encontrar a força política conseguida com essas organizações da elite burguesa da época, entre associados e dirigentes, alguns tiveram cargos, inclusive de prefeito de Guarulhos; entre essas personalidades podem ser destacados nomes como Waldomiro Pompêo e Renato Biondi, respectivamente, prefeito e vice-prefeito na época.

A publicação de 08/12/1976 traz esses dois textos identificados como opinativos: coluna social e o editorial. O editorial não foi identificado como tal. Os dois textos identificam uma proximidade do jornal com os problemas sofridos pelos industriais e também são destacadas as personalidades dessa área. Nas opiniões não há destaques aos artistas, aos estudantes e nem aos problemas sociais. Os problemas de saneamento básico e infraestrutura são ancorados sempre ao crescimento industrial e não ao sofrimento de uma grande parte da população.

Considerações finais

A edição comemorativa do aniversário de Guarulhos de 08/12/1976 traz alguns parâmetros para pensar como a cidade era retratada durante a ditadura militar, também um momento de crescimento industrial no município, quando os bairros cresciam em direção aos mananciais e às áreas verdes. A edição da *Folha Metropolitana* traz um recorte sobre uma tentativa de emancipação econômica vinda com a contribuição fiscal das empresas e a busca de uma identidade criada por uma elite econômico-industrial.

A *FM* em suas escolhas de fontes, assuntos e recorte geográfico do município traz um ponto de vista de desenvolvimentismo.

No artigo identificado como editorial, fica clara a posição de pensar a cidade como polo industrial e

cobrar das autoridades uma melhor infraestrutura para o município continuar a crescer.

No especial sobre a história de Guarulhos, bairros históricos importantes ficaram de fora, como Taboão, Cabuçu, Cumbica e Bonsucesso. O jornal destacou os bairros mais desenvolvidos, os problemas desses lugares eram reflexos de um crescimento desenvolvimentista, ao contrário dos locais esquecidos pelo poder público.

O poder público tem espaço durante toda a publicação, como as entrevistas com o prefeito da época, Waldomiro Pompêo; o prefeito eleito Néfi Tales também foi entrevistado. A própria capa do jornal remete às mudanças relativas ao trabalho político desenvolvido na cidade. Esses elementos demonstram uma aproximação entre o jornal e o poder político, já que as matérias não demonstram oposição ou contestação política.

O papel da *Folha Metropolitana* na emancipação econômica é de visão desenvolvimentista, procura identificar a cidade com uma elite industrial minoritária, em detrimento de uma população de maioria migrante, oriunda dos Estados do Norte e do Nordeste brasileiro. A maioria não é retratada em sua coluna social e sem voz para questionar as resoluções para moradia, saneamento básico, educação, entre outros problemas.

Referências

ABREU, A. A. de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

DINES, A. *O papel do jornal e a profissão de jornalista*. São Paulo: Summus, 2009.

DISCURSOS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS.
Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/Texto>.
Acesso em: 30 de mar. 2014.

MARTINS, A. L.; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: UNESP, 2006.

RANALI, J. *Repaginando a História*. Guarulhos:
SOGÉ - Faculdades Integradas de Guarulhos, 2002.

SANTOS, C. J. F. *Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP*. Guarulhos: Annablume, 2006.

Em torno da ferrovia e da rodovia: o processo de industrialização de Guarulhos e seu patrimônio industrial (1910-1960)¹⁵

Alessandra Silva de Santana

Giorgia Burattini

Saad Medeiros da Silva

Roger Camacho Barrero Junior

Tuanny Folieni Antunes Lanzellotti

Wagner Pereira Silva

Resumo

O presente artigo pretende explicar sobre os resultados obtidos em uma pesquisa realizada pelo Grupo PET-História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) entre os anos de 2009 e 2011. Durante nossos trabalhos elaboramos uma listagem das indústrias erguidas em Guarulhos entre os anos de 1910 e 1970, reunindo dados sobre aproximadamente 168

¹⁵ Este texto é fruto de uma pesquisa realizada pelo Programa de Educação Tutorial (PET) de História entre 2009-2011, sob a tutoria das Professoras Dra. Edilene Teresinha Toledo e Dra. Marcia Eckert Miranda e do Professor Dr. Luis Filipe Silvério Lima (tutor do grupo até dezembro de 2010). Fundamental para o desenvolvimento da pesquisa foi ainda o diálogo com o projeto de Extensão, também desenvolvido no nosso grupo, intitulado: Escola, Patrimônio Industrial e Educação Patrimonial no Município de Guarulhos-SP, que contou também com a participação da graduanda Fabiana Junqueira. Gostaríamos de agradecer também aos outros alunos participantes do grupo, como Georges Homsy Mora, Carolina Carvalho, Silvani Silva Costa e Thomaz Barbeiro Gonçalves, além dos demais alunos do PET-História.

unidades industriais. Também confeccionamos gráficos a partir das informações coletadas e realizamos um mapeamento dessas edificações, no qual pudemos, com o auxílio de bibliografia sobre o tema, observar como o setor fabril na cidade se modificou nesse período. Além disso, também notamos como setores produtivos se tornaram predominantes em determinados períodos, impulsionados por fatores que excediam o território municipal, e observamos como vestígios desse período ainda servem como referências para a memória local, mas que vêm desaparecendo devido ao descaso fomentado por interesses políticos e econômicos. Com este texto pretendemos, assim, contribuir para as discussões acerca do patrimônio industrial guarulhense.

Introdução

O Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Guarulhos, percebendo as possibilidades de pesquisa existentes e identificando a região como um território de estudo a ser explorado, iniciou em 2009 uma pesquisa sobre a industrialização da cidade de Guarulhos e o seu patrimônio industrial. Dessa forma, este texto visa a descrever e analisar o processo de industrialização da cidade, encarando-o como fundamental para entender a história do município, direcionando-lhe novos olhares.

Pretendemos, portanto, refletir sobre o crescimento industrial guarulhense a partir do início do

século XX e a maneira como este se conectava com questões políticas e sociais que ultrapassavam os limites municipais. Nosso recorte abarca grande parte do século XX, mais precisamente os anos de 1910 a 1970, período marcante no processo do desenvolvimento industrial do município. Entendemos que o período que delimitamos para nossa pesquisa foi fundamental para o crescimento econômico da cidade, hoje 8º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e o 2º do Estado de São Paulo¹⁶.

Por meio de pesquisas em instituições de memória da cidade, como o Arquivo Histórico Municipal, a Biblioteca Municipal Monteiro Lobato e o Setor de Microfilmagem da Prefeitura, elaboramos uma listagem relacionando as indústrias fundadas em Guarulhos dentro do nosso recorte temporal. Após esse primeiro momento, realizou-se uma pesquisa aprofundada a fim de obter outros dados, como o endereço e o segmento produtivo dessas indústrias. A coleta de informações, sua esquematização e a construção de gráficos feitos a partir dos dados da listagem nos permitiram visualizar e compreender melhor esse processo de industrialização¹⁷.

¹⁶ Em 2010, registrou-se em Guarulhos um PIB de 37,1 bilhões de reais e uma população de aproximadamente 1,2 milhões de pessoas. Dados disponíveis no site da Prefeitura: <http://www.guarulhos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=98&Itemid=1317>. Acesso em: 16 de julho de 2012.

¹⁷ Como fontes foram utilizadas as atas da Câmara Municipal produzidas entre 1880 e 1929, as quais estavam disponíveis no Arquivo Histórico Municipal. No Setor de Microfilmagem da Prefeitura de Guarulhos há cerca de 8.000 rolos de microfilmes, cada

Atualmente, embora Guarulhos permaneça uma cidade predominantemente industrial, podemos perceber o deslocamento de grandes indústrias para outros centros econômicos, além de um número significativo de falências de fábricas instaladas na cidade, principalmente no entorno da Rodovia Presidente Dutra. Nossa intenção, portanto, é refletir a respeito das edificações como documentos que testemunham as mudanças e as permanências desse período recente e importante para a história de Guarulhos, além de pensar a preservação desse patrimônio.

É relevante apontar, ainda, que ao estudarmos a história do município, foi possível perceber como a sua formação foi marcada por movimentos econômicos relacionados com as reconfigurações espaciais do território, bem como a forma com que a cultura e a vida dos guarulhenses possuem uma relação estreita com o desenvolvimento econômico da cidade.

Ferrovias, olarias e imigrações estrangeiras: o início da industrialização

O período inicial (1913 a 1930) da industrialização de Guarulhos é marcado pela mecanização da produção de tijolos, telhas e materiais

qual contendo por volta de 2.000 páginas de requerimentos. Na Biblioteca Municipal Monteiro Lobato, consultamos os livros do memorialista João Ranali, *Cronologia da História Guarulhense*, volumes 1 e 2 (RANALI, 1985), nos quais há informações referentes à fundação e ao ramo produtivo de indústrias instaladas no município até o ano de 1985.

de cerâmica em geral, a qual atendia à demanda da construção civil em São Paulo, fortalecida durante essas duas décadas (OMAR, 2008). Tal fenômeno ocorreu devido ao extraordinário crescimento populacional gerado principalmente por migrações estrangeiras na cidade de São Paulo, bem como em todo o Estado, processo que teve seu auge com a expansão da produção cafeeira e o crescimento fabril, desde o final do século XIX.

É de se supor que nesse período os proprietários e negociantes de Guarulhos foram agentes importantes desse processo industrial. Na década de 1910, o memorialista João Ranali (1985) observou, por meio das atas da Câmara Municipal, que a população de Guarulhos era estimada entre 7 a 8 mil habitantes. Ainda segundo Ranali, a população cresceu significativamente até 1930. A explosão populacional que ocorreu em São Paulo no final do século XIX aconteceu de forma semelhante na cidade de Guarulhos a partir da década de 1930 e, principalmente, na de 1950, centrada também nos movimentos migratórios. Nesse sentido, segundo Edilene Toledo (2011),

Emancipada de São Paulo em 1880, Guarulhos permaneceu até o início do século XX num ambiente tipicamente rural, com população diminuta. O aumento populacional ocorrido ao longo das primeiras décadas do século XX deveu-se, em grande parte, ao intenso afluxo de imigrantes da Europa e da Ásia, em especial italianos e japoneses, grupos cuja presença é

ainda hoje claramente visível nos sobrenomes de políticos importantes e nos nomes das indústrias e empreendimentos comerciais da cidade. Também foi significativa a presença de portugueses, espanhóis, sírio-libaneses e alemães. Parte desses imigrantes se tornou também proprietária de terras no município.

De acordo com Warren Dean (1971), esse processo imigratório suscitou uma importante contribuição para o aumento de demandas que incentivaram também o surgimento de indústrias até a primeira metade do século XX. Em São Paulo, bairros como o Brás e a Mooca também concentravam indústrias de bens de consumo não duráveis, bem como trabalhadores migrantes nacionais e estrangeiros. Tal concentração nesse setor (especialmente as produções têxtil e alimentícia) ocorria graças ao consumo do mercado interno, apesar da economia paulista ser voltada para exportação.

Guarulhos tinha condições propícias para a instalação de olarias e fábricas do ramo dos tijolos, em razão de certas características geográficas. Seu território é formado por um conjunto de elementos naturais favoráveis, incluindo vias fluviais e a composição do solo, assim como a sua relação de proximidade e acesso com as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (OMAR, 2008). Tais vantagens no escoamento das mercadorias por diferentes meios, fossem trens ou vias navegáveis, beneficiaram a instalação de indústrias.

Exemplo disso foi a fundação em 1913 da primeira indústria voltada à produção de tijolos no bairro Vila Galvão, pouco antes da inauguração do Ramal Guarulhos do Trem da Cantareira, em 1915. Esse ramal foi inaugurado em um período de forte expansão ferroviária no sudeste brasileiro, principalmente no Estado de São Paulo. Nos anos iniciais de funcionamento, o trem foi reivindicado principalmente como um complemento à produção das olarias destinada ao mercado da capital do Estado (SANTOS, 2006: 130). Nesse período inicial, a instalação de fábricas se dava predominantemente no eixo central da cidade, devido à lógica da vazão de produtos, visto que a ferrovia tornou-se o principal meio de ligação entre os bairros guarulhenses e a capital. Segundo Silvio Ribeiro (2006), a estrada de ferro serviu também para suprir a necessidade do transporte de tijolos para São Paulo.

Nota-se que o setor de bens de consumo não duráveis, nas décadas de 1910 e 1920, envolveu a maioria das unidades industriais. Nessa parcela, as indústrias alimentícias (dentre as quais se destacava o Moinho Fiuza, de 1926) podem ser tidas como predominantes do setor em Guarulhos até a década de 1920, bem como as têxteis, sendo que neste último caso podemos destacar a Casimiras Adamastor e a Carbonell, fundadas em 1923 e 1925, respectivamente. Esse setor de produção representava quatro das seis indústrias instaladas em Guarulhos no período, como podemos observar na Tabela I.

Tabela I: Indústrias instaladas em Guarulhos nas décadas de 1910 e 1920

Setor	Quantidade
Cimento	1
Têxtil	2
Alimentício	2
Metal-mecânico	1

Fonte: Dados coletados pelo grupo PET- História/UNIFESP

A partir das informações obtidas na pesquisa, percebe-se que nesse período o atendimento à demanda nacional foi majoritário na produção fabril em Guarulhos, considerando as necessidades básicas do momento, apesar da grande importância do mercado externo na economia do Sudeste. Observamos também que nessa primeira etapa da instalação de um parque fabril, outros setores surgiram impulsionados por essas primeiras instalações, visto que um ramo de produção acabava estimulando a instalação de novas unidades produtivas (CANO, 1977). Isso pode estar relacionado ao fato de que, a partir da década de 1920, os setores de bens de produção ganharam força em nível nacional, impulsionados pelo mercado interno que cresceu significativamente desde 1910 (MARQUES e REGO, 2003: 248).

Metalurgia e incentivos governamentais: a Era Vargas em Guarulhos

Com as políticas econômicas varguistas, intensificou-se o processo de industrialização, principalmente no Sudeste, com instalações fabris de maior porte e o crescimento do ramo de eletrônicos. Segundo Maria Antonieta Leopoldi (2007), a crise de 1929 gerou a intensificação da produção de bens de consumo não duráveis no parque fabril já instalado, além da necessidade da instalação de fábricas de bens de produção no País, visando a sua expansão, devido à substituição das importações e à necessidade de se produzir para o mercado interno o que antes era importado, a fim de sustentar o parque fabril.

Vale ressaltar a participação dos proprietários locais no processo de industrialização em Guarulhos desde o período de predominância das olarias, instalando edificações de produção de bens para a construção civil e de consumo não duráveis (OMAR, 2008). Porém, faz-se necessário atentar que nesse período entraram na cidade indústrias de maior porte como Norton Meyer e a Harlo do Brasil, ambas em 1938, indicando mudanças nas características industriais de Guarulhos, influenciadas pela política de substituição das importações e demonstrando tendência ao crescimento do ramo metal-mecânico, representado por cinco das oito indústrias construídas no primeiro governo Vargas. Nesse mesmo ramo foram instaladas na cidade a Aro e a Maffei, ambas em 1943.

Tabela II: Setores industriais instalados em Guarulhos entre 1930 e 1945

<i>Setor</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Metal-mecânico</i>	<i>5</i>
<i>Eletrônico</i>	<i>2</i>
<i>Alimentício</i>	<i>1</i>

Fonte: Dados coletados pelo grupo PET-História/UNIFESP

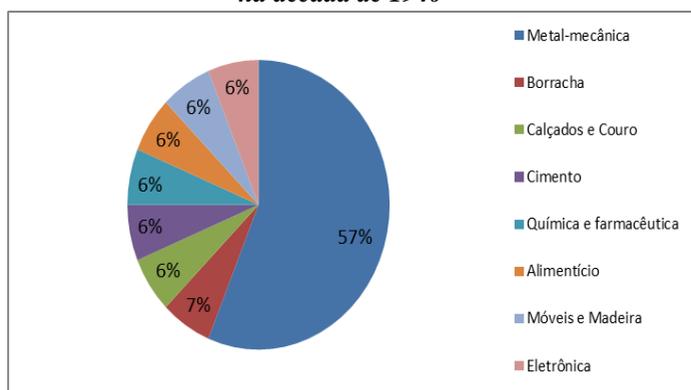
No período, como podemos observar pelo quadro anterior, torna-se nítida a predominância do setor de bens de capital e de bens intermediários, dos quais é possível citar chapas de metal e peças de eletrônicos e maquinaria, o que se remete à tentativa do governo de sustentar o mercado interno (DRAIBE, 1985). Nesse sentido, segundo Leopoldi:

Na década de 1940 prossegue o ciclo de transformação do parque industrial brasileiro. O aumento da produção siderúrgica (...) propicia o crescimento de novos setores industriais: além da metalurgia (que se expande), crescem as

indústrias de bens de capital, equipamento e transporte, alimentos, produtos químicos e farmacêuticos. Além disso, a produção têxtil se expandiu durante a guerra para suprir os mercados latino-americanos (LEOPOLDI, 2007: 251).

O setor metal-mecânico teve um forte crescimento na década de 1940, chegando a representar 57% das unidades instaladas no período em Guarulhos, que foram constatadas na pesquisa (*vide* Gráfico I). O consumo interno impulsionou tais setores, levando em consideração a necessidade de mover a economia, auxiliando a suprir as necessidades internas, o que veio posteriormente a contribuir com o crescimento de setores como o químico e o farmacêutico.

Gráfico I: Ramos das indústrias instaladas em Guarulhos na década de 1940



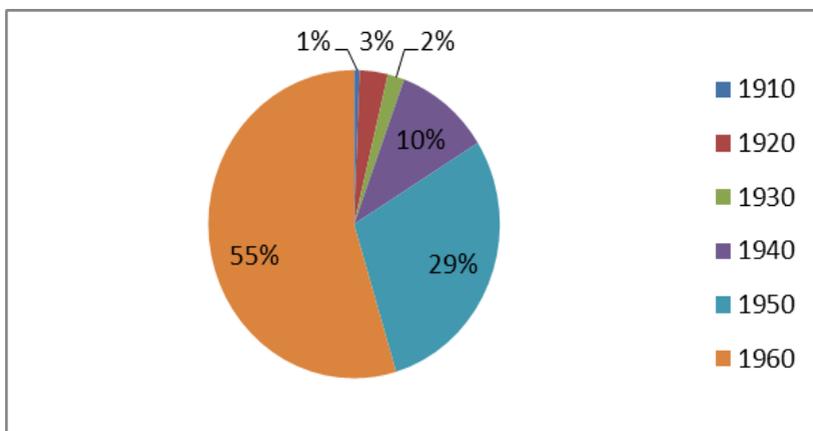
Fonte: Dados coletados pelo grupo PET-História/UNIFESP

Na Era Vargas, as edificações fabris continuaram a se concentrar no entorno da ferrovia, nos bairros Centro, Gopoúva, Vila Augusta, Itapegica, Torres Tibagy e Vila Galvão. Nota-se ainda a instalação de algumas indústrias na região de Cumbica. Essa expansão da área industrial para esta última região está associada à inauguração da Estação de Trem de Cumbica devido à construção da base aérea em 1942, bem como pela fundação da Cidade Satélite Industrial em 1945 nesse bairro (RIBEIRO, 2006).

A rodovia, as migrações internas e o crescimento populacional

A década de 1940 marcou o início de um novo período industrial em Guarulhos. A partir daí e especialmente nas duas décadas seguintes, 1950 e 1960, houve um aumento extraordinário no número de indústrias instaladas no município. Esse crescimento foi mais acentuado nos anos 1960 quando, como demonstra o Gráfico II, fundaram-se 55% do total das indústrias instaladas no município entre as décadas de 1910 a 1960.

Gráfico II: Indústrias instaladas em Guarulhos (porcentagem por década)



Fonte: dados coletados pelo grupo PET-História/UNIFESP

Segundo Elton Soares, essa explosão não ocorreu somente no setor industrial, mas também no demográfico:

(...) ao processo de implantação das indústrias de grande porte nas décadas de 1950, 1960 e 1970 correspondeu uma aceleração do processo migratório para a cidade de Guarulhos, provocando profundas mudanças na sua estrutura urbana e social (SOARES, 2008: 112).

Na obra *Um Nordeste em São Paulo*, Paulo Fontes (2008: 47) considera que as migrações para as áreas urbanas foram um dos grandes fenômenos sociais e demográficos brasileiros no pós-Segunda Guerra, estimando que, entre 1950 e 1980, mais de 38 milhões de pessoas saíram do campo, o que alterou profundamente o perfil socioeconômico do País.

Além dos fatores geológicos e espaciais supracitados, a "conclusão das obras da Base Aérea de Cumbica [1945] e a implantação da Estrada de Rodagem Rio – São Paulo (...), e a disponibilidade de água do aquífero [de] Cumbica", fizeram-se essenciais para o desenvolvimento industrial da cidade (SOARES, 2008: 113). Além disso, foram relevantes os incentivos governamentais à indústria na última fase da Era Vargas (1951-1954), os quais continuaram a fortalecer esse setor econômico, aumentando numericamente as instalações do ramo. Sendo assim, verifica-se uma continuidade e intensificação das políticas econômicas iniciadas por Getúlio Vargas desde o seu primeiro governo (1930-1934) (DRAIBE, 1985).

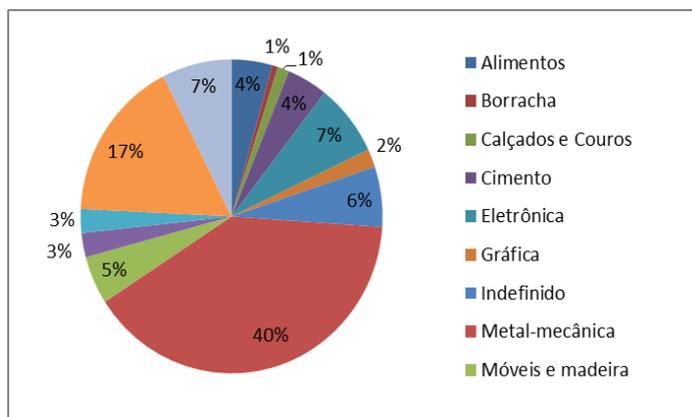
Segundo Sônia Draibe (1985), o fortalecimento desse setor não foi casual, pois se deveu à necessidade de equipamentos industriais e de materiais para a produção de outros bens, resultando no incentivo do governo à instalação de fábricas voltadas para esses setores, a fim de auxiliar o parque industrial nacional e gerar mais rapidamente o crescimento econômico do País. Houve ainda uma descentralização espacial das unidades produtivas nesse período em Guarulhos, quando as instalações industriais passaram a ocupar o entorno da rodovia e, especialmente, o bairro de Cumbica. Como afirma José Carlos Ferreira dos Santos:

Vários outros [bairros] de Guarulhos também se constituíram a partir das décadas de 1950 e 1960 em regiões distantes do núcleo central,

com fortes características periféricas e a partir da atuação de agentes imobiliários, abrigando a grande parcela de Guarulhos. (SANTOS, 2006: 20)

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, nota-se que o setor que teve crescimento mais significativo nessa fase foi o metal-mecânico, correspondente a 40% das unidades instaladas. Esse processo pode ser compreendido dentro do período que abrange as políticas varguistas e, posteriormente, as metas de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), como demonstra o Gráfico III:

Gráfico III: Indústrias instaladas em Guarulhos, porcentagem por setor (décadas de 1910 a 1960)

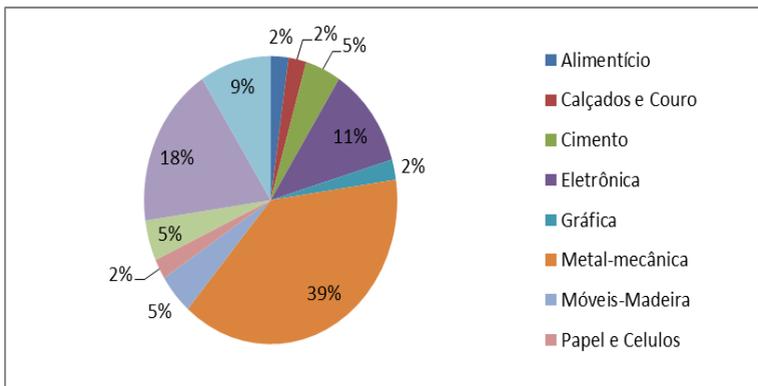


Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados coletados pelo grupo PET-História/UNIFESP

O governo de Kubitschek foi importante para a industrialização brasileira e teve ação decisiva no desenvolvimento econômico do País. Segundo Luiz Carlos Bresser Pereira (1994:46-47), JK criou condições favoráveis aos investimentos privados nacionais e estrangeiros, sendo para ele o crescimento dos investimentos governamentais a explicação básica do extraordinário desenvolvimento pelo qual passou o País, como também o grande afluxo de capitais estrangeiros. Dessa maneira, a história da industrialização de Guarulhos não pode ser dissociada do processo brasileiro, sendo o município parte integrante do intenso desenvolvimento do período e, portanto, alvo de mudanças significativas.

A partir dos anos 1950, é possível perceber uma importante mudança na estrutura industrial. O setor têxtil, que nas décadas de 1910 e 1920 era o que possuía maior destaque, teve sua participação reduzida proporcionalmente no cenário industrial de Guarulhos, assim como as indústrias de alimentação, vidro e gráfica (SOARES, 2008: 113). Por outro lado, o setor metal-mecânico representou 39% das unidades identificadas pela pesquisa e que foram construídas na década de 1950 (Gráfico IV). Esse fenômeno pode ser visto, também, como resultante do processo de substituição das importações, iniciado na década de 1930 e concluído apenas na de 1970, visto que grande parte do que era produzido voltava-se ao mercado interno (MARQUES e REGO, 2003: 249-250).

Gráfico IV: Indústrias instaladas, por setor, em Guarulhos na década de 1950



Fonte: Dados coletados pelo grupo PET-História/UNIFESP

Nesse período, indústrias importantes para a cidade foram instaladas, como a Olivetti, em 1956, que produzia máquinas de escrever, e a Phillips do Brasil, fabricante de lâmpadas, televisores, rádios e outros aparelhos eletrônicos, inaugurada em 1960. Ambas foram instaladas às margens da Rodovia Presidente Dutra, nas regiões de Itapegica e Ponte Grande, respectivamente, e correspondiam, com outras indústrias, ao setor de bens de consumo duráveis no período em questão.

A importância que a industrialização teve para a cidade de Guarulhos é indiscutível, afinal, a partir desse processo, o desenvolvimento do município acelerou-se, modificando a estrutura sociopolítica e econômica da cidade, que se tornou um polo industrial significativo

para o País, alvo de migrações e anseios por melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, a partir da década de 1970, a economia local passou a se fortalecer na área de serviços, crescimento acentuado posteriormente com a inauguração do aeroporto internacional em 1985.

Concomitantemente, outras indústrias foram instaladas na região, principalmente no entorno da Rodovia Presidente Dutra e no perímetro dos bairros de Cumbica, Pimentas e Bonsucesso. Apesar de ser possível afirmar que Guarulhos passa atualmente, assim como muitos bairros de São Paulo, por um processo de desindustrialização, a cidade permanece ainda industrial por excelência, e essa característica do município é visível nas muitas edificações que permanecem, tantas ainda em funcionamento, algumas com novos usos, mas que são referência para a memória local. Essa questão nos levou à reflexão sobre o patrimônio edificado e à percepção de como este é, ainda hoje, pouquíssimo valorizado pelas autoridades locais.

O passado presente: algumas reflexões sobre o patrimônio histórico industrial guarulhense

A ausência de políticas públicas de preservação associada à especulação imobiliária tem comprometido enormemente a preservação do patrimônio industrial (KÜHL, 2008: 202). Warren Dean é autor de um importante trabalho de arqueologia industrial sobre a fábrica têxtil São Luis de Itu (SP), com um apelo significativo para a valorização do papel dos vestígios

materiais dos conjuntos industriais para a história do Brasil. Dessa forma, segundo ele, "A 'memória nacional' brasileira, protegida pelo Patrimônio Histórico, deve ser considerada não somente como um passado artístico, mas também um passado industrial e produtivo" (DEAN, 1971: 25).

Atentamos ainda para as importantes reflexões de Kühn, que destaca o papel da preservação dos bens culturais como os relacionados ao patrimônio industrial e seu uso como fontes documentais:

Os bens culturais devem ser preservados e respeitados, para que possam transmitir seus valores históricos e estéticos, memoriais e simbólicos, para o futuro, garantindo assim que possam ser continuamente atualizados e interpretados, tornando-se fontes inesgotáveis de dados e sensações, além de ser instrumentos de reflexão e adaptação à realidade, para esta e outras regiões. (KÜHL, 2008: 217)

As grandes cidades, consideradas dinâmicas, apropriam-se de prédios a fim de que estes possam atender as suas necessidades. Em Guarulhos, são inúmeros os casos que evidenciam a omissão dos órgãos públicos, pelas iniciativas de valorização e preservação dos bens culturais industriais, prevalecendo os interesses opostos à preservação do patrimônio industrial da cidade. Essas dificuldades reafirmam uma situação de descaso e/ou abandono da memória industrial.

Um caso recente e que comprova esse processo é o que envolve a fábrica Olivetti. Uma empresa de referência, não apenas como patrimônio arquitetônico, mas também por seu complexo industrial. Localizada às margens da Rodovia Presidente Dutra, com suas atividades iniciadas em 1956, era exemplo notável de um conjunto fabril bastante diferenciado, por possuir espaços modernos, com alguns possíveis avanços em relação à preocupação com o trabalhador e principalmente por sua arquitetura modernista de grande valor histórico e artístico.

Entretanto, com o fim das atividades da Olivetti na década 1990, o espaço da fábrica tornou-se alvo de interesse em decorrência do projeto de construção do Internacional Shopping de Guarulhos. A instalação desse estabelecimento comercial implicou a descaracterização da edificação, apesar de ter-se iniciado a análise de seu tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) em 1997 (KÜHL, 2008:217). Por fim, chegamos a uma constatação não inédita, mas ainda preocupante: os interesses econômicos acabaram por descaracterizar esse documento histórico, provocando danos irreversíveis à preservação do conjunto. Apenas a cobertura e as colunas de sustentação de sua estrutura original foram preservadas.

Outro exemplo de descaso com a preservação do patrimônio edificado é o da Fábrica de Polainas e Sandálias José Saraceni, inaugurada em 1919,

conhecida como Casarão Saraceni. Além de um importante registro da história industrial da cidade, por ser uma das primeiras fábricas ali instaladas, também se mostrava relevante para a compreensão de um perfil e caracterização da industrialização da cidade em seus momentos iniciais (SANTOS, 2006: 115). No entanto, em 2010, devido às disputas políticas e econômicas e atendendo aos interesses da expansão do estacionamento do Internacional Shopping de Guarulhos, essa estrutura foi demolida. O Casarão já havia sido tombado por decreto municipal no ano de 2000, porém foi desprotegido por uma ação de destombamento, que viabilizou sua demolição.

Como podemos perceber ao longo do texto, a cidade teve um papel importante na história nacional, que ultrapassou os seus limites territoriais. Sua ligação com os processos econômicos e históricos contemporâneos deixaram não apenas vestígios físicos, mas também na memória da população local. Os dois exemplos, dos destinos reservados às edificações Saraceni e Olivetti, são expressivos da desimportância conferida a esse patrimônio e que nos permite refletir, ainda, sobre quais vestígios da história, identidade e memória da cidade estão sendo vistos como prioridades a preservar.

Considerações finais

Ao analisar um caso de história local não podemos esquecer de que o local não é apartado de

fatores externos e processos históricos de maior ou igual extensão. No caso guarulhense não é diferente. Desse modo, julgamos necessário expor alguns aspectos que nos ajudaram a refletir sobre a complexidade de tal processo, além de fornecerem bases para pensarmos sobre as consequências e mudanças em Guarulhos. Também é relevante pensar sobre a relação da população desse município com o seu passado histórico, com a memória e a preservação de seu patrimônio industrial.

Guarulhos tornou-se, ao longo do tempo, uma cidade industrial. Para que isso fosse possível, contou com incentivos governamentais e com fatores geográficos favoráveis. Além disso, é importante retomar a questão da migração, que foi um processo intenso e inter-relacionado com o desenvolvimento industrial do município, o que influenciou na configuração espacial e populacional da cidade.

Assim, refletindo sobre o desenvolvimento econômico e social de Guarulhos e sua história indissociável do processo de industrialização, acreditamos que é importante pensar, a partir de tais questões, sobre a preservação desses bens, seja ela relacionada ao patrimônio edificado ou à memória coletiva dos habitantes.

Ao longo da pesquisa, foi possível refletir sobre a maneira com que essas memórias são guardadas e reconstruídas a partir das experiências. Isso nos remete à questão de como os indícios materiais ainda moldam a memória local, visto que nomes de ruas, praças e até a

denominação popular para determinados espaços ainda se referem às fábricas que ali funcionavam ou aos agentes que auxiliaram na construção ou no funcionamento delas. Tal fato remete ao que escreve Maurice Halbwachs:

(...) perder seu lugar no recanto de tal rua, à sombra daquele muro, ou daquela igreja, seria perder o apoio de uma tradição que os ampara, isto é, sua única razão de ser. Assim se explica que de edifícios demolidos, de caminhos desfeitos, deles sobrevivem por muito tempo alguns vestígios materiais, nem que seja apenas o nome tradicional de uma rua, de um lugar, ou a tabuleta de uma loja 'pela antiga porta', 'pela antiga porta de França', etc. (HALBWACHS, 1990:138),

Com essa preservação da memória podemos notar também que há falta de preservação das edificações industriais erguidas no período estudado, visto que muitas foram demolidas, um fato acelerado pelo processo de verticalização pelo qual passam alguns bairros da cidade, bem como o aumento do valor de terrenos gerado pela especulação imobiliária. Outras edificações encontram-se abandonadas, sofrendo intenso processo de deterioração.

Dessa forma, apesar de percebermos uma memória local em relação ao processo histórico industrial de Guarulhos e as maneiras como esse passado persiste, as edificações nem sempre se mantêm

preservadas, sendo muitas delas abandonadas ou descaracterizadas.

É necessário refletir, no entanto, sobre a necessidade de preservação, pois, talvez, para nós, seja quase automático o desejo de conservar os vestígios do passado e principalmente os aspectos que julgamos mais relevantes para o estudo da História. Por outro lado, é preciso pensar que essa não é uma necessidade unânime por diversos fatores: passando pela questão de a memória local a ser preservada para além do físico e concreto; e ainda pela ausência de uma política preservacionista que alcance a população, o que no fim acaba por considerar os interesses de outros grupos sociais, visando, sobretudo, aos campos político e econômico.

A importância de Guarulhos para a história da industrialização brasileira é inquestionável, e o estudo por nós realizado foi a forma encontrada para contribuir para a compreensão da história local e a emergência das indagações acerca da memória e do patrimônio industrial, mostrando a pertinência de pesquisas sobre uma localidade que possui relevância para a história do trabalho e da indústria brasileira.

Referências

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FONTES, P. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

KÜHL, B. M. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

LEOPOLDI, M. A. P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARQUES, R. M.; REGO, J. M. (orgs.). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003.

OMAR, E. (org.). *Guarulhos tem história: questões sobre história natural, social e cultural*. São Paulo: Ananda, 2008.

PEREIRA, L. C. B. *Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RANALI, J. *Cronologia da história guarulhense*. Guarulhos: Prefeitura Municipal, 1985.

RIBEIRO, S. *Destino Guarulhos: a história do Trem da Cantareira*. Diadema: Germape, 2006.

SANTOS, C. J. F. dos. *Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos-SP*. São Paulo: Annablume, 2006.

TOLEDO, E. *Guarulhos cidade industrial: aspectos da história e do patrimônio da industrialização num município da Grande São Paulo*. *Revista mundos do trabalho*, vol. 3, n. 5, jan.–jun. de 2011.

Chagas da exclusão: a internação compulsória no estado de São Paulo – o leprosário do padre bento

Ivan Canoletto Rodrigues

Introdução

O modo escolhido pelo Estado de São Paulo para tratar os hansenianos foi a internação compulsória, oficializada por meio de medida decretada em 1933 por Getúlio Vargas. Essa decisão gerou verdadeiros guetos, entre os quais se destaca o Padre Bento, em Guarulhos. Os pacientes só foram liberados desses locais a partir da década de 1960 com o fim da internação compulsória, ou seja, essas pessoas passaram boa parte da vida isoladas da sociedade.

A escolha do tema se deve à necessidade de resgatar uma parte da história dos excluídos da História¹⁸ e as experiências deixadas de lado pela historiografia tradicional, como as de prisioneiros, mulheres e operários.

Recentes preocupações da historiografia com a descoberta de "outras histórias" vêm favorecendo os estudos que contemplam diferentes abordagens do passado. Por outro

¹⁸ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

lado, esses trabalhos têm contribuído de modo significativo para a renovação temática e metodológica, ao redefinir e ampliar noções tradicionais e ao permitir o questionamento das polarizações em categorias abstratas e universais, abrindo possibilidades para a recuperação de experiências passadas até então pouco valorizadas.

Nas últimas décadas, a produção historiográfica vêm passando por um conjunto de transformações, poderíamos dizer que por razões internas e externas os estudos históricos se reformularam intensamente a partir da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história, que requeria uma completa revisão dos instrumentos de pesquisa.

Essa crise de identidade da história levou à procura de "outras histórias", ampliando desse modo o saber histórico e possibilitando a descoberta de outras abordagens.

A Nova História, ao propiciar um avanço considerável na historiografia – tanto pela ampliação das áreas de investigação como pela utilização da metodologia e marcos conceituais renovados, dinamizando as relações sociais e modificando os paradigmas históricos – influenciou a abertura de perspectivas para outros estudos, como os do cotidiano.

Contudo, foi influência marcante a descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina e das mulheres, o significado dos fatos, gestos e sentimentos (MATOS, 2005).

O que se torna possível na historiografia contemporânea, graças à ampliação das esferas do político e ao relativismo pós-moderno, que destroem a tradicional distinção entre o que é central e o que é periférico na História, levando os pesquisadores da área a ampliarem seus objetos de estudo, focando a análise, e não mais o “fato”¹⁹. Trata-se de um tema atual, pois, embora o período de internação compulsória tenha acabado após 29 anos de opressão (1933 a 1962), ainda hoje os hansenianos brigam na justiça por direitos e ressarcimentos do Estado e sofrem preconceito da sociedade, tanto por estigmas religiosos arcaicos como, e principalmente, pela desinformação. Além disso, é a única experiência de internação compulsória por motivos tidos como médicos no Brasil, assunto que volta à tona com a discussão sobre usuários de *crack*, ideia em efervescente debate atualmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Além de levantamento bibliográfico sobre o tema e livros que tragam arcabouço teórico para discutirlo, a investigação abarca pesquisa de documentos no acervo do antigo Leprosário do Padre Bento, atual Hospital Padre Bento, e no Arquivo do Estado. Também se trabalha com história oral, empreendendo entrevistas com ex-internos, seus familiares, vizinhos do Leprosário e funcionários e a análise de uma revista de circulação interna, editada pela caixa beneficente do leprosário.

¹⁹ Ibidem.

A Internação

A hanseníase, também conhecida como lepra, é relatada desde os tempos bíblicos e sempre foi tratada de maneira preconceituosa e segregadora. Mais uma prova disso foi dada em 30 de junho de 1933, dia em que foi exarado o Decreto-Lei n. 5.965, que decretava a internação compulsória dos hansenianos.

Quais as especificidades do cenário paulista que fizeram com que esse fosse o único Estado a praticar a internação compulsória de maneira ferrenha? Apesar do decreto federal, é possível constatar, por intermédio das entrevistas, que, após as fugas, os doentes se mudavam para outros *estados*, por exemplo, o Rio de Janeiro, já que em nenhum outro lugar a perseguição aos doentes era tão grande quanto em São Paulo.

São Paulo passava por um momento de industrialização e crescimento urbano, processo que pode ter estimulado essa medida, tomada por Getúlio Vargas e seu Ministro da Saúde e da Educação, Gustavo Capanema. No período, eram comuns os chamados “medos urbanos”. Fatores como o acúmulo de pessoas em ambientes mal saneados, o surgimento de cemitérios nas cidades, a violência e outras questões levaram a uma espécie de sentimento coletivo de medo e apreensão. Foi nesse contexto que o discurso médico passou a ser

adotado como verdade e se tornou fonte de grande poder²⁰.

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio. (RUBIO, 2007)

A fim de controlar os processos urbanos e seus habitantes, a fórmula recomendada no trato com os doentes era o isolamento e a criação de unidades médicas afastadas dos centros urbanos, já que os doentes eram considerados uma ameaça à salubridade pública, ainda mais em se tratando da hanseníase, doença que gera chagas de aparência desagradável à maioria, causando mal-estar.

²⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

Getúlio e a burguesia paulista se valeram desse discurso médico para promover a internação compulsória e evitar o contágio da hanseníase. Porém, quase nada se sabia sobre a transmissão da doença, de modo que aquela medida pode ser encarada como uma forma de higienização e embelezamento da cidade, objetivando atrair mais mão de obra, principalmente estrangeira, para trabalhar nas fábricas. Essa é uma constatação trazida por Arnaldo Rúbio, ex-interno que produziu um livro a respeito.

Durante os anos de internação, os pacientes isolados tornaram-se cobaias, vítimas do preconceito da sociedade e do desconhecimento dos médicos.

Na década de 1960, com a utilização de sulfa para tratar a tuberculose de pacientes hansenianos, descobriu-se que essa substância também tem efeito curativo para a hanseníase, que é transmitida por um bacilo. Assim, os leprosários começaram a se extinguir.

Ao contrário do que se poderia imaginar, o fim dos leprosários também foi desastroso para os pacientes. Muitos deles não tinham mais casa ou família e, com as sequelas da doença, não conseguiam se reintegrar à sociedade.

O Leprosário do Padre Bento

O Sanatório do Padre Bento contava com uma vila de moradias, um prédio que abrigava a caixa beneficente, cinema, teatro, biblioteca, cassino, salão de baile, barbearia, campo de futebol, chácara para a criação de gado, laboratórios, sala para palestras, escola profissional, constituindo um complexo com aproximadamente 340 mil metros quadrados. Essa infraestrutura não é comum nos demais leprosários do Estado de São Paulo, aliás, o Padre Bento pode ser tido como uma exceção em vários sentidos.

Lá não se encontravam pacientes em um estágio tão avançado da doença, com o corpo deteriorado em demasia, também era o único leprosário onde havia um pavilhão só para menores e uma área de lazer bastante grande, com belos monumentos arquitetônicos.

Isso, possivelmente, porque os asilos-colônias de hansenianos foram organizados distantes dos centros urbanos, com exceção do Sanatório Padre Bento, onde eram mantidos pacientes sem sinais visíveis da doença, em geral pessoas de maior prestígio ou poder aquisitivo, ainda que na década de 1930 a atual região quase não fosse habitada, a sua proximidade com a Avenida Guarulhos, que era caminho para Penha e para o Trem da Cantareira, que desde 1915 ligava Guarulhos à Zona Norte de São Paulo (Estação Gopóuva, a mais próxima do

Padre Bento), fazia do sanatório um lugar de fácil acesso, próximo à capital. (RUBIO, 2007).

O Pavilhão de menores recebia pacientes de várias regiões, contava com uma escola técnica, onde se aprendiam ofícios como a marcenaria, por exemplo, e era a “menina dos olhos” do diretor do Padre Bento, Dr. Lauro de Souza Lima, segundo depoimento do Sr. Domingos²¹, fato também percebido em algumas publicações da revista da Caixa Beneficente, na qual, em um dos artigos, é ressaltado o belo trabalho realizado no pavilhão de menores, a vivacidade dos jovens ao aprender, ao praticar esportes, teatro, dança, etc.

O leprosário constitui uma verdadeira cidade, um espaço de múltiplos sujeitos e experiências. Passa a ser o palco da vida desses milhares de internos que, excluídos do convívio habitual, passam ali a interagir, a festejar, a namorar, a escrever, a lamentar, a sentir saudade, esperança...

Dentre esses múltiplos sujeitos, há uma grande variedade geracional, idosos, adultos, crianças e muitos jovens que, como qualquer jovem, buscam namorar e se

²¹ Sr. Domingos é funcionário do atual Hospital Padre Bento, entretanto, trabalhou no antigo Departamento de Profilaxia da Lepra, indo nos anos 60 para o Padre Bento, já no período de extinção da internação compulsória. Ainda assim, teve contato com diversos pacientes remanescentes do leprosário, conhecendo muitas histórias e pesquisando o assunto.

casar. Segundo depoimentos e documentação analisados, muitos casais se constituíram dentro do leprosário.

Há até uma contradição envolvendo o único monumento atualmente tombado no atual Hospital do Padre Bento, a Pérgola.

Uma versão, presente no depoimento do senhor Domingos, é a de que tal monumento servia como forma de centralizar o namoro dos jovens, já que a área do leprosário era muito grande e seria impossível fiscalizá-los. Por sua beleza arquitetônica e clima agradável, a Pérgola acabava atraindo os casais para lá.

Esses casais contraíam matrimônio, recebiam uma casa separada e acabavam gerando frutos, crianças que nasciam saudáveis dentro do leprosário e que, por esse motivo, eram imediatamente retiradas de seus pais e mandadas para uma instituição privada que se encarregava do trato delas, o Asilo de Santa Therezinha, em Pinheiros.

Em meados de 1937, já eram 226 crianças retiradas dos pais no Padre Bento e enviadas para tal instituição. Esse dado pode ser verificado no documento seguinte, que também nos apresenta o alto número de internos nesse período e o pequeno número de doentes ainda presentes na capital, demonstrando o sucesso do

já citado projeto de higienização social para fins de modernização e industrialização da cidade.

A outra versão para a função da Pégola está presente no discurso do Senhor Arnaldo Rúbio, ex-interno que viveu dos 12 aos 18 anos no Leprosário do Padre Bento e escreveu um livro-denúncia sobre o tema. Segundo ele, a Pégola era utilizada nos dias de visita para delimitar o espaço a ser ocupado pelo doente e o espaço do visitante, já que não poderia haver contato físico entre eles. É tocante a descrição que ele traz em seu depoimento, o desejo do abraço que não podia se concretizar.

Possivelmente ambos estejam certos, mas é claro que, para um ex-interno, a separação da família no momento da visita é mais marcante e traumatizante.

Entretanto, o caráter da internação compulsória e do Leprosário do Padre Bento se evidencia nas duas versões: o controle social do indivíduo.

Considerações finais

Hoje sabemos que a internação era desnecessária para fins médicos, já que o contágio da hanseníase se dá por um bacilo, e que menos de 10% da população mundial é suscetível a esse bacilo. E, se levarmos em consideração que tortura é todo sofrimento (seja físico, psicológico ou moral) imposto a uma

pessoa por outra contrariamente à sua vontade²², podemos entender que os hansenianos internados compulsoriamente foram torturados. Contudo, o Estado ainda prefere esquecer essa parte da história a indenizar as vítimas e seus familiares.

Ainda hoje os hansenianos brigam na justiça por direitos e ressarcimentos do Estado e sofrem preconceito da sociedade, tanto por estigmas religiosos arcaicos como, e principalmente, pela desinformação.

As consequências da internação compulsória na vida dessas pessoas foram desastrosas, mesmo no Leprosário do Padre Bento, considerado exceção por sua estrutura, nível social e desenvolvimento da doença de seus pacientes, pudemos constatar a desestruturação de famílias, a situação degradante de cobaias a que eram submetidos pelos médicos. Uma trama complexa, na qual esse cenário triste era completado por uma tentativa de levar a vida da maneira mais normal possível, com trabalho, jogos, bailes, paqueras...

A definição do que foi a história do Leprosário do Padre Bento está diretamente ligada à cidade de Guarulhos, sua posição geográfica estratégica e importância econômica. Resgatar essa parte da História de Guarulhos, do bairro do Gopoúva, é fundamental para a compreensão não só da cidade, como também de

²² MATTOSO, Glauco. *O que é tortura*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

sua inserção no Brasil, fazê-lo é dar notoriedade a sujeitos que compõem essa História, rompendo preconceitos de várias espécies.

A escrita dessa História resgata parte da História de Guarulhos, numa preocupação com o futuro de todos nós.

Referências

ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 3. ed. São Paulo: Editora FGV, 2004.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

MATOS, M. I. de. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. 1. ed. São Paulo: Editora EDUSC, 2005.

MATTOSO, G. *O que é tortura*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto*

História. São Paulo, n. 15. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

RÚBIO, A. *Eu denuncio o Estado*. 1. ed. Navegar : São Paulo, 2007.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas e Paz e Terra, 2000.

Os significados da emancipação para a periferia de Guarulhos

Ellen Tais Santana

Guarulhos sofreu influências de diversas manifestações coletivas em benefício de sua periferia²³, claramente abandonada pelo poder público, engajadas por moradores que se associaram para trazer equipamentos urbanos essenciais (escolas, creches, serviços de saúde, água, canalização, transporte, pavimentação, espaços de lazer, etc.) e assim ambicionavam trazer o progresso para seus bairros.

O progresso foi uma ideologia difundida oficialmente, desde a pós-emancipação guarulhense, que teve grande aceitação entre seus habitantes e perdura até os dias de hoje. Progresso que em forma de discurso procurou enaltecer apenas os bairros com maior proximidade econômica, política, social e cultural com centro de São Paulo em detrimento de todo o “resto” da cidade.

Este capítulo foi dividido em breves tópicos e analisado em conjunto com reportagens de jornais de grande circulação nos anos de 1960 a 1980, alguns livros que pensaram o município no decorrer desse tempo e uma publicação especial da Emplasa (Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo

²³ Periferia: aglomerados distante dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir a crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica (KOWARICK, 1979: 31).

SA), que refletiu especificamente sobre o papel das Sociedades Amigos de Bairro do Estado de São Paulo, do qual Guarulhos também participou.

Ideal emancipacionista

Conforme dados oficiais, em 24 de março de 1880, a antiga Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos foi elevada à categoria de Vila, com a denominação Conceição dos Guarulhos, pela Lei Provincial n. 34. O topônimo Guarulhos seria legitimado somente alguns anos depois, pela Lei Estadual n. 1.021, de 6 de novembro de 1906²⁴.

O desmembramento de São Paulo não cessou a influência da capital paulista em Guarulhos, bem como deixou contrastes entre os bairros da cidade, na medida em que gestões políticas privilegiaram as regiões mais centrais (até a fronteira com São Paulo – Jaçanã e Penha), prejudicando o crescimento econômico da maior fatia do município, o que gerou grande desigualdade.

Houve um distanciamento que foi além do físico. Culturalmente a população da periferia não se identificava com o resto da unidade, e isso inspirou múltiplos desejos: a favor da autonomia separatista de alguns bairros, de apatia, de lutas coletivas que buscavam o progresso para regiões precárias, entre outros. No entanto, a discussão sobre o sentimento de

²⁴ “Guarulhos comemora 115 anos de emancipação”. *Jornal Olho Vivo*, p. 4 C1, 24-3-1995.

identificação é bastante complexa, segundo Gramsci²⁵, “as classes dominantes assimilam a experiência cultural, social e o discurso das camadas populares e, ao mesmo tempo, circulam suas ideias no cotidiano popular, desarticulando da esfera político-econômica os significados sociais da dominação”. Assim Gramsci criava o conceito Hegemonia Cultural, que exemplifica muito bem o que ocorreu em Guarulhos se compreendermos que, pelo mesmo caminho que a população periférica era afastada do modelo da “cidade ideal” construído pelas classes dominantes, ela voltava unida, fortalecida e reivindicando o direito à cidade.

No mapa a seguir, observar a divisão política de Guarulhos e suas fronteiras. Dentro do círculo vermelho constam os bairros que recebiam mais atenção e investimentos²⁶:

²⁵ Complementando: compreendemos com Antonio Gramsci que há constantes negociações entre sujeitos e incorporações de significados de um segmento social pelo outro. As camadas populares não são apenas receptoras passivas da manipulação das classes dominantes, são sujeitos do processo social.

²⁶ O mapa demonstra a divisão política da cidade numa perspectiva recente (notem o Aeroporto Internacional de Guarulhos, área cedida pela antiga Fazenda Cumbica na década de 1940). Apesar das mudanças ocasionadas pelo surgimento de novos bairros, com exceção dos investimentos no Aeroporto, essa configuração pouco mudou e é herdeira da mentalidade de exclusão.

de urbanização e modernização suburbana, processo que gerou contradições. (...) Pensando assim, vemos como o poder público preparou o município para acompanhar e atender aos interesses da metropolização paulistana e inibiu a constituição de Guarulhos como uma cidade capaz de reconhecer seus diferentes núcleos e sociabilidades da construção de sua identidade (SANTOS, 2006: 137-138).

A cidade se emancipou, cresceu e sofreu transformações em seus diferentes núcleos, alguns tão antigos quanto as regiões centrais, como Bonsucesso, Pimentas, Cumbica e Cabuçu, e os mais recentes, formados a partir de loteamentos, como Presidente Dutra, Maria Dirce, Cidade Satélite, cresciam em acelerada e desorganizada expansão e eram adensados, em grande parte, por migrantes que reconstruíam as relações socioculturais na cidade.

Guarulhos localiza-se entre as rotas que ligam São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, isso favoreceu algumas intervenções federais e estaduais importantes. Em 1951 foi inaugurada a Rodovia Presidente Dutra, e no final dessa década a Fernão Dias, acelerando e estimulando a implantação de indústrias na região, como também de novos contingentes populacionais que buscavam trabalho e oportunidades. Era um ciclo tecido por novos loteamentos, bairros, memórias, identidades, discursos e problemas de toda espécie.

Os modelos excludentes de urbanização

Guarulhos foi constituída como um espaço de importância estratégica e vendida como tal por seus agentes condutores: governantes e grandes empresários. Citando mais um trecho da obra de Carlos José Ferreira dos Santos:

A identidade do município como uma cidade industrial seria uma marca para apresentá-lo como um produto (ou mercadoria) atraente e, portanto, vendável. Para isso, era preciso atender ao modelo de desenvolvimento regional, federal e atrair as indústrias. Reforçando essa identidade, a própria municipalidade também dispôs-se a oferecer vantagens econômicas e infraestruturais como elementos atrativos do seu território. Primo Poli, em entrevista recente ao jornal local *Olho Vivo*, explica que seu irmão, o ex-prefeito Rinaldo Poli, isentava de impostos “por 20 anos, as indústrias que se instalavam em Guarulhos” (SANTOS, 2006: 61).

A cidade era projetada para receber indústrias, investimentos públicos e privados, especialmente do capital estrangeiro, atraído pelas vantagens logísticas do município (situado entre rodovias de importantes conexões e pela proximidade com a Capital), bem como as vantagens oferecidas de isenção de impostos e

terrenos mais baratos. Nada mais parecia brevar a consolidação do progresso.

Guarulhos, como várias metrópoles, sofreu um *boom* migratório que impactou a expansão física e demográfica da cidade. Lúcio Kowarick (1988), no caso de São Paulo, analisou o processo e abordou o conceito: “padrão periférico de crescimento”. Para Murilo Leal, sobre o período:

O Brasil deixava de ser eminentemente agrícola. Essa atividade econômica recuou de uma participação de 44,6% do PIB, no começo do século XX, para o percentual de 16,9% em 1960, enquanto a indústria cresceu de 11,6% em 1900 para 29,9% em 1960 (BONELLI, 2003: 333). Os números são eloquentes, mas apenas nos traduzem em quantidades que nos permitem situar no tempo o desenrolar de um gigantesco processo que implicou migrações, crescimentos e mudanças urbanas, desconstrução e reconstrução de identidades coletivas, lutas de classe, de gênero e etnias, desestruturação e reestruturação de alianças políticas e formas de dominação, controle e resistência (LEAL, 2012: 42).

Sobre o termo “padrão periférico de crescimento” aplicado às metrópoles, que em ritmo acelerado deixavam de ser predominantemente rurais, mas, em contrapartida, adotavam um modelo de quase ou completa exclusão social, elencaremos alguns pontos essenciais: 1º) Muitos lotes rurais foram

comercializados para desempenhar funções urbanas; 2º) Esses loteamentos comprados, muitas vezes a grande custo, serviram de espaços para os projetos de autoconstrução em áreas sem ou quase sem nenhum tipo de infraestrutura, mas que nortearam o objetivo de vida de muitos trabalhadores que fugiam do aluguel²⁷; 3º) A dificuldade do trabalhador à moradia própria, somada às extorsões que se operam por meio da inexistência ou precariedade de serviços básicos, a exploração de sua mão de obra e os baixos salários são exemplos muito comuns na periferia²⁸.

Para Moisés (1978), a especulação imobiliária estimulou uma configuração espacial extremamente segregada e rarefeita em São Paulo, com exceção de certas áreas centrais decadentes. Desse modo, as especulações sobre o solo urbano e os baixos salários da população trabalhadora empurram-na para locais desprovidos de infraestrutura e distantes dos locais de trabalho, eram as chamadas “zonas dormitórios”.

Em Guarulhos, antigos proprietários de terras, donos de chácaras e olarias (abasteciam São Paulo com material de construção civil e hortifrúti), com a queda

²⁷ “(...) a consolidação do padrão periférico de crescimento urbano foi de grande importância, pois gerou a solução habitacional com a autoconstrução da casa própria em locais longínquos e sem estrutura, expandindo, consideravelmente a mancha urbana” (KOWARICK, 1988: 150). Ver sobre a Lei do Inquilinato (1942).

²⁸ Essa somatória de extorsões pode ser compreendida pelo termo espoliação urbana: inexistência ou precariedade de serviços que se somam às dificuldades de acesso à terra e à moradia, o que aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho, José Álvaro Moisés (1978).

da produção, passaram a investir no mercado imobiliário em áreas periféricas, o que caracterizou o processo de loteamento num ótimo negócio.

Santos (2006) analisou o crescimento populacional e o processo industrial e urbano no município de Guarulhos e constatou que, na cidade, a especulação também expeliu a população periférica, fazendo com que grandes contingentes populacionais buscassem moradias ou aquisição de terrenos de valor atrativo, por vezes em loteamentos clandestinos, áreas de mananciais e reservas naturais. Para Nilton Gama (2009) “A porção leste (mais adensada) do município destacou-se como principal ponto da mercantilização de lotes na periferia do município”.

A ideologia “populista” e a construção de um imaginário coletivo na periferia paulista

Aqui pontuaremos importantes características do período que ficou marcado na História do Brasil como “populismo” e que se tornava emblemático a partir do discurso oferecido por um Estado democrático-liberal que se forjava como racional e eficaz. Para Livia Cotrim (2010), “na teoria da sociedade de massas, a liberal democracia é posta como o destino desejável de toda sociedade e, teoricamente, como a referência capaz de iluminar outras formas de organização da sociedade”.

Na visão de autores que se adequam à teoria populista difundida nos anos 1970, o dever do governo era ser provedor das necessidades básicas do povo. Para

José Álvaro Moisés (1982), “O Estado estava acima das classes”, sendo ele o principal foco dos movimentos sociais urbanos, assim, o papel do Estado estava consolidado naquele imaginário.

Conforme a ótica de José Álvaro Moisés:

O Estado se preocupava em expandir as atividades produtivas e, por isso, se sensibilizava pelos interesses da acumulação, mas, ao mesmo tempo, fazia vistas grossas às necessidades mais imediatas da grande maioria da população, apresentando os espaços destinados a construir um capitalismo de bases nacionais como uma política dirigida a redistribuir a renda e a ampliar os empregos através da industrialização. Houve apenas alguns momentos, curtos e transitórios, durante a era do populismo, que viram o Estado se voltar para o atendimento das contradições geradas pelo desenvolvimento urbano. Entretanto, o populismo não podia se oferecer como *uma alternativa real* para a solução dessas contradições, por força das suas próprias ambiguidades. (MOISÉS, 1982: 19).

Lúcio Kowarick (1988) ainda acrescentou que a relação do discurso populista era quase sempre baseada numa política clientelista, na barganha entre obtenção de melhorias para o bairro e o apoio eleitoral, sem que fosse colocada em questão a ordem política, social e econômica.

Murilo Leal (2012), ao contrário de Moisés e Kowarick, entendeu o populismo como um pacto entre

os grupos populares e o Estado, que exerceu o controle do movimento operário pelo Ministério do Trabalho, permitindo sua incorporação política e social em apoio ao governo e ao regime. Para o autor, as explicações mais recentes para o populismo constroem-se a partir das noções de alianças de classes. Portanto, apesar das divergências teóricas sobre o populismo, os autores concordam que o período propiciou a efervescência dos movimentos sociais urbanos. Conforme Moisés (1972), esses movimentos mobilizaram setores heterogêneos das classes populares, como a recém-chegada população de migrantes que reivindicavam direitos essenciais à sua sobrevivência nos grandes centros urbanos.

Sobre o período, Octavio Ianni (1971) apontou que nas décadas de 1960 e 1970 houve um congelamento salarial por parte do Estado populista e dos governos militares. Esse projeto político, do qual fez parte o programa de contenção da inflação, penalizou em grande medida as classes menos abastadas, portanto, houve perda real dos salários dos trabalhadores que chegava a um *status* de massacre dissolvido pela opressão urbana e desenvolvimentista.

Citando um texto de opinião do autor Carlos Figueiredo, produzido para o jornal *O Diário de Guarulhos*, fazemos um complemento ao pensamento de Ianni, analisando a mentalidade da época:

O governo que ao mesmo tempo pretende ser pai dos pobres torna-se também mãe dos

tubarões, pois permite a estes usar e abusar de sua ganância e ambição, elevando cada vez mais os preços de todas as mercadorias, de todas as utilidades de que necessitamos para viver (...). Aqui, o que vemos é o uso imoderado de uma demagogia inqualificável (FIGUEIREDO, 1964: 1)²⁹.

Para Regina Bega dos Santos (2008), a dilapidação dos salários, somada à ineficiência do Estado, gerou reivindicações por padrões mínimos de consumo ou de serviços públicos, o que caracterizaria uma cidadania de segunda categoria. Para a autora, o ponto de partida do movimento é específico, mas os participantes vão adquirindo consciência de que as questões da desigualdade ou da injustiça social não serão eliminadas apenas com a resolução desses problemas específicos. Citando uma publicação da Emplasa e refletindo sobre alguns contrapontos, pensaremos que o estalo de consciência social dos movimentos urbanos, no caso das instituições de bairros, parece limitado.

(...) A civilização de um país se mede, dentro da lei e da ordem, pela intensidade com que confundem povo e governo. Governo afastado do povo é retrocesso.” Uma entidade comunitária faz política enquanto o termo significar administração e desenvolvimento

²⁹ “Círculo Vicioso”. *O Diário de Guarulhos*, 23-7-1964, p. 1. Arquivo Histórico de Guarulhos, caixa 4.

social. Mas não pode nunca ser confundida com um partido político preso a ideologias e filosofias próprias, tem como objetivo a conquista e o exercício do poder público. Tal não interessa à entidade comunitária. Não prega nem discute ideologias. Ela apenas objetiva o bem-estar coletivo, o processo da nação e a humanização da cidade (EMPLASA, 1982: 112)³⁰.

Regina Bega dos Santos também se apropriou da concepção *thompsoniana* para analisar como os sujeitos vão aprendendo com a experiência coletiva de descobrir uns aos outros a partir de histórias semelhantes, de problemas e esperanças comuns. Porém os efeitos políticos ancorados pelas associações de bairros se encaixariam na categoria que ela designou “específico”, na medida em que buscam apenas melhorias urbanas e ampliar o acesso a serviços básicos de serviços e consumo.

Mesmo as Sociedades Amigos de Bairros tendo se organizado em plenárias, uniões, federações

³⁰ “Contribuição à História dos movimentos sociais na Grande São Paulo (1968-1975)”. EMLASA. Coord.: Sérgio Carneiro. Ed.: janeiro, 1982. *Carta de princípios da presidência do Coordenador das Sociedades Amigos de Bairro, Vilas e Cidades de São Paulo*, 12 de março de 1972.

municipais, até estaduais, como o caso da Emplasa, não formularam, ao menos homoganeamente, ideologias que se voltassem às transformações socioeconômicas que orientassem a tomada do poder. Isso se explica porque não se interessaram em formar partidos de frente oposicionista, ou seja, coletivamente não houve uma ação ou proposta de ordem revolucionária, o que torna difícil entender questões como o problema da representatividade política, pois, ao mesmo tempo em que o Estado é alvo de críticas e reivindicações, seus representantes são muitas vezes apontados como a esperança de execução de políticas mais justas no sentido de prover melhorias e incluir as periferias nos rumos do progresso.

Em Guarulhos, a reportagem do jornal *O Diário de Guarulhos* demonstra como foi construída no imaginário da população a figura adjetivada do Executivo municipal como símbolo da elevação da cidade ao progresso, utopia de uma periferia abandonada.

Sobre a construção da futura Avenida do Cocaia, feliz iniciativa da atual administração municipal:

“Essa ciclópica obra é realmente um trabalho digno da marcha ascensional na senda do progresso, que a terra guarulhense vem conhecendo, graças à capacidade construtiva e honesta dos homens que já vêm governando desde a sua emancipação político-administrativa. Por suas amplas pistas, correrão sem cessar as máquinas propulsoras do

progresso, avançando sempre na ânsia incontida de colocar a nossa Guarulhos no lugar a que lhe compete”³¹.

As Sociedades Amigos de Bairro

As Sociedades Amigos de Bairro (SAB), conforme definição de José Álvaro Moisés (1978), “são instituições com uma quantidade de sócios que varia entre 100 e 300, regidas por estatutos específicos, localizadas em sedes próprias ou algumas vezes na casa de algum dos associados e que têm finalidades reivindicatórias e associativas”.

Surgem como entidades heterogêneas, agregando operários fabris e trabalhadores assalariados, filiados do PCB, donas de casa, comerciantes, empresários e profissionais liberais, constituindo algo como uma aliança social em torno da questão urbana,

Segundo a Emplasa (1982), as SAB surgiram majoritariamente entre os anos de 1955 e 1970, dentro do processo de industrialização, expansão urbana e fluxo migratório, como organizações formais de prestação de serviços específicos à população, por meio da reivindicação de recursos urbanos e sociais aos

³¹ “Governar é construir”. *O Diário de Guarulhos*, 23-7-1964, p. 1.

órgãos públicos, constituindo-se num elo entre sociedade e poder público.

Representaram importante papel político sob influência da ação reivindicativa e fiscalizadora dos poderes públicos, especialmente do Executivo Municipal, de maneira que articularam e protocolaram petições, abaixo-assinados, declararam apoio a outros movimentos urbanos, como os manifestos contra a carestia e greves sindicais, ou seja, foram agentes de mobilização. Entretanto, os movimentos de bairros foram ideologicamente e ativamente limitados a ações mais expansivas, buscavam progressivas melhorias e não revoluções sociais.

As alianças políticas merecem atenção, estudo e aprofundamento, por exemplo, supõem que o PTB em parceria com as camadas populares beneficiou tanto a vitória eleitoral do partido como o sentimento de representatividade da população periférica, sentimento que, em muitos casos, não pode ser desconexo das relações clientelistas, mesmo sendo as SAB órgãos autônomos.

Abaixo-assinados e petições eram constantemente protocolados por associações de bairros, citaremos uma publicação de *O Diário de Guarulhos* de autoria do presidente da SAB, que representa algumas regiões situadas às margens da Rodovia Dutra, na época recém-loteada. No trecho aparece um típico problema de transporte, que só atendia a nova periferia com linhas mediante muitas petições e reclamações. Atentamos

também ao imaginário do progresso, do qual todos queriam ser incluídos.

À Empresa de ônibus Guarulhos S/A

“Criação da linha de ônibus Maria Dirce”

Os moradores dos bairros situados no Km 19 da Via Dutra: Maria Dirce, Jardim Cumbica, Alvorada, Parque das Nações e outros, entregam um abaixo-assinado patrocinado pela Sociedade Amigos de Bairros Jardim Presidente Dutra e Vizinhos, que muito bem demonstra a necessidade de criação de uma linha de ônibus para melhor servir aos trabalhadores desta região nova do nosso município [...]. Grande é o número de passageiros que desce em Guarulhos que viajam nos ônibus que vão à cidade. Viria com isso a empresa dar uma demonstração evidente que coopera para o progresso. Aliás, somos testemunhas disso (PELLERINI, 1968: 1)³².

Outra publicação, agora do jornal *Correio do Povo*, destaca os clássicos problemas guarulhenses de transporte, pistas e água na região do Pinhal e Paraventi. Veremos a mentalidade da população acerca das ações dos poderes públicos para melhorar suas condições, bem como o papel fiscalizador desses agentes:

³² “Criação da linha de ônibus Maria Dirce”. *O Diário de Guarulhos*, 9-4-1968, p. 1. Arquivo Histórico de Guarulhos, caixa 14.

Atualmente os principais problemas que afligem a sociedade são o péssimo serviço de transporte coletivo, a má condição de conservação das vias públicas e a poluição da água potável pelas fossas negras. Estes três importantes problemas têm sido a preocupação maior de todos os moradores, pois nem possuem esperanças de solução, por parte da Administração Pública. Todavia, essa Sociedade vem acompanhando os passos que o Governo Municipal deverá dar no sentido de solucionar o grave problema, mantendo assim total vigilância sobre o caso³³.

Em Guarulhos, as SAB desempenharam papéis socioculturais semelhantes a São Paulo e Região Metropolitana da Grande São Paulo, afinal, os reflexos urbanos, políticos, sociais e econômicos foram análogos nessas regiões.

A explosão industrial, atrelada à entrada massiva de migrantes, gerou um crescimento demográfico e urbano caótico, ocasionando um *boom* de periferias e ocupações indevidas, negligenciadas pelo Estado, que pouco atuava para acolher os novos cidadãos instalados e sem relação de identidade. No caso de Guarulhos, a expansão da mancha urbana também demandou migrantes para bairros tão antigos como os centrais, eram os chamados bairros de “tradição caipira” (Cabuçu,

³³ “Jardim Pinhal e Paraventi: o bom exemplo”. *Jornal Correio do Povo*, 18-2-1965, p. 6. Arquivo Histórico de Guarulhos, caixa 4.

Pimentas, Cumbica, Bonsucesso)³⁴. Esses bairros foram cortados pela passagem da Via Dutra e sofreram grande impacto ao receber muitas indústrias, novos moradores e um novo contexto, de modo que saiu do estágio “caipira” para se integrar aos bairros periféricos.

João Ranali, cronista e redator do jornal *Folha Metropolitana de Guarulhos*, tentou explicar a decadência das associações de bairro no município, por um lado denunciando o caráter real das agremiações cooptadas, mas por outro não considerou as experiências legadas por esses movimentos. Outro ponto importante colocado por Ranali é a visão de heterogeneidade do povo guarulhense (que recebeu migrantes e imigrantes de todo tipo), quando o Estado deixa de ser um inimigo incomum em tempos de cooptação, algumas causas parecem perder força de luta e os agentes sociais tendem a cair no individualismo. Todavia, o texto de Ranali é fruto de seu tempo:

Guarulhos apresenta características de um crescimento também explosivo e desordenado. Existem bairros com uma infraestrutura e outros totalmente abandonados. No primeiro caso temos como exemplo a Vila Galvão, e no segundo, Taboão, Cumbica, Pimentas e tantos outros. Atualmente o município conta com 72

³⁴ Bairros pouco desenvolvidos e excluídos do sentimento progressista, fortemente estimulado pelo ideal civilizatório que surgiu na cidade aproximadamente nos anos 30.

SAB, e assim como aconteceu com as entidades da Grande São Paulo, em Guarulhos, o movimento que antes era organizado e reivindicatório com ampla participação popular está completamente descaracterizado, e além de servir apenas como plataforma política para os candidatos que saem em busca de votos, perdeu a credibilidade e o interesse da maioria da população. No caso da Ponte Grande, a SAB existe simbolicamente desde março de 1980. Segundo seu próprio e único presidente até hoje, Renato Damiani, ela apenas funcionava no fim do ano, quando as indústrias da região fornecem donativos que são distribuídos para as pessoas mais carentes do bairro. Damiani fez questão de ressaltar que a própria formação dos moradores pontegrandenses composta em sua maioria por imigrantes de diversos países representa uma mistura de raças que torna difícil o trabalho comunitário (RANALI, 1986: 14)³⁵.

A nova visão histórica sobre os movimentos sociais traz à luz novas reflexões, versões mais otimistas e o diálogo com as manifestações culturais. Nessa lógica, Murilo Leal (2012) destacou as Sociedades Amigos de Bairros (SAB paulistas) como um dos vértices mais importantes de articulação de uma identidade popular e classista, com importantíssimas consequências políticas, como atesta, entre outros, o fenômeno do *janismo* e a luta contra a carestia – para o

³⁵ “SAB Trabalho Comunitário que funciona simbolicamente”. *Folha Metropolitana de Guarulhos*, 8-2-1986, p. 14. Arquivo Histórico de Guarulhos.

autor, principal fator de convergência do conjunto de lutas sociais do período.

Em Guarulhos, os aparatos democráticos que a cidade tem hoje em forma de lei, mesmo sendo passíveis de questionamentos, são, em parte, influência dessas agitações por participação política.

Regina Bega dos Santos (2008), contextualizando Gramsci, analisou o indivíduo como sujeito histórico que assume a importância do cotidiano e do senso comum como instrumento político, e o coletivo como construção dessas experiências conjuntas. Para a autora, a politização das questões do cotidiano foi ocorrendo no desenrolar das lutas pela criação de novos espaços políticos (clubes de mães, SAB, comitês de fábricas), como uma espécie de alargamento do espaço da política.

O espaço serviu como palco de lutas pelo direito à cidade que visavam a uma gama ampla de objetivos em comum: a conquista de saneamento básico, transporte, escolas, policiamento, comunicação (correio e telefones), esporte e lazer. Essas lutas foram concretizadas, principalmente, em formas de petições requeridas aos poderes públicos. Havia, ainda, as mais complexas: a elaboração de planos gerais para a cidade ou a reivindicação da autonomia.

Registros mostram que em algumas regiões de Guarulhos houve um duradouro desejo de autonomia, ao que parece desde a década de 1970. Citaremos uma matéria recente do jornal *O Estado*

de S. Paulo em que o assunto parece voltar à tona: em 1999, alguns líderes de movimentos locais protocolam uma petição de plebiscito para que a população deliberasse a favor ou contra a emancipação dos bairros Aracília, Sadokim, Bonsucesso, Presidente Dutra, Cumbica, Água Chata, Pimentas e Itaim.

Não temos nada a perder com a emancipação”, analisou o padre Lino Fernando Camacho, líder da Paróquia Santa Teresinha, que apoia a proposta desde 1977. Ele garante que os poucos benefícios existentes na região foram trazidos graças à militância dos moradores. “Tivemos que reclamar muito para conseguir quase nada”, ressalta. De acordo com o presidente do colegiado pró-emancipação, Reinaldo Affonso, os bairros afastados sempre ficaram em segundo plano. “Não temos esperanças de que a prefeitura consiga gerenciar a região”. Há um tópico que pode barrar o processo de emancipação de Cumbica. Se for provado que a região tem um vínculo sociocultural forte com Guarulhos, há possibilidade de veto ao pedido de plebiscito. A Igreja Nossa Senhora de Bonsucesso, construída em 1744, é o trunfo dos adversários do projeto (*apud* SCARANCA, 1999: 3)³⁶.

³⁶ “Ideia ganha apoio com a falta de infraestrutura”. *O Estado de S. Paulo*, 19-3-1999, p. 3. Arquivo Histórico de Guarulhos.

O efeito da política do “Milagre Econômico” na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo)

O “Milagre Econômico” foi mais uma empolgante construção ideológica do período da Ditadura Militar, mais precisamente durante os anos 1969 e 1973, no mandato do general Médici. Para Lúcio Kowarick (1988: 59) “o período foi de acelerado crescimento econômico com acentuada pauperização”.

Segundo Moisés (1978), a ideologia dos ditadores baseava-se na ideia de que, com o crescimento econômico, haveria maiores fatias a ser distribuídas. Desta forma, a exclusão social, a exploração do trabalho e míseras condições urbanas de vida eram o preço inerente do progresso que seria alcançado rapidamente.

Para Ianni (1971) o período foi de forte estímulo à produção industrial e processado por meio das multinacionais e dos setores transnacionalizados, enquanto as formas de exploração do trabalho apoiaram-se na contenção salarial, na extensão da jornada e nas precárias condições de trabalho.

Durante esse governo foi lançada em 1972 uma publicação da Emplasa, era a primeira tentativa de se pensar sobre os caminhos das SAB, suas funções, como deveriam se organizar, o futuro do movimento, mas deixando explícito que não pretendiam criar filosofias ou fundir-se com qualquer outra ideologia do momento. Vejamos um trecho sobre democracia:

Fala-se na condução da nossa terra brasileira para a Democracia Social, numa tácita admissão de que o liberalismo faliu. Ora, a democratização social só se realiza com a democratização econômica. Enquanto não equilibrarmos a riqueza da nação com a riqueza do povo, longe estamos de qualquer tipo de democracia. O máximo que se fará será uma assistência social.

(...) E o governo do ilustre presidente Médici tem condições e força para desenvolver a construção do país que todos esperam” (EMPLASA, 1972: 116-117)³⁷.

Alcançar o *status* da democracia ideal, para a Emplasa, significa priorizar a integração econômica e conduzi-la para que abranja a periferia, colocando o País, como um todo, nos rumos progressistas.

Entender a ideia de “Democracia Social”, naquele momento, requer cuidados, pois carrega um peso diferente de hoje³⁸. Antes é preciso entender que o regime autoritário, em nenhum momento, se colocou como ditador, pelo contrário, intituiu-se

³⁷ Carta de princípios da presidência do Coordenador das Sociedades Amigos de Bairro, Vilas e Cidades de São Paulo, 12 de março de 1972.

³⁸ Após a Constituição de 1988 o conceito de democracia muito se ampliou, conhecida como Constituição Cidadã por ter traduzido um novo pacto para a democracia em substituição a extensos períodos de instabilidade institucional e ditaduras militares, ela prevê a garantia de direitos sociais e um Estado com objetivos declarados de transformação social, redução das desigualdades, de renda e de viabilização de oportunidades.

como revolucionário e democrático. Portanto, a Emplasa, institucionalmente, absorveu muito do que propagaram os governos militares e parece ter sentido o peso por não se perceber como alternativa de transformações políticas (atuava em apoio aos candidatos ou partidos políticos que os representassem em dados momentos), conduta que provocou em muitos a descrença no objetivo dos movimentos de bairros.

Ainda sobre democracia, vejamos uma publicação no jornal *O Diário de Guarulhos*:

Ter numerosos partidos políticos e agitarem o país é prova definida e definitiva da pátria. Os povos politicamente maduros organizam seu Estado sobre bases solidas e inabaláveis, social e espiritualmente falando. Para nós a palavra democracia significa um processo de integração social, cultural, política e econômica. E isso se consegue através de um regime, que embora livre, consagra o Homem-povo e o acautela e defende, em primeiro lugar, contra as experiências políticas e ideológicas nocivas e que tem seu campo fácil na existência do multipartidarismo.

Levem em consideração esta verdade: os políticos que integram ARENA e MDB, se realmente são políticos com P maiúsculo, não haverá problema. Em caso contrário, ai do Brasil! (PAPUS, 1968: 1)³⁹

³⁹ “Ainda Democracia”. *O Diário de Guarulhos*, 21-1-1968, p. 1. Arquivo Histórico de Guarulhos, caixa 14.

Octavio Ianni (1971) analisou a imponência do Executivo, poder fortalecido em detrimento do Legislativo, e como seus discursos trataram de superar os “*slogans* demagógicos” e as lideranças “carismáticas” dos tempos do “trabalhismo populista” e propor uma política operária condizente com a sua nova estrutura. Para ele, o proletariado, em particular, foi obrigado a pagar pelo controle da inflação e em favor da concentração de renda, isto é, de reprodução do capital. Veremos abaixo um pronunciamento do general Médici em 1970:

Esse paternalismo inspirou a mentalidade contemplativa e apassivada de esperar as graças imediatas do governo. Tudo deveria vir exclusivamente dele: o emprego, o abono e o aumento; a casa e a promoção, a previdência e o transporte, recreação, aposentadoria, pensão, e até mesmo outros meses de salário. E tudo deveria vir de mão beijada, sem a contraparte e a correspondência de deveres e obrigações de contribuições, esforços e poupanças individuais; tudo o que em verdade era às vezes a grande mentira agradável, o grande engodo, agravando os problemas do amanhã de cada um (*apud* IANNI, 1971: 4)⁴⁰.

⁴⁰ Discurso do General Médici, pela passagem do Dia do Trabalho 30-4-1970. Cf. “Médici promete reformular a previdência para dinamizá-la. *Jornal do Brasil*, RJ, 1970, p. 4.

As diretrizes políticas dos governos militares foram reprimir, desestruturar os movimentos sociais, e a propaganda ideológica, foi contra o paternalismo do Estado e sua prática rotulada de assistencialista.

Para entendermos esse momento, elencaremos alguns pontos que integraram o plano de governo, bem como suas consequências no econômico-social e nas ações coletivas: 1º) a política anti-inflacionária resultou no congelamento salarial e foi drástica ao distorcer profundamente a repartição da renda do País; 2º) houve uma forte inclinação ideológica para o discurso da meritocracia e do individualismo em prejuízo da coletividade; 3º) o Executivo Federal muito se empenhou em desarticular e descaracterizar as funções dos sindicatos e dos movimentos populares urbanos, que de núcleos reivindicativos passaram a focar em outras atividades, como entretenimento, lazer e assistencialismo.

Como todo o processo não é homogêneo, vamos citar um trecho de uma matéria que estabelece criticidade sobre o papel político que as Sociedades de Bairros de Guarulhos deveriam desempenhar naquele ano de 1971.

Com a demonstração de uma nova mentalidade por parte de seus também novos dirigentes, a Sociedade Amigos de Gopoúva parece que finalmente tenderá a perder as características de um clube esportivo ou salão de danças, para realizar o que exatamente lhe compete. É a

mentalidade correta. Outras sociedades também a acompanharão.

(...) esperamos que o Conselho Comunitário e que cada Sociedade de Amigos de Bairros realizem um levantamento do que apresentaram de concreto no decorrer de 1971. A elas foi dada uma grande responsabilidade. A responsabilidade na vida pública e administrativa de uma cidade⁴¹.

Em suma, o período ditatorial cooptou, reprimiu e desintegrou várias manifestações coletivas, o que surtiu no enfraquecimento das instituições e dos partidos de esquerdas já existentes, mas não estrangulou a força da luta popular que se renovou, um exemplo são as greves gerais do ABC paulista, que explodiram em 1978; outros exemplos em Guarulhos foram as articulações das CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases da Igreja Católica) na periferia, que engajaram alguns movimentos populares descentralizados que ainda peticionavam o suprimento de carência crônicas, exemplo: Movimentos queremos condução (1980), Movimentos pela água, Movimento Sem Terra (1985), sem falar das greves de 1978, na qual pararam cerca de 45 mil metalúrgicos da Olivetti, Santa Maria, Tib, Mannesmann e Randon contra o arrocho salarial.

Todavia, no imaginário social, a sociedade vigente carrega para si o legado do individualismo, da meritocracia, do repúdio ao chamado assistencialismo e

⁴¹ “As Sociedades de Bairro”. *O Diário de Guarulhos*, 24-7-1971, p. 3. Arquivo Histórico de Guarulhos, caixa 16.

uma visão estereotipada dos movimentos sociais urbanos, associados como meras plataformas para aquisição de cargos comissionados, fatos que ajudam a explicar como foi concebida a transição democrática do País, por um lado, legalmente progressista, mas na prática se mostrou conservadora.

Considerações Finais

O sentido da emancipação para a população da periferia não esteve relacionado ao desmembramento entre Guarulhos e São Paulo, com isso elas pouco ou nada se entusiasmaram, muito embora o processo de ruptura tenha sido imperceptivelmente drástico, se digermos o quanto se perdeu da memória, da cultura e da história de algumas localidades tão ricas e tradicionais como a região central. Guarulhos estava se constituindo como um núcleo econômico poderoso e, para isso, seus condutores, responsáveis por direcionar a cidade ao progresso, faziam valer qualquer dilapidação identitária que não fosse coerente com suas projeções.

Outro ponto é a relação dos que moram na periferia com os que planejam e norteiam os rumos da cidade, que é conflituoso, porém também de certo enquadramento, pois o que o oprimido deseja é sair da condição de oprimido ao incorporar-se ao espaço considerado civilizado (dotado de infraestrutura). Essa relação foi pensada dentro do conceito de “Hegemonia Cultural” proposta por Gramsci, que, apesar das inúmeras extorsões sofridas, inclusive culturais, no

final, o que prevaleceu foi o discurso progressista difundido pela elite guarulhense e o anseio de inserção das zonas carentes.

Analisamos a passagem dos movimentos sociais urbanos, em especial os movimentos de bairros de Guarulhos, que é o objeto de estudo, por dois períodos discutíveis da história da política nacional: o “populismo” e o “milagre econômico”, o primeiro estimulou e o segundo restringiu o caráter participativo das associações coletivas. Desse modo, não devemos superestimar o caráter combativo dessas associações como transformadoras da ordem social, da mesma forma como não se pode desconsiderar a combatividade dos movimentos e a experiência organizacional, coletiva e participativa que os movimentos trouxeram.

Referências

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez. 1995.

BENEVIDES, M. V. O governo Kubitschek. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

COTRIM, L. A crítica do populismo: elementos para uma problematização. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/96545295/A-critica-do->

populismo-elementos-para-uma-problematizacao-Livia-Cotrim. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

DE DECCA, E. S. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GAMA, H.; LEANDRO, E. Formação de uma metrópole. São Paulo: CDDH, 1998.

GAMA, N. C. de Oiraliv. O processo de conformação da periferia urbana no município de Guarulhos: os loteamentos periféricos como (re)produção de novas espacialidades e lugar de reprodução da força de trabalho. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana, FFLCH – USP, 2010.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, v. 3. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1971.

KOWARICK, L. As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente. São Paulo: Paz e Terra/Cedec/Unrisd, 1988.

LEAL, Murilo. A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964). Campinas: Unicamp, 2012.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Unicamp, 2006.

MELLO, J. M. de; NOVAIS, F.A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. São Paulo: Unesp, 2009.

MOISÉS, J. Á. Classes populares e protesto urbano. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP, 1978.

MOISÉS, J. A. (org.). Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NORONHA, A. de V. Guarulhos, cidade símbolo. Guarulhos: FIG, 1960.

RANALI, J. Repaginando a História: Guarulhos. São Paulo: Soge, 2002.

_____. *Cronologia guarulhense*. v. I e II. Guarulhos: SP, Artes Gráficas Guarulhos, 1986.

RIBEIRO, S. Guarulhos “uma explosão” - uma breve História. São Paulo: Maitiry, 1995.

ROMÃO, G. J.; NORONHA, A. V. Guarulhos: 1880-1980. Guarulhos: PMG, 1980.

SANTOS, C. J. Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos-SP. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SANTOS, Regina Bega dos. Movimentos sociais urbanos. São Paulo: UNESP, 2008.

Industrialização, emancipação, patrimônio e identidade

Elmi El Hage Omar

Há algum tempo se discute a “qualidade de vida” na cidade de Guarulhos. Comentários frequentes incluem as dificuldades como trânsito, falta d’água, violência, entre outros tantos problemas. Paradoxalmente, muitos anseiam morar no interior, vida com qualidade, pouca violência, locomoção fácil. Alguns resgatam com saudosismo de suas reminiscências o quão tranquila era a cidade há uns 50 anos atrás.

Este artigo sobre a história da industrialização na cidade e seus impactos urbanos procura refletir sobre essa espécie de saudosismo rural e qualidade de vida e suas implicações, bem como alternativas para lidar com os valores (patrimônios) deixados por esse passado e vitimizados por um intenso “presentismo” que se instaurou no mundo.

É incontestável que a maioria da população do município não nasceu no “interior”, tampouco chegaram a presenciar essa Guarulhos rural e provinciana, mas com certo preconceito chamam-na de atrasada, como apregoam alguns... mas será mesmo?

As pesquisas realizadas apontaram um bom princípio para descrever a história da cidade. Note esta frase interessante de Maria Stella Bresciani:

(...) não se encontra uma história da(s) cidade(s), já que o objeto de estudo não é esse; encontramos, isso sim, um percurso histórico sobre as ideias políticas e filosóficas que orientaram as avaliações e intervenções nas cidades, no período de constituição do campo disciplinar do urbanismo (pré-urbanismo no século XIX), e a continuidade dessas posições alternativas das práticas urbanísticas, já em plena vigência, como parte importante e reconhecida das políticas urbanas no século XX (BRESCIANI, 2001: 18).

Por questões organizacionais deste livro, este artigo terá um recorte temporal atrelado ao fim dos anos 1960 até nossos dias, tentando iniciar uma discussão contextual sobre “emancipação guarulhense”, identidade e patrimônio. Além disso, não se aprofundará em aspectos específicos, alguns artigos neste livro o farão, mas certamente pretendemos propor alternativas para uma redundância: valorização do nosso patrimônio.

Está claro, pelos diversos estudos realizados, que fomos afetados significativamente pela expansão urbana ocorrida em São Paulo. Também é nítido que a construção da Rodovia Presidente Dutra foi um marco nesse processo, e que a industrialização, de fato, ocorreu quase que linearmente às margens dessa via, de fora para dentro.

Muito comum no Brasil, esse processo chamado de desordenado, melhor definido como improvisado e na base do “ocupa conforme demanda”, logicamente favoreceu aqueles que poderiam especular no âmbito imobiliário, ou seja, os possuidores de capital.

Só para exemplificar, depois da notícia da futura construção da Rodovia Dutra, houve diversas negociações de terras, na época sem muito valor comercial, às margens do empreendimento. Foi o que ocorreu com o local onde mais tarde seria a construção do futuro maior complexo industrial eletrônico da América Latina, a Philips (OMAR, 2008).

Depois de estabelecidas essas bases, a partir da década de 1950, no esteio da era desenvolvimentista, a indústria em Guarulhos precisava de trabalhadores. Essa demanda foi sanada com os migrantes internos, na sua maioria da região nordeste do Brasil. É nesse momento que os estudos mostram uma explosão demográfica e industrial que eleva a cidade entre os dez maiores PIB's do Brasil.

Logicamente esse processo colheria seus frutos: ocupação precária às margens das principais rodovias que cortavam a cidade, em lugares periféricos e, mais tarde, em “invasões”. Outro resultado seria o aquecimento do mercado imobiliário, trazendo diversos loteamentos regulares e irregulares.

Na década de 1970, em plena ditadura militar, presenciou-se eventos como o conhecido “milagre econômico militar”, crise do petróleo e, no fim da década, o fortalecimento dos sindicatos e as greves.

Nesse período houve também a expansão industrial se estabelecendo no interior para usufruir do aquífero de Cumbica, essencial para a produção, principalmente na área metal-mecânica.

Com esses acontecimentos a cidade tem sua população aumentada exponencialmente, apenas para exemplificar destacamos esse gráfico do IBGE:

**População Residente, por situação do domicílio e
por sexo – 1940-1996 - IBGE**

Anos	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	20.614.088	20.622.227	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	35.055.457	35.015.000	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970	46.331.343	46.807.694	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980	59.123.361	59.879.345	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976
1991	72.485.122	74.340.353	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
1996	77.442.865	79.627.298	59.716.389	63.360.442	17.726.476	186 16.266.856

Dados de Migração em Guarulhos⁴²

Ano	População	Migrantes %
1940	13.439	
1950	34.683	
1960	100.760	
1970	233.472	57,5
1980	529.483	71,3
1990	750.550	
2000	1.068.208	
2010	1.221.979	

O crescimento improvisado trouxe diversos problemas de infraestrutura, que o governo municipal foi resolvendo de acordo com as demandas. Leis de zoneamento urbano foram criadas posteriormente para abrigar as camadas populares nas periferias da cidade. Esses loteamentos populares, carentes durante décadas de qualidade de vida, marginalizados, lutaram para sobreviver.

⁴² Tabela adaptada com base nos seguintes órgãos de pesquisas: <http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=esta> <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351880>. Acessos em 25 de Julho de 2014

A década de 1980 presenciaria um aumento do setor de comércio e prestação de serviços resultante do processo de industrialização, como aponta a dissertação de mestrado de Agnaldo Furtado sobre Guarulhos⁴³. Nesse momento começa um deslocamento para outras regiões, onde a mão de obra, impostos e taxas são mais baratos. É preciso lembrar, como símbolo dessa situação, da construção do Aeroporto de Cumbica (1985).

Intensificando o processo, em 1989 aconteceu na cidade de Washington a reunião de importantes representantes das oito maiores economias do mundo. Como resultado elaboraram um plano para a economia na América Latina, chamado posteriormente “Consenso de Washington”, que objetivava resolver a crise da produção industrial, afetando a cidade.

Esse novo plano de ação, para alguns ícones do neoliberalismo, entre outras coisas consistiu na abertura comercial, estado mínimo e garantia de contratos por parte do Estado nacional. Em Guarulhos e outros lugares presenciamos a falência de empresas e a redução da participação das exportações.

⁴³ FURTADO, Agnaldo Brabo. Evolução da estrutura econômica do município de Guarulhos, Estado de São Paulo, 1965-1995. Dissertação de mestrado em economia, PUC, São Paulo, 1999.

Outros fatores como o término da isenção fiscal, fortalecimento dos sindicatos e excesso de mão de obra resultaram na “fuga” de algumas empresas.

Em contrapartida, o setor do comércio e prestação de serviços aumentou vertiginosamente; aproveitando a localização estratégica, as empresas de logística e transporte ocuparam espaço considerável. Como exemplos emblemáticos dessa metamorfose de produção econômica encontramos no fim da década a inauguração de um Shopping Center no lugar da antiga fábrica da Olivetti, às margens da Rodovia Presidente Dutra, e a ocupação do antigo complexo industrial da Phillips por uma universidade particular.

Como sugere Furtado na sua dissertação de mestrado sobre a cidade:

Considera-se um forte crescimento do setor terciário da economia na década de 90, período e apresentado como o de maior transformação para o setor analisado. Esse setor é composto por toda estrutura de serviços instalada na cidade, como por exemplo: restaurantes, lavanderias, gráficas rápidas, imobiliárias, despachantes, bancos, universidades, escolas, transportes, entre muitos outros. A atividade de comércio na cidade cresce a cada ano, porém uma parcela da renda gerada neste setor é gasta em outras cidades da região. Dentro desta linha, outro fator a ser observado são as aberturas de empresas voltadas especificamente ao comércio atacadista, que vem crescendo a uma taxa de 20% ao ano, considerando o período de 1992 a

1996, número bastante superior ao do comércio varejista que cresce 8% ao ano, no mesmo período. (FURTADO, 1999: 119)

Aprofundando um pouco mais, abordemos o papel do aeroporto de Cumbica na economia e cultura da cidade. Com relação às implicações do incremento nas atividades aeroportuárias, a região passou a receber, estrategicamente, muitos hotéis, criando uma considerável atividade econômica, o chamado turismo de negócios, atividade importante, gerando muitos empregos, mas questionada pelo ponto de vista de constituir-se de eventos transitórios e descomprometidos com a cidade.

Obras rodoviárias foram criadas, como a interligação do porto de Santos ao aeroporto de Cumbica, por meio da extensão da Avenida Jacu-Pêssego, São Paulo a Guarulhos. A implantação do famigerado trecho norte do Rodoanel, com seus grandes impactos socioambientais para a região de mananciais, fomentando uma prospectiva especulação imobiliária, que trará terríveis consequências, se não forem tomadas medidas preventivas.

Outro fator econômico e social importante em meados da década de 2000 foi a expansão do mercado imobiliário, principalmente a verticalização de muitos bairros próximos a São Paulo. Valores inferiores aos de São Paulo têm atraído construtores de edifícios para Guarulhos e as construções estão “a todo vapor” em

detrimento dos essenciais equipamentos de infraestrutura. Mais uma vez a história se repete: interesses privados se sobrepõem aos públicos, para o prejuízo de todos.

Índices têm mostrado como esse processo de urbanização improvisado não produz resultados. Guarulhos ocupa o 320º lugar entre todos os municípios brasileiros e tem um IDHM (média entre os indicadores de educação, longevidade, renda) de 0,763 aquém daquilo que ele representa em relação à produção de riquezas ou PIB (tem ocupado nas últimas décadas a posição de uma das dez primeiras economias do Brasil e entre as cinco do Estado), acentuando os níveis de desigualdade social que tentamos combater no Brasil⁴⁴.

As pesquisas realizadas têm mostrado uma piora nesses últimos anos. Concluimos que esse enorme contraste social não pode prosseguir. A pergunta que o artigo propõe é: como a cultura pode contribuir para enfrentar essa “cadeia hereditária”? Não se trata aqui de fazer uma hierarquização das importantes facetas do humano ou das ciências; afinal nossa vida não é pautada por um único aspecto, mas acredito sempre no fortalecimento do desenvolvimento local, sem bairrismos, respeitando todos, mas sempre integrados ao todo.

⁴⁴ Fonte: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>. Acesso em 25 de Julho de 2014

Como conseguir ganho social, cultural e identitário em uma cidade profundamente afetada pela globalização industrializada e com resquícios de provinciana? Conseguiremos alcançar realmente a emancipação?

Falar sobre patrimônios e desenvolvimento local é algo complicado. Segundo Huguess Varine, em *As raízes do futuro*, “O economista não ‘vê’ o patrimônio, salvo quando este é excepcional e suscetível de produtos derivados com forte valor agregado, como o turismo rentável” (VARINE, 2012: 17). Como então pode o patrimônio contribuir para o desenvolvimento local? Primeiro é preciso dar voz aos empreendedores culturais locais, pois o desenvolvimento não se realiza plenamente sem a consideração dos mesmos. Enfim, “a natureza e a cultura são vivas, enquanto pertencem a uma população da qual constituem o patrimônio. Elas morrem muito depressa quando são apropriadas e codificadas por especialistas externos à população” (VARINE, 2012: 19).

De fato, são os habitantes locais que valorizarão (aquilo que já tem valor em si mesmo) o que herdaram historicamente. Intervenções externas devem sempre agregar, e não definir.

Além dessa importante premissa, precisamos deixar claro o papel dos agentes que lidam com essa temática – o serviço público, governantes, consultores ou especialistas,

proprietários e o público. É preciso entender que a questão patrimonial não está atrelada somente ao passado, embora seja uma herança, não está somente no presente, embora se tenha necessidade de conservação, e nem tampouco está nas mãos dos projetistas como legado.

Para Varine, “(...) os especialistas do patrimônio pouco conhecem as pessoas de outros setores da cultura ou do meio ambiente... Além disso, a nossa cultura escrita exclui as pessoas de cultura oral” (VARINE, 2012: 33). De fato, esse conhecimento ultraespecializado ocasiona uma visão tosca sobre esse tema.

Outro grave problema identificado ao lidar com patrimônio está no interesse monetário:

(...) os políticos, os funcionários e os sábios não se interessam pelo patrimônio, senão por seu valor econômico, estético, histórico, turístico, mas nada, ou muito pouco, por seu valor realmente cultural. Isto é, por aquilo que ele representa para os habitantes e para seus descendentes (VARINE, 2012: 34).

Essa atitude pode levar à monumentalização, fragilização e fugacidade dos bens dessa natureza.

Longe da artificialidade produzida pelos governantes e outros, a consciência, o conhecimento e a conservação do patrimônio estão muito ligados aos educadores em geral,

principalmente aos mais próximos da comunidade local. Para que essa premissa se realize é preciso respeito às famílias e pequenas comunidades – um desafio num sistema que sofre as influências da globalização e que, como vimos, afetou muito a cidade de Guarulhos.

De forma prática podemos usar essa experiência da globalização e resignificar os espaços, ou seja, metamorfosear antigos símbolos do capital monetário para o capital cultural. Em termos simples e práticos realizar projetos culturais e sociais para a ocupação de antigas indústrias em Guarulhos.

Novamente é preciso levar em alta consideração a criação de um projeto que contemple a capacidade das pessoas de se identificar, mobilizar, participar voluntariamente, ou seja, a ferramenta está em realizar um inventário compartilhado e participativo. Compartilhado porque utilizam os conhecimentos de associações, eruditos locais, governo, proprietários, técnicos, cientistas; e participativo porque consulta a população para que ela designe o que considera patrimônio. Embora seja muito trabalhoso, é muito importante, se desejamos ter patrimônios tombados conservados e usados plenamente contribuindo para o desenvolvimento cultural local.

É preciso dar um basta à noção de que o patrimônio está ligado somente à questão do saudosismo, mas sim ao dinamismo do fazer no devir dos tempos. Usando um exemplo da cidade de Guarulhos, de nada adianta tombar oficialmente a Casa da Candinha, antiga sede da fazenda Bananal que possuiu uma senzala, e não promover o seu uso metamorfoseado transformando-o em um centro de memória e história das culturas negras.

Também não é salutar ter em mãos um bem tombado ou adquiri-lo e fazê-lo sucumbir à especulação imobiliária ou a projetos importantes como a construção de uma estação de metrô, como aconteceu na cidade de Guarulhos, no caso emblemático do destombamento da Casa Saraceni agregada à propriedade do Shopping Internacional de Guarulhos. Deve sempre haver respeito ao direito de propriedade, mas essa propriedade nunca é absoluta, tanto mais quando se trata de um bem tombado.

Se não houver resistência organizada e significativa compreensão do potencial econômico para o desenvolvimento cultural dos patrimônios locais, continuaremos com pífios equipamentos atuais, ou seja, um mísero museu de ciências, patrimônios tombados degradados e sem inventários, inexistência de um departamento de patrimônio histórico e políticas partidárias,

elencando valores patrimoniais que se desfazem ao bel-prazer dos interesses fugazes eleitores.

Referências

OLIVEIRA, L. L. (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FURTADO, A. B. *Evolução da estrutura econômica do município de Guarulhos, Estado de São Paulo, 1965-1995*. Dissertação de mestrado em economia, PUC, São Paulo, 1999.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006.

NORONHA, A. de V. *Guarulhos cidade símbolo*. Guarulhos, 1960.

OMAR, E. (org.). *Guarulhos tem história: questões sobre história natural, social e cultural*. São Paulo: Ananda, 2008.

_____. *Casa da Candinha – ruptura e metamorfose: de Casa Grande a Centro de História e Memória das Culturas Negras*. São Paulo: Art Printer, 2012.

_____. *Irmandades da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Guarulhos*:

identidade, cultura e religiosidade. São Paulo: Navegar, 2013.

RANALI, J. *Cronologia da história guarulhense*. Guarulhos: Prefeitura Municipal, 1985.

RIBEIRO, S. *Destino Guarulhos: a história do Trem da Cantareira*. Diadema: Germape, 2006.

_____. *Guarulhos “Uma explosão”*: uma breve história. São Paulo: Maitiry Editora, 1995.

ROMÃO, J. G.; NORONHA, A. de V. *Guarulhos 1880 – 1980: cem anos de emancipação*. Guarulhos, s/e., 1980.

SANTOS, C. J. F. *Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos - SP*. São Paulo: Annablume, 2006.

TOLEDO, E. Guarulhos cidade industrial: aspectos da história e do patrimônio da industrialização num município da Grande São Paulo. *Revista mundos do trabalho*, v. 3, n. 5, jan./jun. de 2011.

VARINE, H. de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre, RS: Medianiz, 2012.